



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
SOCIEDADE**

VILMA OLIVEIRA DO NASCIMENTO

**PRETO NO BRANCO: O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NO TOCANTINS
REPRESENTADO NO TELEJORNAL DO MEIO DIA DA TV ANHANGUERA NA
ÚLTIMA DÉCADA**

**Palmas, TO
2026**

Vilma Oliveira do Nascimento

**PRETO NO BRANCO: O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NO TOCANTINS
REPRESENTADO NO TELEJORNAL DO MEIO DIA DA TV ANHANGUERA NA
ÚLTIMA DÉCADA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal
do Tocantins (UFT), como requisito à obtenção do grau
de Mestre (a) em Comunicação e Sociedade.

Linha de pesquisa 1: Jornalismo, Mídias e Cultura.
Orientadora: Dra. Ingrid Pereira de Assis

**Palmas, TO
2026**

Vilma Oliveira do Nascimento

**PRETO NO BRANCO: O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NO TOCANTINS
REPRESENTADO NO TELEJORNAL DO MEIO DIA DA TV ANHANGUERA NA
ÚLTIMA DÉCADA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Foi avaliado para obtenção do título de Mestre (a) em Comunicação e Sociedade e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Linha de pesquisa 1: Jornalismo, Mídias e Cultura.
Orientadora: Dra. Ingrid Pereira de Assis

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Ingrid Pereira de Assis, UFT (orientadora)

Prof. Dr. José Tarcísio da Silva Oliveira Filho, UFRR

Prof. Dr. Marco Túlio Pena Câmara, UFT

**Palmas, TO
2026**

*Em memória do meu pai, Vilson Antônio de
Oliveira, que me deixou de herança sua força
e, mesmo sem ter estudado, me ensinou com
seu exemplo que posso aprender qualquer
coisa que eu quiser. Te amo e sinto sua falta
todos os dias.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todas as oportunidades que Ele me deu e que me possibilitaram chegar até aqui. Teus planos foram além do que um dia eu havia sonhado. Obrigada Virgem Maria, mãezinha do céu, que me protegeu e me guiou nos momentos de dúvida e fraqueza.

Agradeço aos meus pais, Gilda e Vilson, que mesmo dentro de suas limitações financeiras e educacionais, nunca mediram esforços para dar a mim e meus irmãos as oportunidades que eles não tiveram. Eu amo vocês. Serei eternamente grata a todos os sacrifícios que fizeram por nós. Aos meus irmãos, Valter e Valdir, que me aturam a vida toda e sempre estão ao meu lado em todos os momentos.

Obrigada, Otávio César Frabetti, meu marido amado e querido, seu olhar de admiração por mim me motiva todos os dias a ser uma pessoa melhor, a ser uma profissional melhor e uma estudante melhor. Obrigada por todas as vezes que você me abraçou e me fez voltar a acreditar que tudo daria certo. Te amo infinitamente.

Monique Almeida e Ana Cássia Costa, poder contar com a amizade de vocês no dia a dia é um dos presentes mais bonitos que essa vida e o jornalismo me deram. A companhia de vocês sempre me transporta para um lugar bonito e me dá um alívio, recarrega as minhas energias para seguir enfrentando a difícil batalha da vida. Amo vocês, do jeitinho que são.

Deixo aqui registrada a minha imensa gratidão à minha orientadora Ingrid Assis pela paciência e todo tempo que dedicou a mim para que conseguisse encontrar os caminhos da pesquisa. A todos os professores do PPGCom, o conhecimento que compartilham com o mundo é imprescindível. À Universidade Federal do Tocantins que entrega ensino de qualidade gratuitamente e muda realidades como a minha. Por fim, aos professores e doutores Marco Túlio Câmara e José Tarcísio Filho pela presença na minha banca.

RESUMO

Esta pesquisa tem como principal objetivo investigar a representatividade negra no telejornal JA1, da TV Anhanguera, com foco nas edições do Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, exibidas ao longo de uma década (2014 a 2024). Para isso, o trabalho reconstrói o contexto histórico, aponta responsabilidades do jornalismo na sociedade, realiza um levantamento do jornalismo local, analisa os formatos e discursos acionados nos materiais do *corpus*, além de verificar fontes e jornalistas presentes na cobertura, com a hipótese de que a representatividade negra apresentou avanços tímidos e inconsistentes ao longo dos últimos 10 anos. O estudo, utilizando a Análise de Conteúdo de Bardin (2016), examina como o telejornalismo local aborda as questões raciais, a presença de jornalistas negros e a linguagem utilizada, buscando identificar possíveis evoluções e aprofundamentos no tratamento da temática. O trabalho também se ancora nos conceitos de racismo estrutural (Moura, 2014), identidade e visibilidade (Hall, 2003). Acionando pensadores como Gonzalez (1988), Sodré (1999), Araújo (2021) e Collins (2021), o estudo contextualiza o racismo estrutural no Brasil, a história da luta por igualdade e a responsabilidade do jornalismo nesse cenário, passando pela realidade do estado do Tocantins. Por meio da análise das edições de 2014 a 2024, uma por ano, a autora confirmou parcialmente a hipótese proposta no início da pesquisa, que apesar de existirem avanços, como o aumento da visibilidade das questões raciais e da participação de profissionais negros, essas mudanças ainda acontecem de maneira irregular. A presença de jornalistas autodeclarados negros e a valorização de suas perspectivas, que caracterizariam uma cobertura mais plural, ainda não se consolidaram enquanto uma prática dominante.

Palavras-chave: Racismo. Telejornalismo. Análise de Conteúdo. Consciência Negra. TV Anhanguera.

ABSTRACT

This research aims to investigate black representation in the JA1 television newscast, broadcast by TV Anhanguera, focusing on the editions aired on Black Awareness Day, celebrated on November 20, over a ten-year period (2014–2024). To achieve this, the study presents a historical context, highlights the responsibilities of journalism in society, provides an overview of local journalism, analyzes the formats and discourses employed in the materials that make up the corpus, and examines the sources and journalists featured in the coverage. The hypothesis is that black representation has shown only modest and inconsistent progress over the past ten years. Using Bardin's (2016) Content Analysis methodology, the study examines how local television journalism addresses racial issues, the presence of Black journalists, and the language used, seeking to identify possible developments and deeper approaches to the subject matter. The research is also grounded in the concepts of structural racism (Moura, 2014), identity, and visibility (Hall, 2003). Drawing on thinkers such as Gonzalez (1988), Sodré (1999), Araújo (2021), and Collins (2021), the study contextualizes structural racism in Brazil, the history of the struggle for equality, and the responsibility of journalism within this context, including the reality of the state of Tocantins. Through the analysis of editions aired between 2014 and 2024, The author partially confirmed the initial hypothesis of the research: although there have been advances, such as increased visibility of racial issues and greater participation of black professionals, these changes still occur in an irregular manner. The presence of journalists who self-identify as black, as well as the appreciation of their perspectives, which would characterize more pluralistic coverage, has not yet become a consolidated dominant practice.

Keywords: Racism. TV Journalism. Content Analysis. Black Awareness. Anhanguera's TV.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Thiago Rogeh na apresentação do JN em 2019.....	34
Figura 2-	Programa “Em Pauta” discutindo racismo na GloboNews.....	39
Figura 3-	Programa “Em Pauta” discutindo racismo com jornalistas pretos.....	40
Figura 4-	Árvore de palavras com os termos mais utilizados.....	105
Quadro 1-	Imagens de apresentadores e repórteres das edições de 2014 a 2024.....	44
Quadro 2-	Etapas da Análise de Conteúdo.....	53
Quadro 3-	Descrição e sistematização do <i>corpus</i> analisado.....	63
Quadro 4-	Nome, crédito, classificação e imagens de fontes entrevistadas em 2014....	74
Quadro 5-	Nome, crédito, classificação e imagens de fontes entrevistadas em 2017....	77
Quadro 6-	Nome, crédito, classificação e imagens de fontes entrevistadas em 2019...	80
Quadro 7-	Nome, crédito, classificação e imagens de fontes entrevistadas em 2020...	82
Quadro 8-	Nome, crédito, classificação e imagens de fontes entrevistadas em 2021...	86
Quadro 9-	Nome, crédito, classificação e imagens de fontes entrevistadas em 2022...	87
Quadro 10-	Nome, crédito, classificação e imagens de fontes entrevistadas em 2023...	88
Quadro 11-	Nome, crédito, classificação e imagens de fontes entrevistadas em 2024...	89
Quadro 12-	Presença de repórter autodeclarado negro.....	97
Gráfico 1-	Tempo ocupado pelo tema no primeiro e no último ano do <i>corpus</i>	68
Gráfico 2-	Tempo ocupado pelo tema nos telejornais ano a ano.....	70
Gráfico 3-	Quantidade de fontes por ano.....	93
Gráfico 4-	Fontes repetidas de 2014 a 2024.....	94
Gráfico 5-	Quantidade de materiais exibidos por ano	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PPGCom	Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade
UFT	Universidade Federal do Tocantins
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Abraji	Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	Organização Não Governamental
MNU	Movimento Negro Unificado
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PT	Partido dos Trabalhadores
DOU	Diário Oficial da União
PL	Projeto de Lei
MP	Medida Provisória
DOE	Diário Oficial do Estado
JN	Jornal Nacional
JA1	Jornal Anhanguera 1ª Edição-TO
AC	Análise de Conteúdo
ODS	Objetivos de desenvolvimento Sustentável
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
EUA	Estados Unidos da América
SEIR	Secretaria de Estado da Igualdade Racial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	SER PRETO(A) NO BRASIL	20
2.1.	Escravidão com outro nome.....	23
2.2	Lutas por novas ‘abolições’.....	26
2.3	A responsabilidade do Jornalismo nessa história.....	31
2.4	Na tela da TV no meio desse povo.....	35
2.5	A chegada ao Cerrado.....	42
3	METODOLOGIA	48
3.1	Por que a Análise de Conteúdo?.....	48
3.2	Etapas da pesquisa.....	52
3.2.1	Conceituação.....	53
3.2.2	Desenho.....	54
3.2.3	Análise.....	61
4	ANÁLISE	63
4.1	Tempo do material	66
4.2	Formato e gênero do material.....	70
4.3	Representatividade das fontes.....	73
4.4	Presença de apresentador autodeclarado negro.....	94
4.5	Presença de repórter autodeclarado negro.....	97
4.6	Termos utilizados.....	100
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
	REFERÊNCIAS.....	112
	ANEXO A - Decupagem do material exibido em 2014.....	118
	ANEXO B - Decupagem do material exibido em 2017.....	122
	ANEXO C - Decupagem do material exibido em 2019.....	125
	ANEXO D - Decupagem do material exibido em 2020.....	129
	ANEXO E - Decupagem do material exibido em 2021.....	139
	ANEXO F - Decupagem do material exibido em 2022.....	145
	ANEXO G - Decupagem do material exibido em 2023.....	153
	ANEXO H - Decupagem do material exibido em 2024.....	164

APÊNDICE A - Planilha de categorias.....	174
APÊNDICE B - informações que subsidiaram a criação da árvore de termos.....	177

1 INTRODUÇÃO¹

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto (Gonzalez, 1983, p. 226).

A ironia de Gonzalez (1983), na citação que abre esta dissertação, escancara o discurso hipócrita da democracia racial no Brasil, evidenciando a contradição entre a ideia de igualdade e a realidade do racismo estrutural. O trecho mostra como o preconceito reforça estereótipos e a lógica da branquitude como referência de sucesso.

De 1983, quando Gonzalez expôs esse racismo estrutural, até os dias atuais, os dados mostram que pouca coisa, ou quase nada, mudou. Registros do Censo Demográfico de 2022, o último divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontaram que cerca de 92,1 milhões de pessoas se declararam pardas, o equivalente a 45,3% da população do país. Desde 1991, esse contingente não superava a população branca. Outras 20,6 milhões se declaram pretas (10,2%). O IBGE também mostrou que o Tocantins era o terceiro estado do Brasil com maior proporção de população preta (13,2%) autodeclarada, atrás apenas da Bahia (22,4%) e do Rio de Janeiro (16,2%).

Quando se fala de educação no Brasil, em 22 anos, as parcelas de população preta e parda com ensino superior completo mais que quintuplicaram, segundo dados do Censo divulgados pelo IBGE. Para analistas do instituto², o avanço da parcela de pretos com ensino superior decorre, principalmente, do aumento de vagas no ensino superior público e privado. A Lei de Cotas contribuiu, mas não foi fator determinante. Ainda assim, a diferença do percentual entre brancos e pretos é absurda. O Censo 2022 mostrou que, 12% dos pretos e pardos com 25 anos, ou mais, têm ensino superior. Entre os brancos, o percentual é mais que o dobro: 26%. A média brasileira é de 18,4%.

Tais dados da educação impactam diretamente no mercado de trabalho. O mesmo instituto revelou que, em 2022, 40,9% dos trabalhadores do país estavam em ocupações informais, sendo que 46,8% eram mulheres pretas ou pardas e 46,6% homens pretos ou pardos, com proporções acima da média. Já entre as trabalhadoras de cor branca (34,5%) e os

¹ Nesta dissertação, utilizou-se Inteligência Artificial (IA) para auxiliar nas seguintes atividades: elaboração visual do gráfico de árvore de conceitos, com o Gemini; decupagem do material, com o Pinpoint; e criação dos gráficos, com o Canva.

² Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/02/26/censo-parcela-de-pretos-e-pardos-com-ensino-superior-quintuplica-em-22-anos-mas-segue-metade-da-de-brancos.ghtml>

homens brancos (33,3%), essas proporções estavam abaixo da média. Este cenário se repete em toda a série da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, iniciada em 2012.

Em um contexto social, educacional e trabalhista assim, a representatividade racial na mídia só aprofunda as desigualdades estruturais brasileiras, sendo historicamente restrito o debate sobre diversidade e inclusão nos espaços midiáticos. No contexto do jornalismo televisivo, por exemplo, Muniz Sodré (1999) aponta que quatro fatores evidenciam o racismo institucionalizado na mídia televisiva. O primeiro é a negação, quando a TV rejeita a existência do racismo e se apresenta como democrática. O segundo é a estigmatização, que reforça estereótipos negativos sobre pessoas negras. O terceiro é o recalcamento, em que a mídia privilegia perspectivas eurocentradas, desvalorizando a cultura negra e seu protagonismo. Esses mecanismos perpetuam a desigualdade racial nos meios de comunicação e refletem os desafios enfrentados na luta por equidade racial.

Considerando tais aspectos, esta pesquisa tem como pergunta-problema: como os materiais do Jornal Anhanguera 1ª Edição-TO abordaram a representatividade negra e as desigualdades que afligem essa camada da população na cobertura do Dia da Consciência Negra, ao longo dos últimos 10 anos? Com base neste questionamento, a investigação traçou enquanto **objetivo geral** analisar a representatividade negra no telejornal JA1, da TV Anhanguera, com foco nas edições exibidas no Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. Para tanto, propõe-se enquanto **objetivos específicos**: contextualizar e atualizar a história de luta do povo negro em direção a um equilíbrio social no Brasil; apontar as responsabilidades históricas do jornalismo em torno das mudanças sociais, focando na inserção do povo negro neste espaço; adaptar a proposta da Análise de Conteúdo ao debate racial, a partir de materiais jornalísticos; apresentar um levantamento local da imprensa no Tocantins para compreender qual a construção discursiva realizada acerca da população negra do país, a partir das reportagens encontradas sobre o Dia da Consciência Negra; investigar a abordagem jornalística das pautas raciais ao longo da década, observando aspectos como: espaço destinado à narrativa acerca da temática, os comentários feitos por apresentadores e repórteres, os formatos de construção do discurso no âmbito de um telejornal e as fontes consultadas para a elaboração do discurso.

Este estudo foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), por se tratar de uma pesquisa sobre temas relativos ao jornalismo e suas dinâmicas na sociedade contemporânea, sobretudo no âmbito regional, encaixa-se na **linha de pesquisa I — Jornalismo, Mídias e Cultura** — tendo como orientadora a professora e doutora em

Jornalismo, Ingrid Pereira de Assis, cujo foco de pesquisa e atuação prática é o telejornalismo. Estes aspectos demonstram a aderência da pesquisa ao programa, sua linha e orientação.

Ao promover uma reflexão crítica sobre a representatividade negra no telejornalismo do Tocantins e seus impactos na construção social do conhecimento, a pesquisa dialoga com os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Brasil (ODS): 4 - Educação de Qualidade e 10 - Redução das Desigualdades. O estudo contribui, assim, para ampliação do debate acadêmico e social sobre diversidade e responsabilidade midiática, fortalecendo o conhecimento voltado para cidadania, consciência crítica e direitos humanos e colaborando para discussões que incentivam práticas mais plurais.

Conforme já mencionado, segundo censo de 2022, o Tocantins tem o terceiro maior percentual de pretos na população, atrás apenas da Bahia e do Rio de Janeiro, em um país ainda fortemente marcado por um racismo estrutural, fato que **justifica** a pesquisa e a torna atual e socialmente relevante. Além disso, em 2024, o Dia da Consciência Negra se tornou feriado nacional, data que antes era apenas ponto facultativo no Tocantins. Por isso, é importante realizar esse levantamento, inclusive para observar se tal medida alterou a percepção jornalística acerca da data. Ademais, esta pesquisa se justifica por abrir mais caminhos para discussão, no ambiente acadêmico, acerca das lutas por maior representatividade negra no jornalismo e por analisar como essa comunidade é caracterizada em um dos principais meios de comunicação da região.

Patrícia Hill Collins (2021) aponta para a importância dos “lugares de fala” como espaços de resistência e transformação. No jornalismo, garantir que mulheres negras, LGBTQIA+ e pessoas de diferentes origens socioeconômicas tenham suas vozes reverberadas significa não apenas representá-las, mas permitir que sejam protagonistas de suas próprias narrativas. Essa abordagem desafia as hierarquias de poder que tradicionalmente controlam quem conta histórias e como elas são narradas. Realizar uma pesquisa como esta permite compreender, ao final, se tais vozes ressoadas pelo telejornalismo têm um protagonismo na narrativa construída ou se ainda são coadjuvantes em uma construção discursiva, que se coloca ao lado do *status quo*, por exemplo.

Além disso, Collins (2021) sugere que as estruturas de poder não são imutáveis e podem ser desafiadas por meio da criação de contra-narrativas. Para o jornalismo, isso implica adotar práticas editoriais que questionem os critérios de noticiabilidade dominantes e priorizem histórias que abordem as interseccionalidades e os impactos de múltiplas opressões. Por exemplo, reportagens que abordem não apenas o racismo, mas, também, como ele afeta

mulheres negras trabalhadoras em contextos específicos, podem trazer uma perspectiva mais completa e crítica.

Eduardo Bonilla-Silva (2003), em seus estudos sobre racismo estrutural, destaca como as instituições sociais, incluindo a mídia, reproduzem desigualdades raciais de maneira sistemática, mesmo quando não intencionalmente. O autor argumenta que o racismo estrutural opera por meio de mecanismos invisíveis, que normalizam a exclusão da população negra, tornando-a uma parte silenciosa do tecido social. No jornalismo, isso se reflete na falta de diversidade nas redações e na predominância de um ponto de vista branco e elitista. Essas práticas perpetuam uma cobertura que, frequentemente, marginaliza ou estereotipa pessoas negras, contribuindo para a manutenção das desigualdades raciais.

Lélia Gonzalez (1988) destaca, por exemplo, a importância do “pretuguês” como uma expressão linguística que combina influências africanas e indígenas, desafiando o padrão linguístico europeu. No jornalismo, essa ideia pode ser usada para questionar como as normas discursivas e editoriais, muitas vezes, excluem ou estigmatizam expressões culturais negras. Incorporar essas vozes e linguagens seria um ato de resistência contra o apagamento cultural. A partir das reflexões de Gonzalez (1988), é possível propor um jornalismo que funcione como um espaço de luta antirracista e valorização cultural. Isso envolve tanto a crítica aos padrões eurocêntricos, que dominam a mídia, quanto a proposição de narrativas que celebrem a pluralidade racial e cultural do Brasil.

A luta por maior representatividade negra no jornalismo passa pela compreensão das estruturas racistas que moldam a sociedade e os espaços de poder, como aponta Djamila Ribeiro (2019). A autora enfatiza que o racismo estrutural atravessa todas as esferas da vida social e deve ser combatido. O jornalismo, enquanto formador de opinião e disseminador de informações, não está imune a essa lógica estrutural, sendo, muitas vezes, responsável por reforçar desigualdades e invisibilidades.

As redações jornalísticas no Brasil ainda refletem um recorte racial historicamente excludente. Um levantamento realizado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em 2021, mostrou que apenas 20,10% dos profissionais de imprensa se autodeclararam pretos ou pardos. A expressiva maioria (77,60%) se autodeclarou branca. Além disso, de acordo com o estudo, dentre as pessoas brancas, 61,8% ocupam cargos gerenciais nas redações. Ao focar no grupo de pessoas que se autodeclararam negras, a pesquisa identificou que, ao contrário dos jornalistas brancos, os profissionais de imprensa negros são maioria (60,2%) em cargos operacionais, como o de repórter, redator e produtor. Minoria nos veículos de imprensa, jornalistas negros em cargos de gerência são ainda mais

raros. Isso pode ser um fato impeditivo para que narrativas negras ocupem um lugar central no debate público. A falta de diversidade nas equipes e nos critérios de pauta resulta em uma cobertura midiática que, frequentemente, estereotipa ou marginaliza a população negra. Ribeiro (2019) destaca que questionar privilégios é essencial para promover a possibilidade de igualdade e isso reforça a importância de políticas afirmativas nas redações e na formação de jornalistas.

Além disso, a representatividade negra no jornalismo não deve ser limitada à presença física, mas, também, à transformação das narrativas e abordagens. É preciso que jornalistas negros tenham a oportunidade de contar histórias a partir de suas perspectivas e vivências, contribuindo para uma mídia mais plural e comprometida com a justiça social. A partir do pensamento de Ribeiro (2019), a inclusão e a equidade no jornalismo se tornam não apenas uma questão ética, mas uma ferramenta indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A **hipótese** central levantada pela pesquisa é que a representatividade negra nos telejornais da TV Anhanguera apresenta avanços tímidos e inconsistentes ao longo dos últimos 10 anos, influenciados por fatores como pressões sociais externas, políticas internas de diversidade e o contexto regional. Argumenta-se que essa sub-representação pode impactar negativamente na pluralidade de vozes e narrativas nos conteúdos jornalísticos.

A análise da representatividade negra no jornalismo encontra respaldo teórico nas reflexões de Stuart Hall (2013). Ele explora como as identidades culturais são construídas em processos históricos, sociais e midiáticos, enfatizando que elas não são fixas, mas continuamente negociadas. No jornalismo, essa ideia ressalta a importância de narrativas negras que desafiem representações estereotipadas e contribuam para a reconfiguração das identidades coletivas.

Historicamente, a mídia tem desempenhado um papel central na construção de imaginários que marginalizam a população negra. Como Hall (2013) aponta, a representação não é neutra, mas atravessada por poder, o que determina o modo como o mundo é percebido. No jornalismo, essa lógica se manifesta na ausência de diversidade nas redações e na escolha de pautas que, frequentemente, reforçam estigmas raciais, em vez de contestá-los. Fato que chega a se chocar com um dos deveres descritos no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros: “defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias...” (ABI, 1987, p. 2)

Trazer a perspectiva de Hall (2013) para essa discussão, implica em reconhecer que o jornalismo participa ativamente da construção cultural. A presença de jornalistas negros e de narrativas que representem suas vivências contribui para a desconstrução de discursos hegemônicos racistas e a ampliação das possibilidades identitárias no espaço público. Além disso, Hall (2013) argumenta que as identidades culturais da diáspora negra são formadas em meio a deslocamentos e resistências. Essa abordagem é fundamental para compreender a importância de histórias que retratem a pluralidade da experiência negra, indo além da criminalização ou da exotização.

Para responder à questão-problema e corresponder ao objetivo principal traçado por esta pesquisa, foi acionada enquanto metodologia a Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), a partir dos materiais que abordam a população preta, na referida data da Consciência Negra. O *corpus* analisado é composto pelas edições do dia 20 de novembro do *JAI*, de 2014 a 2024. A escolha deste telejornal se deu por apresentar o perfil mais próximo da comunidade, que têm espaço para discussões mais profundas e diversas, misturando jornalismo comunitário com pautas culturais e comportamentais, diferente do JA2 e Bom Dia Tocantins, que se voltam mais para política, economia e factuais. Outro fator que justifica o JA1, no lugar de outro telejornal local é a relevância em audiência. O grupo Jaime Câmara (OJC), empresa detentora da concessão da TV Anhanguera no Tocantins, divulga com frequência que seus telejornais são líderes de audiência local³, porém, por estratégia, a empresa não divulga a audiência específica de cada telejornal.

Antecipa-se, aqui, que primeiro foi realizada a pré-análise, com o levantamento das 10 edições do telejornal Jornal Anhanguera 1ª Edição-TO exibidas no dia 20 de novembro de 2014 a 2024. Nos anos em que o dia 20 caiu em um domingo, a pesquisadora levou em consideração a edição do dia 19, que fizesse alguma menção ao dia da Consciência Negra, para ser analisada. Com isto, chegou-se a um *corpus* que compreende **28** materiais.

O viés metodológico adotado é quanti-quali, Minayo e Sanches (1993) explicam que não defendem a fusão completa entre diferentes abordagens, mas destacam a importância de sua complementaridade, de acordo com as especificidades do objeto de pesquisa.

A relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um continuum, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa (Minayo; Sanches, 1993, p. 247).

³ Disponível em: <https://www.gjccorp.com.br/sobre-nos>

Gatti (2002) argumenta que os aspectos quantitativos e qualitativos não são completamente separados na pesquisa. Por um lado, a quantidade reflete uma expressão numérica da magnitude com que um fenômeno ocorre; por outro, esses dados precisam ser interpretados qualitativamente, já que, sem um referencial teórico, não possuem significado por si mesmos. O método qualitativo, segundo Minayo (2007, p. 24), “[...], trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” e, busca compreender e interpretar a realidade, a partir dos fenômenos humanos gerados socialmente.

Vale mencionar, aqui, que a autora desta dissertação teve relação direta com o objeto de estudo, por ter feito parte do quadro de funcionários do G1 Tocantins desde o lançamento do portal, em junho de 2013, até dezembro de 2025, estando inserida na redação da TV Anhanguera, ao longo destes 10 anos e participando direta e indiretamente da produção do telejornal. Compreende-se o impacto deste vínculo na realização da investigação, mas, faz-se importante frisar, que tendo consciência acerca deste desafio, comprometeu-se ainda mais com o rigor científico na aplicação dos procedimentos metodológicos e coleta de resultados. Ademais, é relevante observar que, estar diretamente ligada ao objeto, ao mesmo tempo, facilitou o acesso às informações, aos participantes ou aos dados necessários para a pesquisa, algo que seria mais difícil para um pesquisador externo ao objeto de análise. Avalia-se que esse pertencimento pode aumentar a profundidade e a autenticidade da investigação.

De acordo com Moraes (1999), a Análise de Conteúdo, de certa forma, reflete a interpretação pessoal do pesquisador baseada em sua percepção dos dados. Uma leitura totalmente neutra, objetiva e abrangente é inalcançável. Os valores, a linguagem do objeto de estudo e do próprio pesquisador, assim como os significados culturais envolvidos, inevitavelmente influenciam os dados, sendo impossível para o pesquisador se desvencilhar completamente dessas influências. Por isso, faz-se importante assumir o contato com o objeto de pesquisa. Ainda assim, reforça-se que a pesquisadora se comprometeu a adotar um olhar vigilante em relação ao cuidado científico com os procedimentos metodológicos, reconhecendo sua proximidade com o objeto de estudo e buscando minimizar possíveis interferências subjetivas, que pudessem influenciar na credibilidade da pesquisa. Reconhecer seu ponto de vista, nesta introdução, para o leitor faz parte desse olhar acurado com relação ao próprio fazer científico.

Esta dissertação é composta por três capítulos. O primeiro capítulo da pesquisa aprofunda discussões sobre o racismo e suas consequências. As reflexões de Lélia Gonzalez (1988) sobre racismo e cultura na sociedade brasileira são fundamentais para a investigação

neste sentido. Gonzalez (1988) analisou como o racismo estrutural permeia todas as dimensões da sociedade brasileira, incluindo os espaços culturais e midiáticos, destacando que ele se disfarça sob o ‘mito da democracia racial’, mas continua excluindo e oprimindo. No contexto do jornalismo, isso se reflete na invisibilização de vozes negras e na reprodução de narrativas que reforçam estereótipos raciais. Este capítulo ainda foca na relação entre a população negra e o telejornalismo, trazendo um breve histórico do telejornalismo no Tocantins e, mais especificamente, no Grupo Jaime Câmara, pioneiro na região, fazia as primeiras transmissões, no ainda norte goiano, desde dezembro de 1976 (O Popular, 1976). A trajetória histórica é importante, principalmente, para entender a relevância e o lugar de poder que o jornalismo da emissora construiu, sendo pioneiro no estado, além de entrelaçar tal história com a representação realizada acerca da população negra ao longo dos anos.

Já no segundo capítulo foi explorada a metodologia que norteia esta investigação: a Análise de Conteúdo. Conforme proposta apresentada por Laurence Bardin (2016), é uma **metodologia** que busca interpretar mensagens de forma sistemática e objetiva, permitindo identificar padrões, significados e inferências, a partir de um *corpus* documental. É amplamente utilizada em pesquisas qualitativas e quantitativas para examinar textos (verbais e não verbais) e será aplicada neste estudo. Este capítulo vai fundamentar tal metodologia e descrever o percurso metodológico da investigação.

Bardin (2016) ressalta que a Análise de Conteúdo é flexível e pode ser adaptada a diferentes contextos e objetos de estudo, desde que mantenha sua sistematização e rigor científico. Essa metodologia, portanto, oferece uma base sólida para investigar as estruturas de poder e as dinâmicas de representação racial no jornalismo, alinhando-se ao objetivo de compreender essas práticas. Esta categorização do material foi realizada no terceiro capítulo da dissertação, no qual a autora usou a proposta metodológica para analisar o material coletado, que faz referência ao Dia da Consciência Negra, dentro das 10 edições de telejornal, trazendo, assim, os resultados alcançados pela pesquisa.

Após o capítulo que traz a categorização, análise e resultados, as considerações finais sintetizam e amarram as relações identificadas, inferindo significados e respondendo aos objetivos propostos. Desde já, aponta-se que esta pesquisa buscou ampliar o entendimento sobre as barreiras e oportunidades para a representatividade preta no jornalismo televisivo regional. Acredita-se que os resultados alcançados poderão subsidiar debates acadêmicos, práticas no campo profissional e políticas públicas voltadas à promoção da diversidade no mercado de comunicação, fomentando estratégias mais inclusivas na mídia e no contexto sociocultural tocantinense.

2 SER PRETO(A) NO BRASIL

Este capítulo deveria começar com a definição do que é ser negro no Brasil, porém é perceptível que há muitas respostas para essa questão e talvez nenhuma delas seja completamente satisfatória ou profunda o suficiente para retratar o que vai muito além de uma cor ou um fenótipo. Para o IBGE, o levantamento de cor ou raça da população brasileira são com base na autodeclaração. Ou seja, quando questionada, a pessoa pode se declarar como preta, parda, branca, amarela ou indígena. São considerados negros todos que se declaram pretos e pardos.

No entanto, a identidade negra vai além da autodeclaração, pois está relacionada a experiências compartilhadas de racialização, discriminação e pertencimento cultural. A construção histórica do racismo no Brasil reforçou a associação da negritude com estereótipos e desigualdades, ao mesmo tempo em que impulsionou movimentos de resistência e afirmação identitária. Assim, ser negro no Brasil não é apenas uma questão fenotípica, mas, também, um marcador social que influencia as dinâmicas de inclusão, exclusão e mobilidade na sociedade. Segundo Carneiro (2023, p. 41), com a abolição, a população negra passa a integrar uma nova ordem social baseada no trabalho livre, mas já marcada por esse “dispositivo de racialidade”, que a coloca em posição subordinada e a transforma, como aponta Sodré (1999), em um símbolo ontológico das classes social e politicamente subalternas.

Voltando no tempo, percebe-se que a introdução da escravidão africana no Brasil tinha como principal finalidade a ampliação da produção de riquezas, sendo que a exploração da mão de obra indígena também era uma prática comum. O processo racista, segundo Almeida (2018, p.20), ganhou força no mundo a partir da expansão mercantilista europeia, a colonização das Américas e a escravização dos povos africanos. Na visão dele, foi essa convergência de eventos que universalizou o homem europeu para justificar a escravidão dos africanos que tinham características físicas tão diversas, como principalmente o tom da pele, textura do cabelo, cor dos olhos e traços do rosto.

A partir do século XVI, o tráfico de africanos para o Brasil se tornou um negócio altamente lucrativo, inicialmente, controlado por portugueses e, posteriormente, por brasileiros, que dominaram essa atividade no século XVIII. Estima-se que cerca de 11 milhões de africanos foram trazidos   força para as Américas, entre os séculos XVI e XIX, dos quais mais de 4 milhões vieram para o Brasil. Esse número não inclui aqueles que morreram antes ou durante a travessia, evidenciando o forte envolvimento brasileiro no tráfico de escravizados. Os africanos escravizados eram distribuídos nos principais portos brasileiros,

como Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Vicente, e enviados para engenhos de açúcar, mineração, pecuária e outras atividades econômicas (Munanga; Gomes, 2006).

No Brasil, a escravidão foi institucionalizada e durou quase quatro séculos, sendo a base da economia colonial. Os escravizados eram tratados, juridicamente, como propriedade (“coisa”), podendo ser comprados, vendidos, trocados ou doados. As condições de vida eram extremamente precárias, com jornadas exaustivas, castigos físicos brutais e falta de direitos básicos. A desumanização do negro dava ao branco a justificativa de “missão civilizatória”, como destacou Munanga (1996, p. 9). É o que também indicam os estudos de Moura (2014, p. 240):

Nesse contexto colonial-escravagista, as religiões africanas eram consideradas exóticas, fetichistas, perigosas, porque eram práticas gentílicas devendo, por isso mesmo, ser proibidas, ao contrário dos batuques que eram permitidos. [...] A religião que tinha o monopólio da explicação do sagrado no mundo tinha poderes, também, para explicar o natural. Daí porque a Igreja Católica, através do que se convencionou chamar de sincretismo, procurou penetrar e desarticular o mundo religioso do africano escravizado, usando o método catequista, batizando coletiva e coercitivamente, no trabalho de cristianização, o qual nada mais era do que tentativas, via estruturas de poder, de monopolizar o sagrado, influir por meio dessa estratégia num nível político, social e cultural.

A escravidão não representou apenas a exploração da força de trabalho dos povos africanos, mas, também, uma tentativa sistemática de apagar suas identidades culturais e impor a cultura dos colonizadores. No entanto, mesmo diante da violência e da opressão, os escravizados resistiram de diversas formas, preservando suas crenças, tradições e modos de vida. Como cita Roger Bastide (1951, p. 26):

Os navios negreiros transportavam a bordo não somente homens, mulheres e crianças, mas ainda seus deuses, suas crenças e seu folclore. Contra a opressão dos brancos que queriam arrancá-los a suas culturas nativas para impor-lhes sua própria cultura, eles resistiram. Principalmente nas cidades, mais do que nos campos, onde podiam, durante a noite, encontrar-se e reconstruir suas comunidades primitivas; suas revoltas são o testemunho indubitável de uma vontade de escapar primeiramente à exploração econômica de que eram objeto e um regime de trabalho odioso; mas nem sempre forçosa e completamente; elas também o testemunho de suas lutas contra o domínio de uma cultura que lhes era estranha.

Desde o início, os escravizados buscaram formas de resistência, tanto individuais quanto coletivas. Uma das estratégias mais comuns era a fuga, realizada sozinha ou em grupos, com muitos se refugiando em matas ou formando quilombos. Para Araújo (2021, p. 27), “a existência dos quilombos é, em si, o maior argumento que expõe a contradição do suposto equilíbrio na relação senhores e escravizados no Brasil”.

O famoso Quilombo dos Palmares protagonizou um dos principais capítulos da resistência dos escravos. O povo desse quilombo residiu entre o final do século XVI e o início

do século XVII, na Serra da Barriga, hoje, estado de Alagoas. Marquese (2006, p. 107) estimou em suas pesquisas a existência de 6 a 30 mil habitantes no Quilombo dos Palmares.

O Dia Nacional da Consciência Negra, data que define o recorte do *corpus* desta pesquisa, é celebrado em memória da morte de Zumbi dos Palmares, assassinado em 20 de novembro de 1695, durante uma emboscada ordenada pelo governador e capitão-general da então capitania de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro. Sem a liderança de Zumbi, por volta de 1710, o quilombo se desfez. Porém, isso não enfraqueceu o movimento quilombola. Segundo Marquese (2006), as atividades de quilombolas passaram a ser intensas, principalmente, em Minas Gerais, onde eles faziam trocas econômicas com a população de vilas carentes de mineração.

Além disso, ocorreram diversas revoltas e levantes, sendo a Revolta dos Malês, em 1835, liderada por africanos muçulmanos em Salvador, um dos episódios mais marcantes. Outra importante forma de resistência foi a preservação cultural, na qual cultos religiosos, música, danças e culinária fortaleciam a identidade dos escravizados. Em alguns casos, comunidades escravizadas conseguiram obter certos direitos e concessões por meio de negociações e protestos organizados junto aos senhores.

Na escravidão urbana os cativos gozavam de maior independência do que na escravidão rural, e isso facilitou muito a organização do movimento de 1835. Em geral, os escravos percorriam por toda a cidade trabalhando para seus próprios senhores ou, principalmente, contratados por terceiros para serviços eventuais. Muitos escravos sequer moravam na casa senhorial. Chamados negros ou negras de ganho, e também de ganhadores ou ganhadeiras, esses homens e mulheres escravizados contratavam com seus senhores entregar certa quantia diária ou semanal de dinheiro, e tudo que ultrapassasse esta quantia podiam embolsar. O escravo que trabalhasse muito e poupasse muito podia, após cerca de nove longos anos comprar sua liberdade, e muitos assim o fizeram. Alguns chegavam se tornar prósperos homens de negócio, que era a ocupação mais comum dos que prosperavam. Muitos africanos, depois de libertos da escravidão, tornavam-se eles próprios senhores de escravos. Calcula-se em cerca de 7 por cento a proporção dos africanos libertos na população de Salvador na época da revolta dos malês. Eles representariam em torno de 25 por cento da população africana na cidade (Reis, 2018, p. 5).

A escravidão começou a ser questionada no Brasil no século XIX, tanto por pressões internas quanto externas. A Inglaterra passou a pressionar o Brasil pelo fim do tráfico negreiro, alegando razões humanitárias, mas, também, visando seus próprios interesses comerciais. Leis importantes que antecederam a abolição: Lei do Ventre Livre (1871), que declarava livres os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir dessa data, mas previa que permanecessem sob tutela dos senhores até os 21 anos; Lei dos Sexagenários (1885), que libertava escravizados com mais de 60 anos, mas impunha que continuassem trabalhando por mais tempo para compensar seus antigos donos. Até a chegar ao ponto em que foi assinada a

Lei Áurea (1888), que aboliu oficialmente a escravidão no Brasil, muitos movimentos se levantaram e tornaram famosos Joaquim Nabuco, Luiz Gama, Silva Jardim, Raul Pompéia e Antônio Bento, como cita Moura (1990).

Porém, a abolição não significou uma inclusão da população negra na sociedade, mas, sim, um processo de marginalização. Muitos libertos não tiveram acesso à terra, emprego ou moradia digna. A sociedade brasileira passou a incentivar a imigração europeia para substituir a mão de obra negra, criando barreiras sociais e raciais. Surgiu um discurso de que o negro era “incapaz” de se integrar ao progresso do país, reforçando estereótipos racistas e justificando a exclusão.

A ideia de diminuição da população escrava a um projeto de incentivo à imigração, de preferência europeia: os imigrantes brancos deveriam substituir os escravos negros nas plantações e posteriormente acelerar o processo de implantação das primeiras indústrias nos centros urbanos do país (Hofbauer, 2006, p. 180).

Até hoje, as desigualdades raciais persistem, refletindo-se nos baixos índices de escolaridade, nas dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e na violência policial contra a população negra. Mesmo após a abolição, formas de exploração similares à escravidão ainda existem no Brasil. Para Araújo (2021, p. 38), “a marginalização do negro na sociedade pós-escravidão é fruto de um movimento idealizado e articulado com intuito de manter a condução política e econômica do país com a elite branca”, revelando que a abolição não foi acompanhada de movimentos de inclusão social, o que contribuiu para a permanência de desigualdades raciais profundas e estruturais ao longo da história brasileira. Nesse sentido, a exclusão social e econômica não pode ser compreendida como resultado de falhas individuais, mas como resultado de um projeto histórico que naturalizou a desigualdade racial e segue influenciando as relações de poder, o acesso a direitos e a produção de vulnerabilidades no Brasil contemporâneo.

2.1 Escravidão com outro nome

O perfil das desigualdades raciais no Brasil não pode ser entendido apenas como uma herança histórica, mas como uma estrutura de desigualdade que se mantém no presente. Carlos Hasenbalg (1982, p. 98) ressalta que “os negros sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social individual”. A exclusão racial não se limita ao passado, ela continua sendo reproduzida por meio da desigualdade de oportunidades e do acesso restrito a recursos fundamentais para o desenvolvimento social e econômico.

Araújo (2021, p. 39) destaca que a principal forma econômica praticada no pós-escravidão foi o cultivo da terra e os negros não tiveram acesso a ela, já que não houve

nenhuma “ação reparatória aos ex-escravizados e seus descendentes”. O racismo, visivelmente presente nas práticas, vai ao encontro do que aponta Moura (2014, p. 280) sobre este mesmo período:

Após a abolição, no entanto, houve um período no qual o negro não encontrava possibilidade de se interagir economicamente e encontrar a sua identidade étnica de forma não fragmentada e confusa. O preconceito racial ao lado do processo de marginalização imposta ao negro são os dois elementos determinadores de seu comportamento. Determinaram a suas formas de organização e o seu comportamento individual. Para quem convive com os negros de forma sistemática durante um tempo relativamente grande, em um país no qual existe a escravidão até recentemente uma coisa ele salta os olhos: o seu comportamento ainda está fundamentalmente marcado pelo relacionamento que havia entre os senhores escravos no passado no nível de dominação e subordinação. Acostumado com o comportamento rotineiro de subalternidade, ele adapta-se, acomoda-se, procurando, dentro de suas constelações fechadas de atitudes e reações.

Após a abolição da escravidão no Brasil, em 1888, uma das principais mudanças foi a necessidade de substituir a mão de obra escravizada, especialmente nas lavouras de café, que eram a base da economia nacional. Nesse contexto, o governo brasileiro incentivou a imigração europeia como solução para preencher essa lacuna no mercado de trabalho.

Diversos fatores contribuíram para a vinda de imigrantes europeus ao Brasil, além da necessidade de substituição da mão de obra, após o fim da escravidão, já que fazendeiros enfrentaram dificuldades para manter sua produção. Porém, como aponta Ribeiro (2015, p. 181) havia também o forte pensamento racista, que considerava a imigração europeia uma forma de embranquecer a população brasileira. Muitos políticos e intelectuais acreditavam que a presença de europeus ajudaria a “civilizar” o país, substituindo a população negra e indígena.

A crise econômica, que muitos países europeus enfrentavam, gerou dificuldades econômicas no final do século XIX e início do XX, o que levou diversas famílias a buscarem melhores condições de vida em outros continentes (Viotti da Costa, 2010). Itália, Portugal, Alemanha e Espanha estavam entre os principais países emissores de imigrantes. Aliado a isso, o Estado brasileiro ofereceu subsídios para a viagem e assentamento, facilitando sua vinda. Algumas fazendas cobriam os custos de transporte e garantiam moradia aos recém-chegados, embora muitos trabalhadores acabassem endividados em sistemas de exploração.

Essa imigração europeia transformou a sociedade brasileira de várias maneiras, contribuiu para o crescimento urbano e a industrialização, especialmente em São Paulo, mas como o foco sempre foi inibir a participação dos negros como atores relevantes no crescimento do país, o movimento pós-abolição criou conflitos sociais e reforçou a

marginalização da população negra recém-liberta, que teve pouco acesso a trabalho e terras, sendo empurrada para ocupações informais e a periferia das cidades. Rosa (2011, p. 26) diz que a colonização a qual os povos indígenas e africanos foram submetidos, dentro do processo de dominação vinculado ao sistema mercantilista imposto pelas elites europeias, resultou em desigualdades e hierarquias que persistem até os dias atuais “devido a escolhas, rejeições, visibilidade e invisibilidade de temas relacionados à dimensão racial”.

Os traços dessa desigualdade se perpetuaram e são sentidos, percebidos socialmente, mas podem ser provados numericamente também. De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 2.004 trabalhadores e trabalhadoras, submetidos a condições degradantes de trabalho, foram resgatados durante ações de fiscalizações realizadas durante o ano de 2024 e mais de R\$ 7 milhões em verbas trabalhistas e rescisórias foram pagos. Em 2025, o Brasil completou 30 anos desde o reconhecimento oficial da existência de formas contemporâneas de escravidão, por meio da Política Pública de Erradicação do Trabalho Escravo lançada em 1995. Desde então, o MTE afirma ter resgatado 65.598 trabalhadores(as) em 8.483 operações fiscais. Um levantamento feito pela Organização Não Governamental (ONG) Repórter Brasil, em 2019, revelou que a cada cinco trabalhadores resgatados em situação análoga à escravidão entre 2016 e 2018, quatro eram negros. A reportagem publicada no site da instituição mostra que entre os negros resgatados estavam principalmente homens (91%), jovens de 15 a 29 anos (40%) e nascidos em estados do Nordeste (46%). Os dados foram obtidos com a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, por meio da Lei de Acesso à Informação.

Em uma entrevista ao portal Repórter Brasil⁴, Sérgio Luiz de Souza, professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e pesquisador de História Afro-brasileira e Africana faz uma reflexão sobre os dados destacados: “Ser negro é igual a estar sujeito a situações diversas em que sua vida é desvalorizada, você é um ser desqualificado socialmente e sua cultura é deslegitimada”.

O processo de colonização, atrelado aos anos de escravidão, não apenas impôs um domínio territorial e econômico, mas, também, aprofundou desigualdades sociais e raciais, criando estruturas de poder que favoreceram a metrópole em detrimento das populações colonizadas. Nesse contexto, Sartre (1968, p. 140) destaca como a Europa intensificou as divisões sociais e fomentou hierarquias, que reforçaram a estratificação e o racismo nas colônias: “a Europa multiplicou divisões, as oposições, forjou classes e às vezes racismos,

⁴ Disponível em:

<https://reporterbrasil.org.br/2019/11/negros-sao-82-dos-resgatados-do-trabalho-escravo-no-brasil/>

tentou através de todos os expedientes provocar e aumentar a estratificação das sociedades colonizadas”. Ele conclui que mesmo quando o branco está em uma condição econômica inferior, ele ainda é socialmente considerado superior ao preto. É onde o racismo coloca o preto. Ele reforça os privilégios do grupo detentor de poder político. “O operário branco lucra um pouco com a colonização; por mais baixo que seja seu nível de vida” (Sartre, 1968, p. 94). Assim, o racismo emerge como um pilar fundamental do projeto colonial, funcionando como instrumento de legitimação das hierarquias sociais e de sustentação do poder político e econômico. Ao atribuir superioridade social ao branco, independentemente de sua posição material, o sistema colonial assegura a reprodução dos privilégios raciais e a naturalização da subordinação da população negra, cujos efeitos extrapolam o período histórico da colonização e permanecem estruturando as relações sociais até os dias atuais.

2.2 Lutas por novas ‘abolições’

Já ficou evidente que o fim da escravidão não libertou os negros das amarras do racismo. Depois de todas as lutas que seus ancestrais travaram por uma lei que os permitiam serem livres, muitas lutas ainda foram e são necessárias para quebrar outras correntes. Os movimentos negros têm desempenhado um papel fundamental na batalha por igualdade, principalmente, na educação e no mercado de trabalho, enfrentando historicamente as barreiras do racismo estrutural. No Brasil, essa mobilização se intensificou ao longo do século XX, inspirados em movimentos que surgiram nos EUA, como cita Araújo (2021, p. 50):

É importante relacionar o papel das entidades do movimento negro da segunda metade do século XX com a movimentação global em torno das discussões sobre a discriminação racial. Foi nesse período, mais precisamente na década de 1960, que ocorreu o movimento pelos direitos civis negros nos Estados Unidos, liderado por Martin Luther King Jr, que acabou assassinado, mas que contribuiu para que as leis antissegregação fossem implementadas naquele país. Este fato pode ser considerado uma inspiração para o movimento negro brasileiro, que passou por um momento de expansão, sobretudo na década de 1980.

Araújo (2021, p. 50) também destaca como marco de avanço nessa caminhada o “reconhecimento dos direitos dos quilombolas da Constituição de 1988”. Foi depois desse período que os movimentos se voltaram para educação como um instrumento de emancipação social e econômica. Durante grande parte da história brasileira, a população negra teve seu acesso à educação formal negado ou limitado a condições precárias. A luta por escolas públicas de qualidade, pelo reconhecimento da cultura e da história afro-brasileira e pela redução das desigualdades raciais no ensino se intensificou no século XX, com o surgimento de organizações como o Teatro Experimental do Negro, fundado por Abdias do Nascimento, e

o Movimento Negro Unificado (MNU), um dos maiores movimentos negro da América Latina, que desde os anos 1970 luta contra o racismo na sociedade.

As lutas resultaram em um grande marco, a implementação das cotas raciais em universidades públicas e privadas. Após anos de debate, a política foi oficializada pela Lei 12.711/2012, garantindo vagas para estudantes negros, indígenas e de baixa renda em instituições federais de ensino superior. Além disso, a Lei 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, visando combater o apagamento histórico e promover o reconhecimento das contribuições negras para a sociedade.

Cada uma dessas conquistas era celebrada, mas em muitos momentos essas pequenas vitórias são questionadas. Anthony Giddens (2002), ao discutir o conceito de política-vida, já problematizava os desafios éticos e morais da vida em sociedade diante da diversidade de valores e crenças. Ele questionou como seria possível estabelecer uma base moral para a convivência social sem cair no preconceito e na intolerância.

Como poderemos remoralizar a vida social sem virar reféns do preconceito? Quanto mais voltamos às questões existenciais, mais encontramos desacordos morais; como conciliá-los? Se não há princípios éticos transistóricos, como poderá a humanidade lidar sem violência com choques entre os “verdadeiros crentes” de diferentes convicções? Responder a esses problemas certamente vai requerer uma grande reconstrução da política emancipatória, sem abandonar a busca dos objetivos da política-vida (Giddens, 2002, p. 2012).

Giddens (2002) sugere que os conflitos entre diferentes visões de mundo são inevitáveis. No entanto, a questão central é como lidar com esses embates sem recorrer à violência ou à exclusão. Para ele, a resposta exige uma reconstrução da política emancipatória, ou seja, uma renovação das práticas políticas que promovam a inclusão e a justiça, sem perder de vista a política-vida, que diz respeito às questões mais subjetivas e identitárias dos agentes sociais. Dessa forma, Giddens (2002) propõe um debate sobre como equilibrar liberdade, diversidade e coesão social para um mundo mais plural.

Além de lidar com os questionamentos das suadas conquistas, os problemas ainda existentes não podem ser deixados de lado. O acesso ao ensino superior eleva as possibilidades de um futuro em profissões que antes eram vislumbradas apenas por brancos, como ser médico ou jornalista, por exemplo, mas ainda há problemas que começam na educação básica, que se não forem combatidos, não haverá negros para preencherem as cotas que estão disponíveis. Dados do IBGE 2023, divulgados em março de 2024, apontaram que 48,3% dos negros com mais de 25 anos haviam concluído o ensino médio. Para os brancos, o

percentual era de 61,8%. O instituto aponta que, 70,6% dos negros com 18 a 24 anos deixaram os estudos sem concluir o ensino superior. Para os brancos, a taxa era de 57%.

Mesmo com esses avanços, os desafios persistem, como a evasão escolar de estudantes negros por dificuldades financeiras e o racismo dentro das instituições de ensino. Assim, os movimentos continuam a pressionar por políticas que garantam permanência estudantil, representatividade e a descolonização do conhecimento.

No Brasil, os movimentos sociais tiveram grande participação na construção dos direitos fundamentais sociais previstos na Constituição de 1988 e nas leis antirracistas como a Lei 10.000.639/2003, as leis de cotas raciais nas universidades federais e no serviço público, estatuto da igualdade racial e também nas decisões judiciais, inclusive com contribuições técnicas e teórica de grande relevância. Ainda assim, é sabido que o destino das políticas de combate ao racismo está, como sempre esteve atrelado aos rumos políticos econômicos da sociedade (Almeida, 2018, p. 117)

No mercado de trabalho, a desigualdade racial se reflete na segregação ocupacional e na dificuldade de acesso da população negra a cargos bem remunerados e posições de liderança. Dados do IBGE (2022) mostram que trabalhadores negros recebem salários menores que os brancos. Em 2022, pessoas brancas recebiam em média R\$3.273,00, 64,2% mais do que as pessoas de cor ou raça preta ou parda, que ganhavam R\$1.994,00. O rendimento médio das mulheres brancas era de R\$2.858,00 e superava o dos homens pretos ou pardos, que era de R\$2.230,00.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2022), também realizada pelo IBGE, mostrou que 40,9% dos trabalhadores do país estava em ocupações informais. Para as mulheres pretas ou pardas esse número era de 46,8% e para os homens pretos ou pardos, 46,6%, ou seja, proporção sempre acima da média. Entre as trabalhadoras de cor branca, a informalidade era de 34,5% e entre os homens brancos, 33,3%, proporções estavam abaixo da média. Segundo o IBGE, o percentual de negros no mercado informal sempre está acima da média nacional, em toda a série histórica da PNAD, desde 2012.

Entre o total de pessoas empregadas no país, a proporção da população branca era 44,7%, e a preta ou parda, 54,2%. Porém, o recorte por atividade econômica revela a segmentação das ocupações e o racismo estrutural no mercado de trabalho. A proporção de trabalhadores pretos ou pardos é acentuada na Agropecuária (62,0%), na Construção (65,1%) e nos Serviços domésticos (66,4%), atividades com salários inferiores à média em todos os anos da série. Já as atividades com rendimentos médios mais elevados, como informação, financeira e outras ligadas à administração pública, educação, saúde e serviços sociais, têm proporcionalmente, maior presença de pessoas de cor ou raça branca empregadas (55,9% e

49,6% respectivamente). Esse padrão ocorreu em toda a série histórica da PNAD Contínua, entre 2012 e 2022.

Movimentos atuais têm buscado alternativas que dizem ter o objetivo de mudar a realidade e combater o racismo estrutural dentro dos ambientes de trabalho e da escola. Dados do último senso do IBGE (2022) mostram que pretos e pardos continuam com menor acesso à educação, emprego, segurança e saneamento⁵, além do rendimento-hora dos trabalhadores brancos (R\$ 20,0) ser 61,4% maior que o dos pretos ou pardos (R\$12,4)⁶. Algumas políticas públicas, nos últimos anos, foram anunciadas por políticos como conquistas para os movimentos negros. Não se quer, aqui, descredibilizar a relevância e poder destes feitos, mas, sim, medir seus resultados e não deixar que eles sejam considerados soluções de um problema que é muito mais profundo e complexo.

No dia 22 de dezembro de 2023, por exemplo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), publicou no Diário Oficial da União (DOU) a lei que torna feriado nacional o dia 20 de novembro, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Aprovado pela Câmara dos Deputados em novembro, o projeto de lei (PL) 3.268/2021 teve origem no projeto de lei (PLS) 482/2017, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Antes desta, o dia já era feriado em seis estados e cerca de 1,2 mil cidades. No Tocantins, por exemplo, a data era considerada apenas Ponto Facultativo. Algumas cidades tinham decreto de feriado municipal, como Porto Nacional, Monte do Carmo e Dianópolis.

Os avanços na luta contra o racismo foram resultado da pressão dos movimentos sociais e de mudanças na legislação. Contudo, frisa-se que o andamento dessas políticas ainda é uma gota no oceano de mudanças políticas e econômicas do país. Para Araújo (2021, p. 53):

[...] o racismo brasileiro é estrutural, isto é, está presente em tudo (ou quase tudo), no sistema educacional, na imprensa, na literatura, na televisão, no judiciário, na política partidária, ou seja, por mais que um indivíduo não queira agir com racismo contra uma pessoa negra, em muitos casos, ao colaborar com a continuidade do sistema em que está inserido, acaba que por contribuir com a persistência dessa violência contra as pessoas negras.

Ambientando a discussão para o Tocantins, local onde o *corpus* desta pesquisa está localizado, algumas políticas do governo começam a ser vistas, mais de 30 anos da criação do Estado. Em janeiro de 2024, o governador Wanderlei Barbosa, do partido Republicanos, criou a Secretaria de Estado da Igualdade Racial (SEIR), por meio da Medida Provisória (MP) nº 3,

⁵ Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>

⁶ Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38543-em-2022-rendimento-hora-dos-trabalhadores-brancos-r-20-0-era-61-4-maior-que-o-dos-pretos-ou-pardos-r-12-4>

publicada no Diário Oficial do Estado (DOE). O documento afirma que a secretaria tem o objetivo de implementar políticas públicas de promoção da igualdade racial, de proteção dos direitos de indivíduos, Povos e Comunidades Tradicionais e grupos étnicos atingidos pela discriminação racial e demais formas de intolerância; acompanhar políticas transversais voltadas para a promoção da igualdade racial, executadas pelos diversos órgãos do Estado; executar políticas destinadas à promoção da igualdade racial, promovendo ações afirmativas de combate e superação do racismo; bem como na relação da administração pública com os servidores e agentes públicos; desenvolver estratégias de combate ao racismo e à discriminação racial em todas as suas formas, tanto no âmbito individual quanto institucional; estimular a criação, fortalecimento de conselhos e espaços de participação social voltados para a igualdade racial, coordenar a implementação da Política Estadual para Comunidades Remanescentes de Quilombos; monitorar a execução dos programas federais para Comunidades Remanescentes de Quilombos, no âmbito do Governo do Tocantins; promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com vistas a reconhecer, fortalecer e garantir os direitos destes povos e comunidades, inclusive os de natureza socioambiental, econômica, cultural, e seus usos, costumes, conhecimentos tradicionais, ancestrais, saberes e fazeres, suas formas de organização e suas instituições; dentre outras atribuições.

Mesmo com todas essas atribuições a serem executadas, a secretaria teve o secretário anunciado apenas 11 meses depois, no dia 8 de novembro de 2024. Foi nomeado como secretário o professor Adão Francisco de Oliveira, durante a cerimônia de posse o Governador Wanderlei Barbosa disse: “A secretaria está instituída com a posse do professor Adão Francisco, a quem cabe implementar a pasta, bem como as ações voltadas para a população negra em nosso estado”⁷. Ou seja, por meses, a secretaria só existia no papel, apesar dos anos de luta, desigualdades sentidas na pele, as poucas ações que o governo se propõe a abraçar, visivelmente não são tratadas com urgência. Demora que denota ser consequência do racismo estrutural.

Vale lembrar que o Governo do Tocantins passou por um período de instabilidade após o afastamento do governador Wanderlei Barbosa, em setembro de 2025, o que também gerou mudanças no comando desta e de outras secretarias. Durante cerca de três meses, período em que Laurez Moreira atuou como governador em exercício, a pasta foi assumida, de forma

⁷ Disponível em:

<https://www.to.gov.br/secom/noticias/governador-wanderlei-barbosa-empossa-professor-adao-francisco-como-se-cretario-de-estado-da-igualdade-racial/15atqpxuj6c>

interina, por Larissa Carlos Rosenda, que acumulava também a Secretaria de Estado da Mulher. Quando Barbosa voltou ao cargo, em dezembro de 2025, Rogério Castro Ferreira, secretário executivo, passou a responder interinamente pela Secretaria da Igualdade Racial. Apenas em janeiro de 2026 um secretário titular foi escolhido, o sociólogo Sérgio Roberto Jorge Alves, nomeado em 14 de janeiro⁸.

Desde que foi criada, segundo o que foi divulgado no site da SEIR, a maioria das ações foi para participações em eventos sobre combate ao racismo e palestras em escolas. As ações mais efetivas divulgadas⁹ foram a entrega de títulos de terras para Quilombolas, pedido de proteção para comunidade Quilombola que sofria ameaças de fazendeiros da região e criação de uma ouvidoria para denúncias que envolvessem ameaças e crimes raciais.

2.3 A responsabilidade do Jornalismo nessa história

[...] o jornalismo é demasiadas vezes reduzido ao domínio técnico de uma linguagem e seus formatos, e os jornalistas reduzidos a meros empregados, trabalhadores numa fábrica de notícias. [...] há muito mais no jornalismo, para além do domínio das técnicas jornalísticas, e que os jornalistas fazem parte de uma profissão, talvez uma das profissões mais difíceis e com maiores responsabilidades sociais (Traquina, 2005, p. 22)

Este pensamento de Nelson Traquina (2005), no início de seu livro *Teorias do Jornalismo: por que as notícias são como são*, critica a visão reducionista do jornalismo que o enxerga apenas como um conjunto de técnicas e formatos padronizados. Para o autor, o jornalismo não se resume à transmissão de informações, mas implica interpretar, contextualizar e exercer um papel crítico na sociedade. Ele destaca, ainda, que essa é uma das profissões mais desafiadoras, pois os jornalistas carregam uma grande responsabilidade na formação da opinião pública e na construção da democracia, sendo essenciais para garantir um debate plural e informado.

Sabendo que os meios de comunicação possuem um papel determinante na construção das representações sociais, influenciando percepções e comportamentos coletivos, no contexto do racismo, a mídia pode atuar tanto na desconstrução de estereótipos quanto na sua perpetuação, dependendo das narrativas que privilegia e das vozes que escolhe amplificar. A busca pelo “furo”, muitas vezes, resulta na reprodução de discursos discriminatórios, reforçando desigualdades estruturais e dando legitimidade a ideologias excludentes. Nesse sentido, é fundamental compreender como o jornalismo, em todas as suas formas de

⁸ Disponível em:

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2026/01/15/governador-do-tocantins-nomeia-secretario-para-pasta-da-igualdade-racial.ghtml>

⁹ Disponível em: <https://www.to.gov.br/seir/noticias>

comunicação, participa ativamente da dinâmica do racismo contemporâneo, como aponta o sociólogo Michel Wieviorka (2009, p. 145, tradução nossa):

Não se pode analisar seriamente o racismo contemporâneo sem questionar a influência dos meios de comunicação na progressão, difusão e também na regressão do fenômeno. Em alguns casos, a mídia segue uma lógica direta de produção ou coprodução do racismo, especialmente quando as exigências do furo, ou seja, da informação espetacular, podem servir como incentivo ao racismo e, por exemplo, conferir aos atores racistas um peso, uma visibilidade e uma eficácia multiplicados¹⁰.

Wieviorka (2009) usa exemplos de como a imprensa britânica associava problemas sociais a questões raciais e como a imprensa belga criou uma imagem negativa de muçulmanos. Padrões que facilmente se encaixam no modelo como o jornalismo brasileiro aborda a presença negra em muitas esferas da sociedade.

Collins (2021) argumenta que as opressões de raça, classe, gênero e outras categorias sociais não operam isoladamente, mas se interseccionam, criando experiências únicas de discriminação e privilégio. A ideia de democracia racial no Brasil foi historicamente utilizada para sustentar a noção de uma sociedade harmoniosa, na qual as diferenças raciais seriam irrelevantes e todos os cidadãos teriam igualdade de oportunidades. No entanto, essa visão esconde as desigualdades estruturais e a exclusão sistemática de grupos racializados, ao negar a existência de categorias raciais formais no discurso oficial.

O Brasil alegou oficialmente não ter “raças”, posição que se baseava no modo como o governo abordava as estatísticas raciais. Sem categorias raciais, o Brasil oficialmente não tinha “raças” socialmente reconhecidas. Ironicamente, o mito da democracia racial apagou a raça para construir uma filosofia de democracia racial em que ser brasileiro substituiu outras identidades como as de raça (Collins; Bilge, 2021, p. 39).

No jornalismo, essa dinâmica de poder e silenciamento se manifestam tanto na composição das redações quanto nas escolhas editoriais. A ausência de jornalistas negros e a predominância de profissionais de classes privilegiadas limitam a pluralidade de perspectivas, resultando em narrativas que, frequentemente, reforçam estereótipos e negligenciam as experiências interseccionais da população negra, especialmente de mulheres negras. Collins (2021) argumenta que as opressões de raça, classe, gênero e outras categorias sociais não operam isoladamente, mas se interseccionam, criando experiências únicas de discriminação e privilégio.

¹⁰ Tradução de: “No se puede analizar seriamente el racismo contemporáneo sin interrogar sobre la influencia de los medios de comunicación en la progresión, la difusión y también la regresión del fenómeno. En algunos casos los medios remiten a una lógica directa de producción o coproducción del racismo, en particular cuando las exigencias del scoop, es decir, de la información espectacular, pueden constituir un incentivo al racismo y, por ejemplo, dar a los actores racistas un peso, una visibilidad y una eficacia multiplicadas” (Wieviorka, 2009, p. 145).

Historicamente, o jornalismo também impõe padrões estéticos de embranquecimento que inibiam e “camuflavam” características negras. Este tipo de prática tem mudado ao longo dos anos e as redações apresentam crescimento no número de profissionais negros, como mostra o estudo de Emerim e Silva (2023, p. 15):

Nos novos rostos, a presença de traços mais identitários como cabelos crespos, soltos, corpos diversificados como a população negra brasileira, sem artifícios estéticos para tentar embranquecê-los - são elementos importantes e que mostram que, mesmo com as regras mais rígidas do telejornalismo, é possível manter a identidade étnica racial. Se a maior parte da população brasileira se declara negra ou parda, deveria ser natural que a representatividade de profissionais brancos e negros fosse equitativa, porém isso não ocorre no telejornalismo brasileiro.

Porém, ainda há um longo caminho, se é que um dia existirá, uma relação igualitária dentro do jornalismo ou qualquer outro setor da sociedade. A construção da imagem não se limita à sua presença na tela, mas envolve, também, a forma como são enquadrados, os papéis que lhes são atribuídos e as oportunidades de ascensão dentro das redações. Assim, a equidade na representatividade não se resume à ocupação de cargos, mas à valorização da identidade racial em toda a estrutura do telejornalismo.

Entrando na temática das oportunidades de ascensão e espaços ocupados por negros, é de extrema relevância científica e sentimental citar o dia 19 de outubro de 2019, quando Thiago Rogeh, o apresentador do Jornal Anhanguera 1ª Edição-TO, telejornal utilizado como *corpus* dessa pesquisa, chegou a apresentar o Jornal Nacional (JN), principal noticiário do país. A presença dele na bancada fez parte do rodízio, entre apresentadores de todo o Brasil, em comemoração aos 50 anos do telejornal¹¹. A proposta teve a intenção de levar o “boa noite” do JN com diferentes sotaques nas noites de sábado. A presença em tal bancada é um sonho para a carreira de qualquer jornalista, tendo em vista que é o telejornal de maior audiência do país e o mais antigo ainda em atuação.

¹¹ Disponível em:

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/50-anos/noticia/2019/09/06/jn-50-anos-conheca-a-trajetoria-dos-apresentadores-que-vao-estar-aos-sabados-na-bancada.ghtml>

Figura 1 - Thiago Rogeh na apresentação do JN em 2019



Fonte: Rede Globo/Reprodução (2019).

Muito além de apresentar, Thiago Rogeh, como jornalista autodeclarado preto, utilizou um dos horários mais nobres da TV brasileira para falar sobre oportunidades:

Eu quero agradecer ao Jornal Nacional, à TV Anhangüera, a você Thaís. Passa aquele filme na cabeça, porque eu fui a primeira pessoa da minha família a ter curso superior, já tive que ir para aula à pé porque não tinha dinheiro e olha só, um sonho se realizando. Eu tô dizendo isso para você porque não desiste não, os sonhos se realizam. Um abraço apertado para o meu Tocantins e eu vou encerrar como eu faço lá no jornal. Beijo, tchau. (Rogeh, 2019)¹²

Ao relembrar sua trajetória, Rogeh toca em pontos sensíveis e que estão totalmente ligados ao racismo estrutural já citado neste capítulo e comprovado nos dados e pesquisas do IBGE. Quando cita o caminho, desde as dificuldades financeiras até a realização do sonho de estar no maior telejornal do país, o apresentador evidencia as disparidades no acesso à educação e à ascensão profissional, supracitadas nesta pesquisa, que, historicamente, afetam a população negra. Fato também destacado por Moura (2014, p. 131):

Não houve uma distribuição populacional, horizontal, igualitária, mas ela foi verticalizada socialmente à medida que as sociedades dominadas pelo colonialismo se diversificaram internamente e ficaram estruturalmente mais complexas. [...] houve portanto uma imbricação entre etnias, status, valores sociais e etnias e papéis sociais e culturas. Estabeleceram-se critérios que determinaram a posição de cada grupo e etnias.

¹² Disponível em:

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/video/apresentadores-do-tocantins-e-do-ceara-encerram-jornal-nacional-com-boas-noites-especiais-8019443.ghtml>

A partir dessa estrutura, consolidaram-se desigualdades que se perpetuam até os dias atuais em diferentes esferas, como no acesso a direitos, na representatividade política, no jornalismo e na distribuição de recursos, como evidenciou Thiago Rogeh, na bancada do JN.

2.4 Na tela da TV no meio desse povo

“Quem nasce orgulhosamente negro, sabe muito bem o que são obstáculos”, já apontava Glória Maria (2020, Globo Repórter)¹³. A história do Brasil como um dos países mais escravagistas deixou marcas que são visíveis até os dias atuais. O racismo estrutural é a herança maldita que, conforme Almeida (2018, p. 38), “constitui as relações num determinado padrão de ‘normalidade’. É uma forma de normalização do preconceito e da discriminação, um modo de estrutura social e de manutenção das relações e do poder hegemônico”. Racismo este que beneficia determinados grupos em detrimento de outros, impactando a dominação no campo social de forma sistemática.

No cenário midiático e particularmente no telejornalismo, as representações da população negra frequentemente ocorrem a partir de um lugar de subalternidade. Isso se reflete tanto nas pautas veiculadas quanto na escassa presença de profissionais negros na área, no mundo do trabalho. Barreto (2021, p. 128) observa que, mesmo no século XXI, há uma “quantidade irrisória de profissionais negros apresentando programas ou atuando na operação” no cenário televisivo nacional. A Rede Globo, por exemplo, apesar de ter introduzido alguns jornalistas negros em bancadas importantes, como Heraldo Pereira e Glória Maria, ainda pode dar a impressão de oferecer apenas uma “fatia” limitada de oportunidades a essa população.

A invisibilidade e o reforço de estereótipos raciais no meio televisivo são evidentes, como aponta Silva (2006, p. 20): “Fazer uma análise da representação das pessoas negras na mídia é constatar que essa parte da população brasileira sofre com a invisibilização e com o reforço dos estereótipos raciais no meio televisivo”. Essa ausência ou representação limitada é notável, considerando que os negros são a minoria ou até mesmo inexistentes em elencos de filmes, novelas ou minisséries, assim como no material analisado nesta pesquisa, em alguns momentos.

¹³Disponível em:

<https://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2020/06/05/gloria-maria-racismo-e-algo-que-vivi-desde-sempre-e-a-gente-vai-aprendendo-a-se-defender.ghtml>

A televisão detém um poder significativo na criação da realidade e na formação da opinião pública. Bourdieu (1997, p. 15) alerta para o poder de manipulação da televisão, afirmando que ela “pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. Esse poder de evocação tem efeitos de mobilização. Ela pode fazer existir ideias ou representações, mas também grupos”. Assim, a narração dos fatos implica uma construção social da realidade capaz de exercer efeitos de mobilização ou desmobilização.

Durante décadas, a televisão brasileira sustentou um ideal que se aproxima da descrição de Ribeiro (2017, p. 21): “Quando se fala em sujeito universal, normalmente se está falando do homem branco, cis, heterossexual e de classe média. As demais experiências são tratadas como desvios ou exceções”. Essa normatividade influenciou profundamente a composição das bancadas jornalísticas e o tipo de corpo autorizado a falar em nome da verdade e da informação objetiva. O jornalismo televisivo, ao projetar uma suposta imparcialidade, apagou as experiências raciais subalternizadas, criando um filtro que desconsiderava as marcas sociais que atravessam os sujeitos comunicadores.

Historicamente, o telejornalismo apresentava os fatos com a imagem e a ideia de credibilidade atreladas à pessoa branca, resultando na exclusão de grupos sociais, como mulheres e negros, devido a um passado de opressão e escravidão. Araújo (2006, p. 73) reforça que “o desejo de branqueamento da nação, ideário que já estava consolidado desde o século XIX, acabou por tornar-se um peso imagético, uma meta racial que nunca provocou rebeldias”. Em sociedades marcadas por hierarquias raciais, como a brasileira, a ausência ou a presença estereotipada de corpos negros, indígenas e de outras populações historicamente marginalizadas nos meios audiovisuais revela não apenas uma desigualdade de acesso aos espaços de fala, mas, também, um projeto simbólico de exclusão. Muniz Sodré (2023, p. 231) chama atenção para essa lógica de apagamento:

Na televisão e no cinema, a narratividade de incorporação de “povos” extraterritoriais sempre foi fraca por parte de produtores, roteiristas e cineastas, com raras exceções. De fato, a narratividade é uma propedêutica à ética social imediata, que se define como moralidade cotidiana, costumes, comportamento. Nela se constroem a visibilidade, imprescindível à participação dos extraterritoriais nos mecanismos de representação pública, mas negada na prática “jogotécnica” dos discursos sociais. Na publicidade, por exemplo, essa negação pode ser aferida pela declaração extrema de um profissional responsável por campanhas de sucesso nos anos de 1970 e 1980: “Pessoalmente, eu não colocaria um preto em comerciais meus, porque seria uma desvalorização do produto anunciado” (Enio Mainardi, publicitário e escritor, falecido em 2020).

A estrutura dos discursos no jornalismo não é apenas uma escolha técnica ou estilística, mas um reflexo das influências históricas e ideológicas que moldaram sua consolidação como campo profissional. O jornalismo moderno constrói determinados

modelos de ver e narrar o mundo, operando como um mediador simbólico que legitima certas vozes e silencia outras. Essa lógica não é neutra, ela carrega as marcas históricas e tende a privilegiar um olhar universalista, frequentemente excludente das experiências e subjetividades que escapam aos padrões. Moraes e Silva (2019, p. 5) apontam que “as marcas da modernidade nos métodos e técnicas de produção jornalística produzem efeitos nas maneiras como a realidade e os sujeitos podem ser percebidos e narrados como uma forma de conhecimento social”. Ou seja, influenciam a maneira como a realidade é percebida e representada.

Durante as décadas de 1970 e 1980, ainda que houvesse avanços pontuais na presença de jornalistas negros nas redações, sua participação nos telejornais permanecia restrita, tanto em termos quantitativos quanto simbólicos. As exceções que emergiram nesse período muitas vezes ocupavam funções específicas e, quando alcançavam destaque, precisavam atenuar traços culturais e estéticos associados à negritude para se manterem nos espaços de prestígio midiático.

Nesse cenário de apagamento e resistência, a trajetória de Glória Maria representa um marco histórico na televisão brasileira. Primeira repórter negra a ganhar projeção nacional na TV Globo, sua entrada no telejornalismo nos anos 1970 rompeu barreiras simbólicas e institucionais, ainda que cercada por desafios implícitos ao racismo estrutural. Ao longo de sua carreira, Glória Maria se tornou uma figura emblemática pela pluralidade de temas que cobriu, mas, também, por simbolizar a possibilidade de presença negra em um espaço hegemonicamente branco. Sua visibilidade, entretanto, não anulou as desigualdades persistentes no setor, mas evidenciou o quanto a conquista de espaços por jornalistas negros depende de trajetórias singulares e da reafirmação constante de sua legitimidade profissional frente às estruturas que ainda operam segundo uma lógica racializada de exclusão, como a própria jornalista relatou.

Uma edição do Globo Repórter de 2020 sobre racismo, que reeditou um debate do programa “Em Pauta”, da GloboNews, canal fechado ligado à TV Globo, trouxe uma introdução de Glória Maria em que ela lembra ter sido a primeira pessoa no Brasil a acionar a lei que punia o racismo, que, na época, não era considerado crime:

Eu tenho orgulho de ter sido a primeira pessoa no Brasil a usar a Lei Afonso Arinos, que punia o racismo, não como crime, mas como contravenção. Eu fui barrada em um hotel por um gerente que disse que negro não podia entrar, chamei a polícia, e levei esse gerente do hotel aos tribunais. Ele foi expulso do Brasil, mas ele se livrou

da acusação pagando uma multa ridícula. Porque o racismo, para muita gente, não vale nada, né? Só para quem sofre¹⁴.

O texto escrito para noticiar esse programa trouxe uma nota de rodapé, inserida em 2023, três anos após a publicação, que comunica que o acusado de racismo contra Glória, foi absolvido. A figura de Glória Maria, mais do que um caso individual de ascensão profissional, simboliza a inserção de uma nova narrativa na mídia televisiva, protagonizada por uma mulher negra em um espaço historicamente reservado a vozes legitimadas pela branquitude. Como observa Djamila Ribeiro (2017, p. 63): “quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência”. Nesse sentido, a presença de Glória Maria na televisão rompe com o silenciamento imposto aos sujeitos negros e evidencia a potência de ocupar espaços simbólicos de poder, mas, igualmente, demonstra que, mesmo quando ocupa tais espaços, a população negra não deixa de ter o racismo atravessando seu cotidiano.

Porém, a estrutura excludente, ainda presente nas redações e bancadas jornalísticas, é reflexo de uma lógica mais profunda que atravessa a sociedade brasileira e que Lélia Gonzalez (1988) denominou de “racismo à brasileira”, um sistema de opressão que se sustenta pela negação da existência do racismo, ao mesmo tempo em que naturaliza práticas discriminatórias no cotidiano. No campo da comunicação, essa negação se manifesta na ideia de meritocracia e de neutralidade editorial, que, na prática, acabam por reforçar desigualdades históricas de acesso, visibilidade e poder de fala.

Ter a Glória Maria como jornalista no vídeo, desde 1971, pode parecer um grande símbolo de desconstrução na maior emissora do país, mas a realidade é bem diferente. Muitos momentos históricos também deixaram evidentes as marcas do racismo estrutural dentro da emissora. Um deles está atrelado e motivou o programa que foi enaltecido pela jornalista na frase acima destacada. No dia 2 de junho de 2020¹⁵, o programa “Em Pauta”, da Globo News, foi alvo de críticas por discutir temas relacionados ao racismo, como protestos antirracismo nos EUA e a declaração do presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, que

¹⁴ Disponível em:

<https://g1.globo.com/globo-reporter/video/ gloria-maria-racismo-e-algo-que-vivi-desde-sempre-a-gente-vai-aprendendo-a-se-defender-8607303.ghtml>

¹⁵ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8598590>

chamou o movimento negro de “escória maldita”¹⁶. O que chamou a atenção neste programa foi o fato de todos os jornalistas que participavam da discussão serem brancos.

Figura 2 - Programa “Em Pauta” discutindo racismo na GloboNews



Fonte: Globoplay/Reprodução (2020).

Esse episódio expõe não apenas uma falha de representatividade, mas a prática recorrente de silenciamento institucional, que sustenta a lógica de exclusão nas grandes corporações midiáticas. Como afirma Ribeiro (2017, p. 35), “isso, de forma alguma, significa que esses grupos não criam ferramentas para enfrentar esses silêncios institucionais, ao contrário, existem várias formas de organização políticas, culturais e intelectuais”. Ao excluir jornalistas negros de debates sobre questões que atravessam suas existências, a mídia perpetua a ideia de que apenas determinadas experiências, na maioria das vezes, brancas e masculinas, são dignas de ocupar o espaço da reflexão pública. Além disso, essa exclusão não é apenas simbólica, mas epistemológica. Ao comentar a ausência de vozes negras nos debates públicos, Ribeiro (2017, p. 16) enfatiza que “quem possuiu o privilégio social possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco”. O caso do “Em Pauta” demonstra como, mesmo diante de décadas de presença negra, mesmo que

¹⁶ Fato ocorrido durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), que apresentou discursivamente em outros momentos uma “política de salvação”, que como bem apontam Leite e Assis (2022, p. 13) era: “...baseada na confiança como ferramenta de uma nova cruzada, de uma “luta contra o mal”, isto é, o mal personificado no outro, diga-se, o negro, a mulher, o LGBTQIA+ e o pobre. Estes devem ser apenas admitidos como subalternos ou como complemento da ‘identidade branca’ a partir de critérios de alteridade”.

pontual na emissora, ainda persiste um modelo de comunicação que marginaliza saberes racializados e reproduz a estrutura excludente, até mesmo quando ela é tema.

No dia seguinte à exibição deste programa, os jornalistas negros da emissora foram convidados para discutir o tema¹⁷. O jornalista Heraldo Pereira assumiu o comando do programa, que contou com a participação de cinco jornalistas negras: Maria Júlia Coutinho, Zileide Silva, Aline Midlej, Flávia Oliveira e Lilian Ribeiro. Além disso, Zileide Silva e Flávia Oliveira foram anunciadas como as novas comentaristas fixas do “Em Pauta”. No entanto, vale reforçar aqui que tais medidas só ocorreram após a ampla repercussão de críticas à edição mencionada nas redes sociais.

Figura 3 - Programa “Em Pauta” discutindo racismo com jornalistas pretos



Fonte: Globoplay/Reprodução (2020).

A naturalização da branquitude como padrão de neutralidade e competência reforçava a exclusão simbólica dos profissionais negros, dificultando não apenas sua ascensão profissional, mas, também, a representação de uma diversidade racial autêntica nos noticiários. Heraldo Pereira foi o primeiro negro a compor o quadro de âncoras do Jornal Nacional, em 2002. No entanto, sua imagem discursiva, assim como a de Glória Maria, frequentemente se aproximava de um padrão estético mais “embranquecido”, com cabelos curtos ou alisados e uma gestualidade comedida, alinhando-se às exigências televisivas e ao que era socialmente “aceito” pela sociedade brasileira estruturalmente racista. Padrão este já

¹⁷ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8601440>

descrito por Sueli Carneiro (2023, p. 31) “o dispositivo de racialidade, ao demarcar a humanidade como sinônimo de brancura, irá redefinir as demais dimensões humanas e hierarquizá-las de acordo com a proximidade ou o distanciamento desse padrão”. Tal aspecto foi igualmente notado no estudo de Emerim e Silva (2023, p. 10):

O que se pode depreender desta análise é a de que os traços identitários mais próximos da afrodescendência não aparecem nos dois jornalistas, a não ser a cor da pele que, com a maquiagem mais clara, os deixam mais próximo do visual do mulato/mestiço seguindo um padrão mais próximo do corpo burguês branco. Os cabelos alisados de Glória Maria e de corte baixinho e com gel de Heraldo Pereira demonstram outra aproximação do visual ao modelo da figura padrão do branco, eliminando os traços crespos e de volume, original do perfil estético geral dos traços do corpo do branco, o que caracteriza o branqueamento da figura e, podendo compreender como uma adequação não apenas as regras da tevê mas, também, ao padrão “aceito” pela sociedade brasileira em geral.

A conquista de espaços por profissionais negros no telejornalismo, embora extremamente relevante e significativa, nunca encontrou condições de equidade. Aqueles que rompem as barreiras históricas de exclusão racial são submetidos a exigências implícitas de conformidade com os “padrões”. Bento (2022, p. 76) traz relevante análise, pontuando que:

Regras, processos, normas, ferramentas utilizadas no ambiente de trabalho preferem e fortalecem silenciosamente os que se consideram “iguais”, atuando sistemicamente na transmissão da herança secular do grupo, no fenômeno que viemos chamando de pactos narcísicos. [...] Essa herança tem também sua dimensão simbólica, fazendo com que o perfil daqueles que lideram as organizações, que é majoritariamente masculino e branco, esteja sempre bem representado nos meios de comunicação, o que mantém um imaginário que favorece sua permanência em lugares da sociedade considerados mais prestigiados, bem como propicia a naturalização de outros grupos em posições de subordinação e desqualificação.

Adaptações que envolvem escolhas estéticas, como o modo de vestir, usar o cabelo ou modular a voz, são traços de racismo camuflados pelo discurso de ser percebido como “profissional” que ainda são percebidos, mas que mudaram ao longo do anos. O estudo de Emerim e Silva (2023, p. 14) em dois telejornais de diferentes estados registrou que “rostos negros, com diferentes traços fenotípicos, cabelos crespos e corpos diversos têm se apresentado em pautas locais, na cobertura do cotidiano das grandes cidades e mesmo na previsão do tempo”. Apesar desse sutil avanço no modo como o povo negro se representa no vídeo, dentro do cenário de jornalistas como um todo eles ainda são minoria.

Em 2021, o Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro/UFSC) traçou um do Perfil do Jornalista Brasileiro¹⁸, por meio das respostas de mais de 7 mil profissionais que responderam a questionários on-line. Os dados apontaram que 67,8% dos jornalistas se declararam brancos, uma diferença absurdamente significativa para as demais raças, 20,6%

¹⁸ Disponível em:

<https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf>

pardos, 9,3% pretos e 1,3% amarelos. São mais de 50 anos desde que Glória Maria fez história como figura negra no telejornalismo, mas os avanços, em meio século, ainda não são tão animadores.

No tópico seguinte, essa reconstituição histórica focará, mais especificamente, no telejornalismo do Tocantins, para desenhar o panorama no qual está inserida a produção telejornalística que é *corpus* desta pesquisa.

2.5 A chegada ao Cerrado

A compreensão do desenvolvimento da televisão regional no Brasil exige uma análise histórica na busca por evidenciar as relações entre comunicação, poder e desigualdades estruturais. Nesse sentido, Oliveira Filho (2021, p. 144) destaca que o estudo da mídia televisiva regional contribui para entender o cenário contemporâneo da comunicação brasileira, ao mesmo tempo em que revela as limitações das políticas públicas implementadas ao longo das décadas para garantir uma comunicação mais diversa e descentralizada no país..

A chegada da televisão à Região Norte do Brasil ocorreu de forma tardia e condicionada por interesses políticos e econômicos alinhados ao projeto de integração nacional promovido pelo regime militar. A análise do desenvolvimento dos sistemas de comunicação em regiões de expansão econômica e demográfica, como o Centro-Norte brasileiro (englobando Goiás e o futuro Tocantins), demanda uma perspectiva crítica sobre quem detém o controle dos meios e, conseqüentemente, da narrativa histórica e social. Fonseca (2021) aponta que o Grupo Jaime Câmara (GJC) estabeleceu uma liderança inquestionável, cuja gênese, em 1935, na antiga capital de Goiás, marca o início de uma trajetória. A fundação do Grupo, em 1935, inicialmente como papelaria e tipografia, e sua rápida transferência para a nova capital, Goiânia, em 1937, sob a direção dos irmãos Jaime Câmara, Joaquim Câmara Filho e Vicente Rebouças Câmara, sinaliza um acompanhamento estratégico do desenvolvimento regional. O lançamento do jornal O Popular, em 1938, estabeleceu a base do que se tornaria o maior grupo de comunicação do Centro-Oeste.

O processo de interiorização das emissoras foi favorecido pelas políticas públicas de incentivo à expansão das telecomunicações, especialmente, a partir da década de 1960. O marco essencial para a consolidação da hegemonia de longa duração ocorreu com a expansão para o meio audiovisual. Em 1963, nasceu a TV Anhanguera em Goiânia, tornando-se a

primeira retransmissora do sinal da Rede Globo na região. Esta afiliação estratégica proporcionou ao GJC uma “trajetória de liderança em todas as faixas de audiência”¹⁹.

No contexto do antigo norte goiano, território que viria a compor o estado do Tocantins após sua criação em 1988, esse movimento resultou na implantação da primeira retransmissora da TV Anhanguera, na cidade de Araguaína. De acordo com Fonseca (2021, p. 30): “a expansão começou por Araguaína, a maior cidade da região, distante cerca de 1.200 quilômetros da capital goiana. Mas a implantação da TV foi cercada de desafios, pois, na maioria dos municípios, não havia uma rede de energia permanente”.

Além dos obstáculos logísticos, a presença da televisão nessa região foi acompanhada por um forte discurso de progresso e civilização, como evidenciado nos registros de inauguração da retransmissora em 1976. Essa retórica revela a função simbólica atribuída à televisão como vetor de modernidade, ainda que pautada por uma lógica centralizadora de conteúdo. De acordo com as pesquisas de Fonseca (2021), a emissora levava o sinal para sete cidades do extremo norte goiano, além de duas no Maranhão, com uma programação gravada na capital, Goiânia, e com imagens coloridas para cerca de três mil receptores, sem ainda produzir conteúdo local.

A criação do estado do Tocantins, em 1988, impulsionou uma nova demanda por visibilidade e representação nos meios de comunicação. A percepção da necessidade de um jornalismo alinhado à identidade regional aparece com clareza no depoimento de um dos pioneiros da comunicação local: “O alinhamento com as questões de Goiás não cabia mais naquilo. Então, nós [...] criamos condições para que o Estado (do Tocantins) tivesse a sua própria personalidade jornalística” (Rocha Lima apud Fonseca, 2021, p. 15).

Não foram encontrados registros históricos que descrevam com detalhes fenotípicos as equipes jornalísticas que produziram os primeiros telejornais da emissora. Não há também no cadastro de funcionários do Grupo Jaime Câmara nenhum campo que identifique a raça/etnia do funcionário.

Um dos fundadores do grupo no estado era o jornalista Luiz Fernando Rocha Lima²⁰. Frisa-se que posições de poder ocupadas por pessoas brancas evidenciam os privilégios que foram perpetuados desde a abolição. Como sustenta Bento (2022, p. 35), essa configuração reflete o racismo estrutural e institucional, no qual as instituições reproduzem, de forma

¹⁹ Disponível em: <https://www.gjccorp.com.br/sobre-nos>

²⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2022/12/07/amigos-relembra-trajetoria-de-ex-diretor-do-grupo-jaime-camara-e-importancia-no-jornalismo-tocantinense-e-goiano.ghtml>

orgânica, as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social racista e de privilégios de determinado grupo racial.

Assinado quarenta anos após a publicação da Lei Eusébio de Queirós,¹⁸ que proibia o tráfico de escravos, o decreto dimensiona a concretude dos interesses e dos pactos narcísicos de determinados segmentos europeus e seus descendentes no Brasil. É ao longo da história que se forja o “sistema meritocrático” em que um segmento branco da população vai acumulando mais recursos econômicos, políticos, sociais, de poder que vai colocar seus herdeiros em lugar de privilégio.

Para conseguir o levantamento histórico completo seriam necessárias entrevistas com antigos jornalistas e colaboradores para saber quais seriam suas autodeclarações, metodologia que não está dentro do arcabouço deste estudo, tendo em vista o tempo de realização da pesquisa. Diante disso, é apresentado no Quadro 12, da página 97, uma linha do tempo dos jornalistas que aparecem no vídeo dentro do período analisado, mostrando quais se autodeclararam pretos ou pardos nos materiais que traziam a temática do Dia da Consciência Negra, ao longo dos 10 anos analisados. Abaixo, no Quadro 1, é possível ver as imagens de apresentadores e repórteres que aparecem no vídeo em cada um dos materiais analisados pela pesquisa:

Quadro 1 - Imagens de apresentadores e repórteres das edições de 2014 a 2024

Ano	Apresentadores	Repórteres
2014	 Jocyelma Santana e Sydney Neto	 Maykon Paiva
2015	 Jocyelma Santana e Sydney Neto	Sem reportagens

2016	 Jocyelma Santana	Sem reportagens
2017	 Sydney Neto	 Carlos Gomes e Ana Paula Rehbein
2018	 Marina Maimone	Sem reportagens
2019	 Thiago Rogeh	 Yonny Furukawa e Aurora Fernandes

2020		 Yonny Furukawa, Heloísa Dantas, Lucas Ferreira, Ana Paula Rehbein e Aurora Fernandes
2021		 Jesana de Jesus
2022		 Betânia Sousa e Aurora Fernandes
2023		

		Aurora Fernandes e Betânia Sousa
2024		 Aurora Fernandes, Betânia Sousa, Márcio Novais e Tamyra Pinheiro

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

O Quadro 1, mesmo que não faça um histórico da inserção do negro no jornalismo da TV Anhanguera como um todo, mostra quem falou sobre os pretos ao longo dos últimos 10 anos, nesta data tão simbólica. Gonzalez (2019) afirma que para romper com esse processo de silenciamento e invisibilização, a presença de jornalistas negros em reportagens que pautam as relações étnico-raciais se torna um imperativo ético e político, garantindo que a mediação da realidade não ocorra apenas sob o filtro do “colonizador interno”. Portanto, visualizar o sujeito do discurso é fundamental para análise. Para que possa ser medido se o negro deixou de ser um “objeto” da observação etnográfica branca e foi reconhecido como um “ser de ação e discurso” da própria história.

A partir desta contextualização histórica/teórica, segue-se, no próximo capítulo, para a apresentação da metodologia, detalhando os procedimentos utilizados pela pesquisadora neste estudo. É importante frisar que os aspectos teóricos discutidos aqui foram fundamentais para o embasamento categorial desenvolvido no capítulo seguinte.

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os caminhos metodológicos traçados para a realização desta pesquisa. O Dia da Consciência Negra foi feriado nacional pela primeira vez em 2024, depois de uma lei sancionada pelo presidente Luíz Inácio Lula da Silva (PT) no ano anterior. Parece um ato menor diante das tantas lutas travadas por direitos, às vezes básicos, que este povo encara diariamente, mas deu um peso maior à data que, desde sempre, mereceu ser tratada com a relevância que lhe é característica, já que carrega a memória de Zumbi dos Palmares, como já citado em capítulos anteriores.

Assim como o reconhecimento político da data tem um impacto para as lutas deste povo, a maneira como eles são retratados, lembrados e representados no jornalismo também tem influência nas batalhas e nas mudanças. Pensando nisso, esta pesquisa busca analisar a representatividade negra no telejornal JA1, da TV Anhanguera, com foco nas edições exibidas no Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. O objeto deste estudo é o telejornal do meio-dia, Jornal Anhanguera 1ª Edição-TO, exibido pela emissora, afiliada Globo no Tocantins, conforme já mencionado.

Para tal, a metodologia empregada será a Análise de Conteúdo (AC), proposta por Laurence Bardin (2016), aplicada tanto a elementos verbais quanto não-verbais. Serão analisadas reportagens que tratam diretamente o tema, considerando aspectos como o enquadramento das pautas, as sequências discursivas construídas e a presença de jornalistas negros na apresentação e na reportagem. O recorte foi definido considerando a relevância da data no calendário nacional e a possibilidade de identificar abordagens narrativas e discursivas sobre o Dia da Consciência Negra.

3.1 Por que a Análise de Conteúdo?

A Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2016), é uma técnica que permite a descrição sistemática e objetiva dos conteúdos comunicacionais, com vistas à inferência de conhecimentos que auxiliem na compreensão do fenômeno investigado. Esse enquadramento se mostra adequado para esta pesquisa por sua capacidade de explorar as dimensões discursivas, sejam elas verbais ou não-verbais, presentes no telejornalismo, identificando padrões, recorrências e singularidades ao longo do período analisado. Como reforçam Sampaio e Lycarião (2021, p. 16):

[...] análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos.

A Análise de Conteúdo se originou na primeira metade do século XX, inicialmente, como um método quantitativo aplicado à comunicação e às ciências sociais. Seu desenvolvimento pode ser dividido em três fases principais.

Os Estados Unidos são apontados como local onde se originou a primeira fase, apenas como um método para examinar mensagens de mídia de forma quantitativa (Krippendorff, 2004). Harold Lasswell foi um dos pioneiros ao utilizar esse método para analisar propagandas políticas e comunicações de massa, durante a Segunda Guerra Mundial. O foco era contar palavras, temas e símbolos, com o objetivo de identificar padrões de influência e persuasão. Bernard Berelson foi o pesquisador que consolidou a Análise de Conteúdo, como uma técnica sistemática para examinar a comunicação de forma objetiva e replicável. Seu livro *Content Analysis in Communication Research* (1952) ajudou a formalizar a abordagem quantitativa.

A partir dos anos 1950 e 1960, estudiosos começaram a questionar os limites da abordagem quantitativa, que, muitas vezes, ignorava os significados e interpretações mais profundas dos textos (Bardin, 2016). A influência do estruturalismo e da semiótica levou a um maior interesse em analisar os sentidos subjacentes às mensagens. Na Europa, pesquisadores começaram a desenvolver uma abordagem mais interpretativa, que criticava a análise quantitativa pela superficialidade na compreensão da cultura de massa.

Foi nesse contexto que Bardin (1977) publicou Análise de Conteúdo, tornando-se uma das referências fundamentais para o método. Ela propôs um modelo que integra abordagens quantitativas e qualitativas, permitindo uma análise mais profunda do significado dos conteúdos estudados. A pesquisadora estruturou a Análise de Conteúdo em três fases principais:

- **Pré-análise:** Definição do *corpus* e organização dos materiais;
- **Exploração do material:** Codificação e categorização dos dados;
- **Tratamento dos resultados e interpretação:** Identificação de padrões e significados.

Ela consolidou a Análise de Conteúdo como uma técnica flexível e aplicável a diferentes tipos de comunicação. Conforme Bardin (2016), tal metodologia constitui um conjunto de técnicas destinadas à análise das comunicações, tendo como objetivo superar a incerteza e enriquecer a leitura de mensagens. Desenvolvida no início do século XX, foi amplamente empregada em análises jornalísticas, com destaque para os trabalhos de Lasswell (1987) sobre imprensa e propaganda.

O método oscila entre dois pólos complementares: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade, ambos essenciais para a construção de inferências sólidas e interpretações enriquecedoras. Bardin (2016) enfatiza que a Análise de Conteúdo pode ser tanto qualitativa quanto quantitativa, permitindo a triangulação de abordagens. Essa flexibilidade é particularmente útil no presente estudo, que busca explorar não apenas as narrativas textuais presentes nas reportagens, das edições definidas pela pesquisa, mas, também, medir a representatividade e ou o reforço de estereótipos por meio da quantidade de materiais sobre o tema em uma mesma edição do telejornal, repetição de palavras, conceitos, presença de fontes etc.

Nesta pesquisa, a abordagem é híbrida, combinando métodos quantitativos e qualitativos. Conforme Minayo e Sanches (1993), essas abordagens não devem ser fundidas em uma única perspectiva, mas, sim, trabalhadas de forma complementar, respeitando as especificidades do objeto de estudo. Os autores ressaltam que a relação entre quantitativo e qualitativo, assim como entre objetividade e subjetividade, não deve ser vista como uma oposição, mas como uma interação. Eles explicam que os estudos quantitativos podem levantar questões a serem aprofundadas qualitativamente e vice-versa, permitindo uma análise mais rica e multifacetada das relações sociais.

Segundo Gatti (2002), os aspectos quantitativos e qualitativos são interdependentes. Dados numéricos representam a magnitude com que um fenômeno ocorre, mas só adquirem significado pleno quando interpretados qualitativamente, à luz de um referencial teórico, por isso a importância do resgate conceitual e contextual realizado no capítulo anterior. O objetivo é que essa perspectiva integrada permita uma análise mais ampla, que aborde tanto a magnitude quanto os significados intrínsecos das narrativas e representações encontradas na pesquisa.

Entre as técnicas apresentadas por Bardin (2016), a análise categorial foi escolhida como procedimento para esta investigação. Ela consiste em classificar os elementos significativos do *corpus* em categorias previamente definidas ou emergentes, considerando a frequência e a ausência de itens de sentido.

É o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem. É, portanto, um método taxonômico bem concebido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente (Bardin, 2016, p. 43).

Esse método não é apenas uma classificação arbitrária, exige rigor na escolha das categorias, que devem estar alinhadas ao objetivo da análise e englobar os aspectos relevantes

da mensagem. A taxonomia gerada a partir dessa organização permite ao pesquisador encontrar padrões, relações e significados dentro de um conjunto de dados, transformando o que parece desordenado em uma estrutura coerente. Em resumo, possibilita transformar complexidade em sistematização analítica.

Vale destacar que a interpretação de textos na AC não é única ou fixa, pois diferentes critérios metodológicos podem gerar diferentes leituras. Krippendorff (2004) enfatiza que os textos não possuem um significado inerente e que sua análise depende da perspectiva adotada, acarretando em múltiplas interpretações.

Textos não possuem significados que poderiam ser “descobertos”, “identificados” ou “descritos” pelo que são. Assim como textos podem ser lidos por inúmeras perspectivas, então signos podem ter diferentes designações e, assim, dados podem sofrer diversas análises (Krippendorff, 2004, p. 22).

A interpretação vai sofrer alterações da perspectiva do pesquisador, por isso, um mesmo conjunto de dados pode ser analisado de diferentes formas, dependendo do referencial teórico e da abordagem adotada.

Sendo assim, a AC é um método que exige rigor metodológico e embasamento teórico para garantir a validade de seus resultados. No entanto, sua aplicação não é fixa ou universal, pois diferentes pesquisadores podem adotar critérios distintos para traduzir conceitos em categorias de análise. Essa flexibilidade de nenhuma maneira compromete a cientificidade do método, mas, sim, reforça sua complexidade. Nesse sentido, a validade de uma AC não se apoia em uma única forma de análise, mas na solidez dos argumentos que sustentam suas escolhas metodológicas, como apontam Sampaio e Lycarião (2021, p. 33-34):

Por isso que é possível dizer que a validade de uma AC é dependente do quão convincente ela se mostra à comunidade para a qual ela é dirigida justamente por depender desse poder de demonstração e justificação. O fato de existir diversas possibilidades de desenhar uma AC válida não significa que ela possua baixo rigor científico. Trata-se do exato oposto. Uma vez que a tradução de conceitos teóricos em uma AC requer diversos critérios de aplicação e complexas decisões teórico-metodológicas, a chance de contestação em relação a alguma, ou algumas, decisões se mostra bastante alta. Isso, de modo algum, seria um problema, mas algo regular e ordinário do trabalho científico.

Esse pensamento reforça que a AC não deve ser vista como um método de aplicação mecânica, mas como um processo reflexivo e interpretativo, no qual as escolhas do pesquisador precisam ser constantemente justificadas. A possibilidade de contestação não reduz a credibilidade da pesquisa, mas a fortalece, pois permite um debate crítico sobre as decisões adotadas. Assim, o rigor científico da AC não está na ausência de questionamentos, mas na transparência e coerência do caminho metodológico seguido para alcançar os resultados.

Além da validade dos resultados, Sampaio e Lycarião (2021) destacam a importância da confiabilidade nas pesquisas de AC. Os estudiosos defendem que este fator está relacionado à consistência dos dados após sucessivas replicações. Como esse método envolve decisões interpretativas, a subjetividade do pesquisador é inevitável. No entanto, a confiabilidade não deseja eliminar essa subjetividade, mas padronizar a forma como diferentes codificadores interpretam as categorias analíticas. Por meio de testes e treinamentos, a análise se torna mais consistente, garantindo que os resultados obtidos sejam metodologicamente sólidos e compreensíveis para a comunidade acadêmica.

Para garantir a credibilidade da pesquisa se faz necessário, ainda, que seus procedimentos sejam estruturados de maneira a possibilitar a replicação dos resultados. Isso significa que diferentes pesquisadores, ao aplicarem a mesma metodologia a um determinado *corpus*, podem alcançar interpretações coerentes e sustentadas por um processo analítico transparente. Esse aspecto é fundamental para assegurar que a análise não dependa exclusivamente das percepções individuais do pesquisador, mas de critérios bem definidos que possam ser reproduzidos e verificados.

Além da consistência interna, a validade dos resultados está diretamente ligada à abertura do processo investigativo para revisões e questionamentos, garantindo que as interpretações derivadas da análise sejam fundamentadas em dados verificáveis. Nesse sentido, a replicabilidade se torna um dos principais critérios para assegurar a confiabilidade de um estudo, como aponta Krippendorff (2004, p. 18):

A replicabilidade é a forma mais importante de confiabilidade. A pesquisa também deve produzir resultados válidos, no sentido de que os esforços de pesquisa se mostrem abertos ao escrutínio cuidadoso e que as afirmações resultantes possam ser confrontadas diante de evidência disponibilizada independentemente.

Dessa forma, a confiabilidade e a validade de uma pesquisa não se sustentam apenas no desenvolvimento rigoroso de métodos, mas na transparência do processo e na possibilidade de revisão crítica por outros pesquisadores. A replicabilidade, ao permitir a reprodução dos resultados sob as mesmas condições metodológicas, assegura que as conclusões não sejam meramente subjetivas ou circunstanciais, mas sustentadas por uma base empírica consistente. Assim, um estudo cientificamente robusto deve não apenas apresentar resultados coerentes, mas, também, oferecer subsídios para que a comunidade acadêmica possa avaliar, contestar e aprimorar suas descobertas, por isso, detalha-se cada procedimento no tópico a seguir.

3.2 Etapas da pesquisa

Para manter tal grau de confiabilidade, esta pesquisa vai seguir as etapas de AC propostas por Sampaio e Lycarião (2021, p. 49) a partir dos estudos de Riffe, Lacy e Fico (2014) e incluindo sugestões de outros autores como Downe-Wamboldt (1992), Weber (1990) e Neuendorf (2002). No quadro abaixo, os autores apresentam, de forma esquemática e concisa, etapas da AC organizadas em três grandes fases: Conceituação, Desenho e Análise.

Quadro 2 - Etapas da Análise de Conteúdo

ETAPAS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO	
Conceituação	
1. Identificar o problema (revisão de literatura)	
2. Questões de pesquisa e hipóteses	
Desenho	
3. Selecionar a(s) unidade(s) e subunidade(s) de análise	
4. Criar e definir categorias	
a. elaboração do livro de códigos	
b. elaborar a planilha de codificação	
5. Amostragem	
6. Pré-teste das categorias e das regras de codificação	
a. treinamento	
b. revisão do livro de códigos	
c. teste de confiabilidade-piloto	
7. Treinamento final e teste de confiabilidade das categorias	
8. Codificação	
9. Testes de confiabilidade intermediário e final	
Análise	
10. Tabulação e aplicação de procedimentos estatísticos	
11. Interpretar e reportar os resultados	
12. Validação e replicabilidade	

Fonte: SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília: Enap, p. 49, 2021.

Esta divisão e as subetapas detalhadas fornecem um guia prático para o pesquisador, desde a identificação do problema até a interpretação e o relato dos resultados.

3.2.1 Conceituação

Conforme mencionado na introdução desta dissertação, a presente pesquisa analisa a representatividade negra a partir da seguinte pergunta-problema: como os materiais do Jornal Anhanguera 1ª Edição-TO abordam a representatividade negra e as desigualdades que afligem essa camada da população na cobertura do Dia da Consciência Negra, ao longo da década analisada?

A hipótese central levantada pela pesquisa é que a representatividade preta nos telejornais da TV Anhanguera, afiliada Globo no Tocantins, apresentou avanços tímidos e

inconsistentes ao longo da década, influenciados por fatores como pressões sociais externas, políticas internas de diversidade e o contexto regional. Frisa-se que uma sub-representação pode impactar negativamente na pluralidade de vozes e narrativas nos conteúdos jornalísticos. O estudo contribui, assim, para um debate mais amplo sobre o papel da mídia na promoção da equidade racial e na democratização da informação.

3.2.2 Desenho

Já se detalhou que o objetivo geral desta pesquisa é analisar a representatividade negra no telejornal JA1, da TV Anhanguera, com foco nas edições exibidas no Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. Dentre os objetivos **específicos estão**: quantificar a presença de jornalistas negros em posições de destaque nos vídeos analisados, como apresentadores, repórteres e comentaristas, no período de 2014 a 2024; compreender qual a construção discursiva acerca da população negra do país, a partir das reportagens encontradas sobre o Dia da Consciência Negra; investigar a abordagem jornalística das pautas raciais ao longo da década, observando aspectos como: espaço destinado à narrativa acerca da temática, os comentários feitos, os formatos de construção do discurso no âmbito de um telejornal e as fontes consultadas para a elaboração do discurso. Eles são fundamentais para estabelecer o desenho da pesquisa e foram aplicados ao *corpus*, que consiste em 28 materiais exibidos no telejornal da TV Anhanguera JA1 no Dia da Consciência Negra de 2014 a 2024. Nos anos em que a data era domingo, a edição do dia 19 foi levada em consideração. O fator determinante para que o material fosse selecionado para análise nesta pesquisa foi a temática voltada para questões de celebração ou discussão acerca da negritude.

a) Unidades e subunidades de análise

A seleção das edições desse telejornal, entre 2014 e 2024, permite analisar a evolução da cobertura jornalística sobre a temática, identificando padrões e mudanças de enquadramento de narrativas, que valorizem a diversidade racial. O período selecionado termina em 2024, que registra um marco para celebração da Consciência Negra, que é quando a data se tornou feriado nacional.

A pesquisadora revisitou a edição do dia 20 de novembro de cada um dos anos, entre 2014 e 2024, por meio da busca por data disponível no Globoplay, portal da Globo no qual são hospedados os conteúdos exibidos na televisão²¹. Os conteúdos encontrados foram filtrados a partir do critério já citado e foram gravados a partir da gravação de tela do celular, já que a plataforma não permite que os conteúdos sejam baixados. Depois de gravados, os

²¹ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/ja-1a-edicao-to/t/XCFJv6Hf6d/>

arquivos foram decupados pela ferramenta do Google, Pinpoint, que possibilita por meio de inteligência artificial (IA), dentre outras funções, decupar arquivos de áudio e vídeo em texto.

Conforme Emerim (2018), a decupagem cinematográfica, adaptada para o jornalismo, possibilita uma descrição detalhada dos elementos que compõem o material audiovisual, abrangendo inclusive aspectos expressivos.

[...] a decupagem que amplia a descrição aprofundando a descrição de todas as unidades ou elementos constituintes do campo expressivo (planos, enquadramentos, cores, movimentos de câmera, composição de cena, etc) e de conteúdo (falas, trilhas, etc). A técnica da decupagem, que é uma prática comum na produção de material cinematográfico e videográfico, foi adaptada para esta metodologia de modo a operacionalizar essa descrição em profundidade de todos os elementos que envolvem o material telejornalístico, permitindo, após este processo, compreender os efeitos de sentido pretendidos e o sentido do sentido produzido (Emerim, 2018, p. 11).

Dessa forma, ainda que se reconheça que a autora adapta a decupagem aos procedimentos da Semiótica Discursiva, acredita-se que tal procedimento possa ser útil na Análise de Conteúdo aqui empreendida não apenas por descrever o material, mas, também, por revelar os significados subjacentes às escolhas narrativas e estéticas da reportagem, permitindo uma leitura crítica sobre como determinados temas são representados na televisão. Nessa pesquisa, faz-se necessária a decupagem pela importância de uma análise detalhada dos elementos verbais e não verbais presentes nos materiais. O método organiza sistematicamente o material, possibilitando a identificação de padrões narrativos, enquadramentos temáticos e a presença – ou ausência – de representatividade, que se propõe a analisar.

Após a decupagem, o conteúdo foi revisado para correção de possíveis palavras traduzidas de maneira equivocada pela ferramenta. Em seguida, organizou-se preliminarmente o material. Cada edição foi registrada em uma planilha²² de dados contendo: título, data, link para acesso, decupagem do material em texto verbal e principais elementos visuais (não verbais), como marcadores fenotípicos dos apresentadores, repórteres e fontes presentes, que são atrelados à população negra. Aqui, faz-se importante problematizar um impasse acerca desta última categorização nesta pesquisa, embora se reconheça a importância da autodeclaração como critério fundamental, também é preciso considerar que a violência simbólica historicamente direcionada à população negra pode atravessar os processos de construção identitária, fazendo com que o reconhecimento de pertencimento racial nem sempre ocorra de maneira imediata ou linear. Além disso, ainda que a identificação fenotípica, isoladamente, não seja o procedimento mais adequado, não se pode desconsiderar a dimensão

²² Disponível em:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1T4jYDagetlMBjs3-_0fdtq26SeNSOpl93P6HZxBciOo/edit?gid=0#gid=0

social e simbólica pela qual o corpo negro é percebido e interpretado pelos telespectadores no espaço televisivo. Sendo assim, optou-se por elencar tais características nesta investigação, apesar da ausência de autodeclaração em alguns casos para não ignorar que:

O corpo, nessa perspectiva, é construído considerando a sua complexa particularidade fenotípica, negra, tornando-se determinante o meio social para que fosse engendrado esse particular conceito de corpo. Assim, uma conjuntura, não necessariamente segmentada, mas composta por camadas até não identificadas de forma precisa, mas existentes como classe, história e ancestralidade, memória, forma e define corpo com base na sua codificação genética, na forma que esse corpo é lido, interpretado por quem o vê (Dumas, 2019, p. 8).

O passo seguinte desta pesquisa foi a definição das categorias para análise à luz do capítulo teórico.

b) Definição de categorias

As categorias detalhadas a seguir foram definidas a partir das discussões teóricas do capítulo anterior e para possibilitar uma análise aprofundada do tratamento dado à negritude, pelo JA1, no Dia da Consciência Negra, entre 2014 e 2024. Elas permitiram observar não apenas a presença do tema no telejornal, mas também como ele é abordado, quais estratégias narrativas são utilizadas e se há avanços na representatividade e na profundidade da cobertura. Dessa forma, a pesquisa poderá contribuir para um entendimento mais amplo sobre o papel do telejornalismo, na construção da percepção pública sobre a questão racial e sua contribuição, ou não, para a quebra de estereótipos, que reforçam o racismo estrutural.

- Tempo do material

O tempo de exibição dedicado a uma pauta dentro do telejornal indica sua relevância dentro da hierarquia jornalística. Ao analisar o tempo dos conteúdos sobre o Dia da Consciência Negra, a pesquisa busca identificar se a cobertura é superficial e reduzida a pequenos segmentos ou se há um espaço significativo para aprofundamento do tema. Comparar a porcentagem de tempo dedicada a essas reportagens dentro do telejornal, ao longo dos anos, pode revelar se houve mudanças na importância dada ao tema e se há uma tendência de maior ou menor investimento na abordagem da negritude no telejornalismo local. Calculando a porcentagem de tempo é possível verificar de maneira mais fidedigna essa categoria, já que o telejornal teve alterações no tempo de duração ao longo destes anos.

- Formato e gênero do material

O telejornalismo apresenta diferentes formatos para as notícias. Dentro de uma mesma edição, a informação pode ser abordada ou transmitida com construções narrativas e visuais diversas. A escolha do formato pode estar diretamente ligada à profundidade que se pretende inferir a determinado conteúdo, como ressalta Assis (2014, p. 103): “os gêneros funcionam

como uma estratégia utilizada pela imprensa – ou, mais precisamente, pelos jornalistas – para estabelecer processos de comunicação com seu público receptor”.

O formato, portanto, é a unidade substancial ou material, com determinada configuração e certas características peculiares, que distinguem os itens de mesma natureza (Marques de Melo; Assis, 2016, p. 48). Seguindo essa linha de raciocínio, gênero jornalístico é a classe de unidades da Comunicação massiva periódica que agrupa diferentes formas e respectivas espécies de transmissão e recuperação oportuna de informações da atualidade, por meio de suportes mecânicos ou eletrônicos (aqui referidos como mídia), potencialmente habilitados para atingir audiências anônimas, vastas e dispersas. (Marques de Melo; Assis, 2016, p. 49).

Os gêneros refletem aquilo que os cidadãos querem e precisam saber/conhecer/acompanhar, porque justamente nos gêneros esse público encontra respaldo para suas ações cotidianas ou, mesmo, para o exercício da cidadania. Atender às finalidades condensadas nessas cinco vertentes é a razão de ser do trabalho da imprensa, que foi se construindo ao passo do próprio desenvolvimento da sociedade. (Marques de Melo; Assis, 2016, p. 49-50).

Nesta categoria, os materiais foram tipificados em gêneros e formatos. Os gêneros jornalísticos seguem a categorização de Marques de Melo e Assis (2016, p. 49). São eles:

1. Informativo: Nota; Notícia; Reportagem; Entrevista.
2. Opinativo: Editorial; Comentário; Artigo; Resenha; Coluna; Caricatura; Carta; Crônica.
3. Interpretativo: Análise; Perfil; Enquete; Cronologia; Dossiê.
4. Diversional: História de interesse humano; História colorida.
5. Utilitário: Indicador; Cotação; Roteiro; Serviço.

A partir dessa classificação dos gêneros jornalísticos, torna-se necessário também uma dimensão operacional da análise, observando de que maneira esses gêneros se materializam no telejornalismo por meio de formatos específicos. Nesse sentido, a identificação dos formatos permite compreender não apenas a estrutura narrativa das matérias, mas, também, as estratégias de mediação, presença do jornalista e uso de recursos visuais, elementos fundamentais para a análise do telejornal enquanto produto comunicacional. Sendo assim, os materiais analisados por esta pesquisa são sistematizados seguindo os seguintes formatos:

1. Reportagem: caracteriza o conteúdo todo feito pelo repórter. Barbeiro e Lima (2005, p. 72) afirmam que “a reportagem é por dever e método a soma das diferentes versões de

um mesmo acontecimento [...] e deve ser completa por si mesma, com começo, meio e fim”.

2. Ao vivo: é classificado por Paternostro (1999, p. 136), como a “transmissão de um acontecimento no exato momento em que ele ocorre”. O conteúdo ao vivo tem um impacto direto na maneira como o público percebe os acontecimentos, pois reduz a mediação tradicional do jornalismo, aproximando a audiência do evento à medida que ele acontece.
3. *Stand-up*: nesse formato, o jornalista aparece em cena e transmite as informações de maneira pré-gravada, adotando uma abordagem visual e narrativa muito parecida com a de uma entrada ao vivo. Paternostro (1999, p. 151) classifica como sendo “uma gravação no local do acontecimento para transmitir informações do fato”.
4. Nota pelada: pode ser chamada também de nota seca ou nota ao vivo. Essa modalidade consiste na leitura do texto pelo apresentador ao vivo durante o telejornal. Durante toda a fala, o apresentador permanece em cena, sem a exibição de imagens complementares para ilustrar as informações transmitidas, assim como define Paternostro (1999, p. 146): “nota ao vivo é a notícia lida pelo apresentador do telejornal sem qualquer imagem ou ilustração”.
5. Nota coberta: Siqueira (2012, p. 180) classifica o formato como conteúdo que “combina o texto lido ao vivo pelo apresentador com cenas, mapas ou simulações, que são inseridas por cima, sem a necessidade de se gravar o *off* previamente”.
6. Entrevista de estúdio: Paternostro (1999) conceitua a entrevista como diálogo do entrevistador com o personagem ou fonte de informação. Dentro do estúdio do telejornal, as entrevistas são classificadas por Cruz-Neto (2008, p. 47) como temáticas, já “que aborda um tema sobre o qual o entrevistado tem condições de falar”.

A categorização desses formatos jornalísticos é essencial para compreender como a notícia é construída e mediada, pois o jornalismo não é apenas um reflexo neutro do fato, mas é influenciado por valores, escolhas editoriais e contextos históricos. Ventura & Abib (2020) chamam a atenção para aspectos simbólicos, que envolvem valores, normas e discursos legitimados pelo campo jornalístico, bem como fatores econômicos, que influenciam a produção e a disseminação das notícias. “O produto noticioso, assim, ao contrário do que sugere a teoria do espelho, reflete não a realidade dos fatos brutos, mas um ethos jornalístico historicamente construído e intimamente ligado aos polos simbólicos e econômico que constituem o campo” (Ventura; Abib, 2020, p. 276). Em outras palavras, a notícia não pode ser vista como um reflexo direto da realidade, mas, sim, como uma construção social

permeada por interesses e contextos específicos, que vão definir o tempo, o espaço e, conseqüentemente, o formato que cada fato jornalístico será representado.

- **Representatividade das fontes**

Nesta categoria, a representatividade avaliará posição discursiva da fonte para abordar os temas relacionados ao Dia da Consciência Negra: são especialistas ou apenas personagens que ilustram a matéria? Possuem espaço para construir uma narrativa própria ou suas falas são mediadas e interpretadas pelos jornalistas? O modo como esses indivíduos são apresentados (cargos, tempo de fala e contexto da aparição) impacta a percepção da audiência sobre o protagonismo negro na sociedade. Como cita Ribeiro (2017, p. 37):

O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo.

As fontes serão classificadas segundo o modelo de Schmitz (2011): categoria (primária e secundária), representatividade (oficial, empresarial, institucional, testemunhal, especializada e de referência); ação (proativa, ativa, passiva e reativa), crédito (identificada e sigilosa) e pela qualificação (confiável, fidedigna e duvidosa). O aprofundamento de tais classificações será realizado no momento da análise. Frisa-se, ainda, que essa hierarquização vai permitir observar se a escolha das fontes reforça estereótipos ou contribui para um retrato mais amplo e complexo da realidade social.

A classificação constitui ainda um instrumento analítico fundamental para esta pesquisa, na medida em que permite compreender, de forma sistematizada, os diferentes papéis desempenhados pelos sujeitos que constroem a narrativa jornalística. A análise da representatividade das fontes possibilita verificar, em que medida, o objeto de análise tem avançado na inclusão de vozes historicamente marginalizadas, se a escolha das fontes é compatível com a complexidade e importância da pauta e em quais posições pessoas negras aparecem representadas.

- **Presença de apresentador autodeclarado preto**

A presença de apresentadores negros no telejornalismo pode ser compreendida a partir da perspectiva de Sodré (1998, p. 23) de que o discurso midiático integra um sistema mais amplo de produção de significados que articula estruturas políticas, institucionais e ideológicas. Nesse sentido, a mídia opera como um gênero discursivo capaz de catalisar narrativas sobre as relações interraciais, frequentemente estruturadas por tradições intelectuais e institucionais marcadas pela hegemonia branca. Sendo assim, a presença negra na bancada

do telejornal pode tensionar essa tradição ao introduzir novas possibilidades de identificação e autoridade discursiva.

Além disso, Van Dijk (2008, p. 39) também destaca o papel da cognição social na reprodução ou contestação do racismo. Os discursos midiáticos contribuem para formar modelos mentais coletivos sobre grupos sociais e seus lugares na sociedade. Quando o público passa a ver jornalistas negros ocupando posições centrais na apresentação de telejornais, há potencial para reconfigurar essas estruturas cognitivas, ampliando os referenciais de legitimidade e competência associados à população negra.

Esta categoria pretende medir como presença de apresentadores autodeclarados negros(as) influencia a abordagem e quantidade de pautas no telejornal.

- **Presença de repórter autodeclarado preto**

A representatividade negra no telejornalismo ainda é um desafio no Brasil, onde profissionais negros são minoria, principalmente, em posições de destaque, como já mencionado no capítulo teórico desta pesquisa. Sabe-se que no Brasil, segundo o Estatuto da Igualdade Racial²³ negro é o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo IBGE, ou que adotam autodefinição análoga. Nesta pesquisa, a autodeclaração durante a reportagem será utilizada enquanto parâmetro para a classificação²⁴.

Ao analisar se há repórteres autodeclarados negros durante a exibição do conteúdo conduzindo as matérias sobre o Dia da Consciência Negra, a pesquisa busca identificar se há uma valorização desses profissionais e verificar avanços na diversidade racial dentro do telejornalismo local.

A viabilidade de jornalistas negros em emissoras de televisão não deve ser apenas justificadas para cumprir a cota, como ainda acontece, mas sim, para tentar acabar com um processo enraizado sobre a sociedade brasileira, em que o negro tende a continuar sendo submisso ao homem branco, a partir de profissões secundárias no mercado de trabalho. É dessa forma que campanhas de conscientização e até mesmo de abordagens públicas devem servir de pauta às emissoras de televisão, que em conjunto podem destacar uma desigualdade racial que ainda predomina nas emissoras comerciais, de acordo com os princípios que regem a Constituição de 1988 (Carvalho; Coelho, 2018, p. 13).

Essa categoria também permite discutir se a presença de repórteres autodeclarados negros(as) influenciou a abordagem da pauta, tornando-a mais crítica e representativa.

²³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm

²⁴ A pesquisadora teve obstáculos como a mudança de orientador quase um ano após o início do mestrado, além de uma mudança de estado, o que resultou em um encurtamento do tempo de execução do estudo. Diante disso, não foi possível realizar entrevistas para mapear a autodefinição dos profissionais, pois seria necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa via Plataforma Brasil.

- **Termos usados para se referir à negritude**

A linguagem jornalística carrega significados que podem reforçar ou combater estereótipos raciais. A análise dos termos utilizados para se referir à população negra, à cultura afro-brasileira e ao próprio Dia da Consciência Negra permite verificar se há uma construção discursiva alinhada à luta antirracista ou se predominam expressões que minimizam a desigualdade racial e reforçam o mito da democracia racial.

Gonzalez (1988) destaca a importância do “pretuguês” como uma expressão linguística que combina influências africanas, desafiando o padrão linguístico europeu. No jornalismo, essa ideia pode ser usada para questionar como as normas discursivas e editoriais excluem ou estigmatizam expressões culturais negras.

Essa categoria possibilita, ainda, identificar se há uma evolução no vocabulário empregado pelo telejornal ao longo dos anos, refletindo possíveis mudanças no debate público sobre a questão racial.

c) Tratamento dos Resultados e Interpretação

Os dados serão analisados dentro das categorias e à luz do capítulo teórico. A interpretação buscará responder questões sobre como o telejornal estruturou seu discurso sobre o Dia da Consciência Negra, ao longo dos anos, apresentando se houve mudanças significativas no enfoque das reportagens e se há uma inter-relação entre tais alterações e a presença de mais pessoas negras na redação.

Será um processo rigoroso e sistemático, utilizando técnicas quanti-quali para identificar padrões e frequências, que pretendem aprofundar a compreensão dos significados e contextos, na busca por responder às questões de pesquisa estabelecidas e com o objetivo de garantir a confiabilidade e validade dos resultados.

3.2.3 Análise

A partir daqui, a pesquisadora realizou a organização, quantificação dos dados codificados e iniciou a aplicação de procedimentos estatísticos para identificar padrões e testar a hipótese. A interpretação dos resultados foi executada à luz do referencial teórico adotado, conforme já mencionado, visando a elaboração de um relatório científico detalhado, que poderá ser acompanhado no capítulo a seguir.

A Análise de Conteúdo de Bardin (2016) busca fazer inferências sobre as causas ou os efeitos das características das comunicações a partir dos resultados das análises. A noção de inferência é fundamental, pois o pesquisador utiliza construtos analíticos para relacionar o

texto com as respostas às questões de pesquisa. Assim como pontuou Krippendorff (2004, p. 25):

Textos, mensagens e símbolos nunca falam por si. A AC “infere respostas para questões específicas de pesquisa de seus textos. As inferências são meramente mais sistemáticas, explicitamente informadas e (idealmente) verificáveis do que a interpretação de leitores comuns”.

Ao destacar a necessidade de um contexto que norteie a interpretação, Krippendorff (2004) reforça que a Análise de Conteúdo não pode ser um processo arbitrário ou baseado apenas na intuição do pesquisador. A inferência, nesse sentido, não é uma simples suposição, mas um processo sistemático que se ancora em referenciais teóricos, históricos e metodológicos, que conferem validade e confiabilidade aos resultados. Isso significa que os textos analisados não têm sentido isoladamente, mas ganham significado à medida que são inseridos em um campo discursivo mais amplo, no qual se articulam com questões sociais, políticas e culturais. Dessa maneira, a AC confere o rigor metodológico essencial para que a pesquisa alcance níveis de objetividade, que possam ser debatidos e aprimorados dentro da comunidade científica, contribuindo para uma compreensão mais estruturada dos processos comunicacionais.

4 ANÁLISE

A partir da sistematização metodológica apresentada no capítulo anterior, segue-se, aqui, para a análise das edições do telejornal JA1 TO, de 2014 a 2024, a partir das categorias já definidas. Como já detalhado, tal abordagem permite identificar padrões discursivos, mudanças na cobertura e possíveis avanços na representação da temática racial ao longo da década. A interpretação deste material oferece um panorama sobre a evolução da abordagem do Dia da Consciência Negra, evidenciando continuidades e rupturas no modo como o telejornal tem tratado a questão racial no Tocantins.

O estudo identifica nuances e dinâmicas discursivas, que contribuem para um entendimento mais amplo do papel do jornalismo televisivo na construção da memória e da identidade racial. Ao incorporar uma perspectiva histórica e metodológica ancorada na Análise de Conteúdo (Bardin, 2016; Sampaio; Lycarião, 2021), é possível realizar um mapeamento dos mecanismos utilizados pelo telejornal para representar a população negra e discutir em que medida a cobertura televisiva tem se consolidado como um espaço de visibilidade e reflexão sobre o racismo.

Segue-se, então, para a descrição e interpretação dos dados do material disponível na tabela. A planilha completa²⁵ sistematiza os dados quantitativos e qualitativos, a partir das categorias definidas no capítulo metodológico, e facilita a extração de informações estatísticas (e até qualitativas) para responder às perguntas e hipóteses de pesquisa. O material do *corpus*, seu formato, tempo de duração e links para acesso estão descritos no Quadro 3:

Quadro 3 - Descrição e sistematização do *corpus* analisado

Ano	Tema	Formato	Tempo (em segundos)	Link
2014	Movimentos de preservação da cultura negra no TO falam sobre preconceitos e conquistas	Entrevista de estúdio	349 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/movimentos-de-preservacao-da-cultura-negra-no-to-falam-sobre-preconceitos-e-conquistas-3778786.ghtml
	Alunos aprendem sobre a importância da preservação da cultura negra em feira no TO	Reportagem	114 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/alunos-aprendem-sobre-a-importancia-da-preservacao-da-cultura-negra-em-feira-no-to-3778722.ghtml

²⁵ Disponível em:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1kLT5kZFNJHxT291Y1HeKP8OUdXzFBUAg6OziFiPdSOA/edit?gid=0#gid=0>

2015	Sem material	https://globoplay.globo.com/ja-1a-edicao-to/t/XCFJv6Hf6d/data/20-11-2015/		
2016	Sem material	https://globoplay.globo.com/ja-1a-edicao-to/t/XCFJv6Hf6d/data/19-11-2016/		
2017	Celebração a Zumbi dos Palmares e Dia da Consciência Negra atrai jovens em Palmas	Reportagem	97 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/celebracao-a-zumbi-dos-palmares-e-dia-da-consciencia-negra-atrai-jovens-em-palmas-6301842.ghtml
	Conheça a história do Quilombo Morro São João em Santa Rosa do Tocantins	Reportagem	274 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/conheca-a-historia-do-quilombo-morro-sao-joao-em-santa-rosa-do-tocantins-6301912.ghtml
2018	Sem material	https://globoplay.globo.com/ja-1a-edicao-to/t/XCFJv6Hf6d/data/20-11-2018/		
2019	Delegado explica o que é considerado racismo perante a lei	Ao Vivo	444 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/delegado-explica-o-que-e-considerado-racismo-perante-a-lei-8102392.ghtml
	Crianças aprendem sobre as lutas e conquistas de pessoas negras na sociedade	Reportagem	196 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/criancas-aprendem-sobre-as-lutas-e-conquistas-de-pessoas-negras-na-sociedade-8102265.ghtml
2020	Injúria racial é crime inafiançável, saiba mais sobre a lei que garante essa proteção	Ao Vivo	252 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/injuria-racial-e-crime-inafiavel-saiba-mais-sobre-a-lei-que-garante-essa-protecao-9039729.ghtml
	Racismo é crime; saiba como denunciar	Ao Vivo	108 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/racismo-e-crime-saiba-como-denunciar-9039757.ghtml
	Despertar da ancestralidade pode ajudar no combate ao racismo na infância	Reportagem	399 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/despertar-da-ancestralidade-pode-ajudar-no-combate-ao-racismo-na-infancia-9039362.ghtml
	Referências e empoderamento negro são importantes para a quebra de paradigmas e o racismo	Reportagem	253 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/referencias-e-empoderamento-negro-sao-importantes-para-a-quebra-de-paradigmas-e-o-racismo-9039560.ghtml
	Violência e preconceito contra pretos e pretas se	Reportagem	339	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/viol

	estendem da infância à vida adulta			encia-e-preconceito-contra-preto-s-e-pretas-se-estendem-da-infancia-a-vida-adulta-9039776.gh.html
	Racismo impacta a expectativa de vida das pessoas pretas; Idosos falam das dificuldades	Reportagem	424 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/racismo-impacta-a-expectativa-de-vida-das-pessoas-pretas-idosos-falam-das-dificuldades-9039793.gh.html
2021	Escola de Gurupi posta foto de criança com rosto pintado de preto e coletivos repudiam	Nota Coberta	254 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/escola-de-gurupi-posta-foto-de-crianca-com-rosto-pintado-de-preto-e-coletivos-repudiam-10058836.gh.html
	Dia 20 de novembro é comemorado o Dia da Consciência Negra, saiba mais	Reportagem	553 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/dia-20-de-novembro-e-comemorado-o-dia-da-consciencia-negra-saiba-mais-10058829.gh.html
	Conheça belas histórias de luta, autodeclaração e orgulho da população negra	Reportagem	263 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/conheca-belas-historias-de-luta-autodeclaracao-e-orgulho-da-populacao-negra-10058974.gh.html
2022	Advogada fala sobre o racismo estrutural	Entrevista de Estúdio	659 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/advogada-fala-sobre-o-racismo-estrutural-11140418.gh.html
	Levantamento do IBGE mostrou que negros recebem menos que brancos no TO	Reportagem	341 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/levantamento-do-ibge-mostrou-que-negros-recebem-menos-que-brancos-no-to-11140394.gh.html
	Caminhada será realizada em Taquaralto neste sábado (19)	Ao Vivo	253 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/caminhada-sera-realizada-em-taquaralto-neste-sabado-19-11140419.gh.html
2023	Advogada explica o que tipifica o crime de racismo perante a lei	Ao Vivo	422 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/advogada-explica-o-que-tipifica-o-crime-de-racismo-perante-a-lei-12128855.gh.html
	Especialista fala sobre tipos de cachos e como a aceitação vem revolucionando o mercado	Ao Vivo	213 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/especialista-fala-sobre-tipos-de-cachos-e-como-a-aceitacao-vem-revolucionando-o-mercado-12128857.gh.html

	Psicóloga explica como o processo de autoaceitação ajuda as pessoas negras	Ao Vivo	281 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/psicologa-explica-como-o-processo-de-autoaceitacao-ajuda-as-pessoas-negras-12128884.ghtml
	Dia da Consciência Negra: cotas raciais mudam realidade de estudantes negros	Reportagem	429 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/dia-da-consciencia-negra-cotas-raciais-mudam-realidade-de-estudantes-negros-12128918.ghtml
	Mercado de trabalho para negros: especialista fala sobre como enfrentar diferença salarial	Ao Vivo	349 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/mercado-de-trabalho-para-negros-especialista-fala-sobre-como-enfrentar-diferenca-salarial-12129447.ghtml
2024	Dia da Consciência Negra: resistência, superação e a luta contra o racismo	Reportagem e Ao Vivo	580 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/dia-da-consciencia-negra-resistencia-superacao-e-a-luta-contra-o-racismo-13116453.ghtml
	Tranças africanas e black power são mais do que um estilo; entenda	Ao Vivo	422 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/trancas-africanas-e-black-power-sao-mais-do-que-um-estilo-entenda-13116542.ghtml
	Além de não ser racista, aprender a combater o preconceito é necessário	Ao Vivo	196 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/alem-de-nao-ser-racista-aprender-a-combater-o-preconceito-e-necessario-13116541.ghtml
	Em Palmas, estudantes aprendem sobre Consciência Negra em várias disciplinas	Reportagem	280 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/em-palmas-estudantes-aprendem-sobre-consciencia-negra-em-varias-disciplinas-13116536.ghtml
	Ações de conscientização fazem parte da luta por um Brasil sem preconceito	Reportagem	203 s	https://g1.globo.com/to/tocantins/videos-ja-1-edicao-to/video/acoes-de-conscientizacao-fazem-parte-da-luta-por-um-brasil-sem-preconceito-13116534.ghtml

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

4.1 Tempo do material

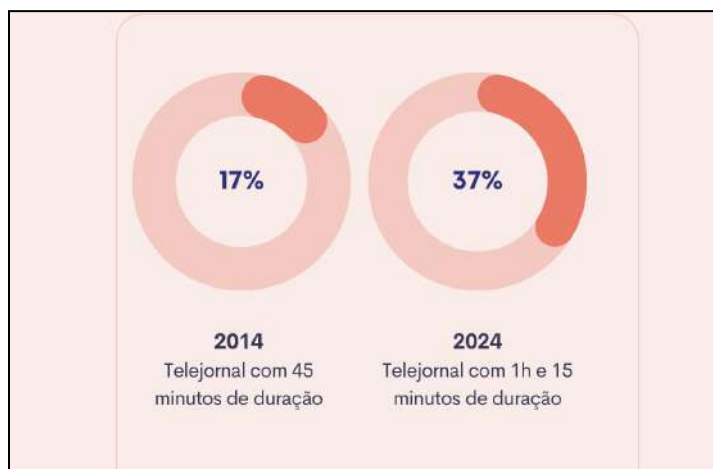
A presença da temática racial no telejornalismo brasileiro tem sido historicamente marcada por silenciamentos e aparições pontuais, muitas vezes, condicionadas por datas simbólicas do calendário oficial, como já mencionado ao longo da pesquisa. A Consciência Negra, nesse contexto, emerge como um marcador privilegiado para observar de que maneira

os meios de comunicação incorporam — ou negligenciam — o debate sobre o racismo e a desigualdade racial no espaço público. Ao analisar o tempo dedicado a essa temática em edições específicas do JA1 ao longo de uma década, torna-se possível identificar padrões de visibilidade que dialogam diretamente com a compreensão do racismo enquanto fenômeno estrutural, conforme apontam autores como Gonzalez (1988), Araújo (2021) e Collins (2021).

A partir dessa perspectiva, o levantamento do tempo de duração destinado ao tema da Consciência Negra, entre 2014 e 2024, revela um movimento descontínuo de reconhecimento da pauta racial no telejornal tocantinense, no qual momentos de maior exposição estão entre períodos de apagamento absoluto. A relevância do *corpus* em ser o Dia da Consciência Negra, reside na necessidade de documentar datas sazonais dedicadas à luta do povo negro. Percebe-se, por esta pesquisa, que nem na referida data o tema foi devidamente destacado de forma contínua. Isto serve, inclusive, como um termômetro inicial do que foi noticiado em dias comuns.

O telejornal sofreu mudanças de tamanho ao longo dos anos, em 2014, o JA1 tinha duração de 45 minutos, tempo que saltou para 1 hora e 15 minutos em 2020. Essa ampliação do tempo total do telejornal implica, também, em uma maior disponibilidade potencial de espaço para a abordagem de diferentes pautas. Para tornar possível uma comparação precisa entre os anos, foi necessário adotar um critério de mensuração que levasse em consideração as diferenças de duração do telejornal em cada período. Assim, tanto o tempo total de cada edição quanto o tempo específico dedicado aos conteúdos relacionados ao Dia da Consciência Negra foram convertidos para segundos e porcentagens. Esse procedimento metodológico permitiu calcular de forma proporcional quanto do tempo total do telejornal foi efetivamente destinado à temática racial em cada edição analisada. Dessa forma, evitou-se que a simples comparação em minutos pudesse gerar distorções interpretativas, já que o tempo total do telejornal variou ao longo da década. O Gráfico 1 mostra o percentual de tempo que os materiais sobre o Dia da Consciência Negra ocuparam no primeiro e no último ano do *corpus*, com o objetivo de identificar o avanço da pauta ao longo de uma década:

Gráfico 1 - Tempo ocupado pelo tema no primeiro e no último ano do *corpus*



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

O gráfico revela que houve uma significativa evolução no tempo dedicado ao assunto dentro do telejornal. Em 2014, os conteúdos sobre o Dia da Consciência Negra ocuparam 17,14% do tempo do programa. Já em 2024, esse tempo mais que dobrou e chegou a 37,35%.

Em 2014, o tema ocupou um percentual de 17,14%, o que indica uma presença relativamente expressiva da Consciência Negra, sobretudo quando comparada aos anos subsequentes imediatos. Em 2017, após dois anos ignorando o tema, observa-se um retorno ainda tímido da temática, com 13,74% do tempo do JA1 dedicado à Consciência Negra.

Os anos de 2015, 2016 e 2018, em que o tempo dedicado ao tema é de 0%, revelam um apagamento completo da Consciência Negra no telejornal, mesmo em uma data reconhecida no calendário nacional. Essa ausência é particularmente significativa e escancara o racismo estrutural manifestado não apenas por meio de discursos discriminatórios, mas, também, pela naturalização da ausência, pela negação da relevância política e social das pautas raciais. A não cobertura do tema nesses anos reforça a lógica de marginalização da questão racial, tratando-a como não prioritária ou dispensável no agendamento jornalístico. Segundo Ramos (2002, p. 8), a ausência sistemática da população negra, bem como o silenciamento em torno do racismo e das questões étnico-raciais, continua operando como um mecanismo de exclusão social no Brasil. Essa omissão dialoga diretamente com o que Sodré (2023, p. 186) identifica como um processo estrutural de negação da visibilidade pública da população negra: “Nega-se para excluir a visibilidade pública do descendente de escravo. Nega-se, consequentemente, o racismo como se fosse coisa trazida de fora por intelectuais ou pelas próprias vítimas, influenciadas por realidade externas”.

Além disso, a ausência do tema nesses anos reforça uma lógica de normalização da branquitude como padrão implícito do espaço midiático. Quando a representatividade negra não é discutida, especialmente em um contexto simbólico como o Dia da Consciência Negra, o que se estabelece é a reprodução de um silêncio que naturaliza desigualdades e limita a pluralidade de vozes no discurso jornalístico. Como apontou Bento (2022, p.78) “o racismo institucional, às vezes, se refere a práticas aparentemente neutras no presente, mas que refletem ou perpetuam o efeito de discriminação praticada no passado”. Assim, a mídia deixa de cumprir um papel pedagógico e social fundamental, que seria o de promover o debate público qualificado sobre raça, identidade e cidadania.

A não abordagem da representatividade nesses anos não pode ser compreendida apenas como ausência de pauta, mas como parte de um processo mais amplo de exclusão simbólica, no qual o racismo é deslocado do centro do debate público e tratado como um tema externo ou secundário. Tal dinâmica reforça o argumento de Sodré (2023) de que a negação da visibilidade é uma estratégia histórica de manutenção das hierarquias raciais no Brasil, reproduzida e atualizada cotidianamente.

O ano de 2019, primeiro em que o telejornal teve como apresentador declaradamente preto, apresenta um percentual de 17,77%, retomando patamares semelhantes aos de 2014. Os anos seguintes, ainda com a presença de Thiago Rogeh como apresentador, mostram uma mudança expressiva no padrão de tempo de cobertura. O percentual de 2020, 39,44%, representa o maior tempo dedicado ao tema em toda a série histórica analisada. Em 2021, 2022, 2023 e 2024, a porcentagem de dedicação ao tema passou a apresentar uma regularidade, sendo 24,22%, 27,84%, 37,64% e 37,35%, respectivamente. O que indica uma consolidação da temática racial no noticiário, ao menos no recorte temporal de 20 de novembro. O Gráfico 2 ilustra essa oscilação temporal a partir do percentual de tempo em cada ano:

Gráfico 2 - Tempo ocupado pelo tema nos telejornais ano a ano



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Esse aumento quantitativo sugere um avanço no reconhecimento da relevância do tema, porém, como apontam Martinez, Lago e Storch (2018, p. 5), “a discussão sobre pluralidade também encerra o ponto relevante sobre a qualidade da informação, visto que o jornalismo de qualidade é aquele capaz de efetivamente promover a pluralidade, dar a ver as diferenças”. O que leva o estudo às próximas categorias definidas para analisar quantitativamente e qualitativamente como este material foi apresentado, por quais profissionais e quem foram os atores principais das narrativas transmitidas.

4.2 Formato e gênero do material

A análise qualitativa dos gêneros e formatos jornalísticos, à luz da tipologia proposta por Marques de Melo (2016), permite compreender os modos de organização discursiva do telejornalismo como expressões de funções sociais historicamente situadas. Para o autor, os gêneros jornalísticos “correspondem a um sistema de organização do trabalho cotidiano de codificação das mensagens de atualidade, a partir das formas de expressão adotados nas empresas e refletindo em certo sentido o formato corporativo” (Marques de Melo, 2003, p. 11). A verificação da evolução dos gêneros e formatos não se limita a uma questão técnica ou estética, mas se configura como um indicador da capacidade do telejornalismo de qualificar o

debate público sobre questões raciais, ampliando sua relevância social e seu compromisso com a diversidade.

Nesse sentido, a predominância do gênero informativo no *corpus* analisado, além de ser uma característica do telejornal, reforça também a centralidade da função de vigilância social. Porém, a variação dos formatos ao longo dos anos, demonstra que essa predominância informativa não se mantém estática.

Entre 2014 e 2019, é perceptível uma baixa diversidade de formatos, o que evidencia um telejornalismo mais tradicional, ainda ancorado na reportagem como forma dominante.

Linha do tempo dos formatos:

- 2014: 2 formatos - baixa diversidade, modelo tradicional.
- 2017: 1 formato - manutenção da homogeneidade.
- 2019: 2 formatos - início da inserção mais frequente do ao vivo.
- 2020: 2 formatos - pico quantitativo de materiais e diversificação de gêneros (informativo + utilitário).
- 2021: 3 formatos - introdução da nota coberta, leve retração com apenas o gênero informativo.
- 2022: 3 formatos - equilíbrio entre informativo e utilitário.
- 2023: 2 formatos - maior diversidade qualitativa com a inclusão do gênero diversional.
- 2024: 2 formatos - maior complexidade e início de uma consolidação da diversidade.

A inflexão observada a partir de 2020 pode ser interpretada à luz das transformações estruturais do jornalismo em contexto de convergência. Como apontam estudos baseados em Jenkins (2014), os gêneros jornalísticos passam a ser reconfigurados por fatores como tecnologias, hábitos de consumo e novas formas de produção de conteúdo. Nesse cenário, a ampliação do uso do “ao vivo” e a presença do gênero utilitário indicam uma resposta do telejornal às demandas por imediatismo e serviço, mas não apenas, há gradualmente uma popularização do ao vivo, a partir do seu barateamento e das novas possibilidades de transmissão (feita até por *smartphones*), que estão mais fáceis e móveis.

De fato, Marques (2016) já sinalizava que os gêneros não são estruturas fixas, mas dispositivos adaptativos às necessidades sociais, uma vez que operam segundo as demandas do público-alvo. Assim, o aumento de formatos e gêneros em 2020 pode ser interpretado como um reposicionamento do telejornalismo frente a um cenário de urgência informacional. Nos anos seguintes, especialmente em 2023 e 2024, observa-se não apenas a continuidade da diversidade, mas, também, o aprofundamento qualitativo, com a presença do gênero diversional, que no resumo de Assis (2010, p. 27) “corresponde, a conteúdos destinados à

distração, mas que, ao mesmo tempo, em nada deixam a desejar em termos de verossimilhança das informações e de seu conteúdo”. Ao articular elementos de interesse, identificação e engajamento com conteúdos verossímeis, esse gênero permite que temas complexos, como a questão racial, sejam apresentados de forma mais acessível e sensível. Assim, o diversional não apenas cumpre uma função de atração, mas, também, contribui para a construção de sentidos mais densos, ao favorecer a aproximação entre o telespectador e as experiências retratadas, potencializando a compreensão crítica dos fenômenos sociais abordados.

Essa reconfiguração pode ser compreendida a partir da perspectiva dos estudos culturais de Hall (2013), ao indicar que a produção jornalística não apenas reflete a realidade, mas a constrói discursivamente a partir de enquadramentos e mediações. Desse modo, a ampliação de formatos e gêneros sugere uma diversificação das formas de representação da realidade, aumentando as possibilidades de leitura e interpretação por parte do público.

A expansão e a diversificação dos formatos e gêneros jornalísticos observadas ao longo da série histórica podem ser interpretadas como um elemento relevante para a qualificação das discussões sobre o Dia da Consciência Negra no telejornalismo. Se, nos primeiros anos analisados, a cobertura se concentrava em formatos mais tradicionais, especialmente a reportagem, com predomínio do gênero informativo, a evolução posterior sugere a abertura de novas possibilidades discursivas para abordar a temática racial de forma mais complexa e plural.

A incorporação de formatos como o ao vivo e a entrevista em estúdio amplia não apenas a dinâmica narrativa, mas também os enquadramentos possíveis sobre a pauta e o tempo de abordagem da temática, conforme é possível acompanhar no Quadro 3, que traça um paralelo entre os formatos e o tempo destinado a cada pauta. Melo (2016) aponta que os gêneros jornalísticos organizam as formas de apreensão da realidade social, o que implica reconhecer que a diversificação desses gêneros possibilita múltiplas formas de visibilizar e problematizar questões sociais.

O gênero diversional, observado nos anos de 2023 e 2024, pode indicar uma tentativa de aproximar o público das pautas raciais por meio de estratégias narrativas mais acessíveis e engajadoras. Embora esse gênero esteja associado à função de entretenimento, sua presença não necessariamente implica superficialidade; ao contrário, pode contribuir para a valorização da cultura negra, da estética e das manifestações artísticas, aspectos fundamentais para a construção da identidade e da memória coletiva no contexto do Dia da Consciência Negra.

4.3 Representatividade das fontes

A disputa pela autoridade discursiva do sujeito negro nos meios de comunicação não pode ser compreendida apenas como uma questão de representatividade quantitativa. Trata-se de uma disputa epistemológica e política, que envolve o reconhecimento do negro como sujeito produtor de conhecimento, intérprete legítimo da realidade e agente de transformação social. Nesse sentido, autores negros que pensam o racismo a partir de sua dimensão estrutural e simbólica oferecem ferramentas fundamentais para compreender o lugar de fala no telejornalismo.

Fanon (2008), ao denunciar a redução do negro à “coisidade”, revela que o racismo opera também na dimensão do reconhecimento. O sujeito negro é historicamente posicionado como objeto do discurso, aquele sobre quem se fala, e não como sujeito que fala. Quando transportamos essa reflexão para o campo televisivo, percebemos que a luta pela presença do negro como fonte não é apenas uma luta por visibilidade, mas por autoridade. O que está em jogo é o direito de interpretar o mundo, de ser reconhecido como sujeito universal e não apenas como marcador identitário. Reflexão que dialoga diretamente com Gonzalez (1988), ao afirmar que o racismo brasileiro se estrutura por meio de uma lógica de invisibilização e de controle simbólico das vozes negras. Para ela, o mito da democracia racial atua como mecanismo de silenciamento, ao mesmo tempo em que mantém a hierarquia racial intacta.

Será acionada, aqui, a classificação das fontes proposta por Schmitz (2026) que se organiza a partir de diferentes critérios que consideram a natureza, a ação e a qualificação dessas fontes no processo jornalístico. Ele as categoriza, primeiramente, como **primárias e secundárias**. As fontes primárias são aquelas diretamente ligadas ao fato noticiado, responsáveis por fornecer informações originais, factuais e imediatas, como testemunhas, envolvidos ou agentes diretamente relacionados ao acontecimento. Já as fontes secundárias atuam na interpretação, contextualização e análise dos fatos, sendo frequentemente representadas por especialistas, analistas ou documentos, que ajudam a ampliar a compreensão do acontecimento, especialmente em temas complexos.

O autor as agrupa também como fontes **empresarial, institucional, individual, testemunhal, especializada e de referência**. A fonte empresarial representa corporações com interesses comerciais; a institucional atua em nome de organizações ou causas sociais; a individual fala por si mesma; a testemunhal relata fatos vivenciados; a especializada oferece conhecimento técnico; e a de referência corresponde a documentos, bibliografias e mídias utilizadas como base informativa.

Quanto à sua forma de atuação no campo jornalístico, Schmitz (2026) as separa em **proativas, ativas, passivas e reativas**. As fontes proativas produzem e oferecem informações antecipadamente; as ativas mantêm relação constante com a mídia; as passivas apenas respondem quando solicitadas; e as reativas evitam a exposição ou recusam-se a fornecer informações. Essa tipificação evidencia que as fontes não são agentes neutros, mas atuam estrategicamente na produção das notícias.

Por fim, o autor apresenta a qualificação das fontes a partir do crédito, definindo as que são **identificadas ou sigilosas**, e a credibilidade, classificando-as como **confiáveis, fidedignas ou duvidosas**. As fontes confiáveis mantêm relações estáveis com jornalistas; as fidedignas possuem legitimidade social e credibilidade reconhecida; e as duvidosas apresentam informações que exigem maior verificação. Essa sistematização demonstra a complexidade do papel das fontes no jornalismo, destacando sua influência direta na construção da notícia e na definição do que é considerado verdade no discurso midiático.

No primeiro ano de análise deste estudo (2014), o telejornal apresentou uma reportagem e uma entrevista de estúdio para tratar do Dia da Consciência Negra. A reportagem mostrou a celebração da data em uma escola de Palmas-TO, dois professores e dois estudantes foram entrevistados, demonstrando um equilíbrio entre os tipos de fontes, mas nenhuma delas se autodeclara negra durante as entrevistas. Apesar de apresentarem características fenotípicas, como é possível observar nas imagens do Quadro 4, todos os entrevistados se referem aos negros na terceira pessoa, não se incluem ou se reconhecem como pertencentes a esse grupo racial. Já na entrevista realizada no estúdio, as duas mulheres e o homem são representantes de movimentos sociais que lutam contra o racismo e se autodeclaram pretos. Com eles, havia ainda um antropólogo, que não se autodeclara preto em nenhum momento, foi incluído na entrevista. O Quadro 4 identifica as fontes:

Quadro 4 - Nome, crédito, classificação e imagens de fontes entrevistadas em 2014

Material	Nome	Crédito	Autodelcarado negro	Classificação	Imagem
Reportagem: Alunos aprendem sobre a importância da preservação da cultura negra em feira no TO	Hugo Pereira de Souza	Professor de história	Não	Categoria: Primária Grupo: Oficial Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	

	Ana Maria Ivo	Professora de história	Não	Categoria: Primária Grupo: Oficial Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Daniela Rocha	Estudantes	Não	Categoria: Secundária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Pedro Gomes	Estudante	Não	Categoria: Secundária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
Entrevista de estúdio: Movimentos de preservação da cultura negra no TO falam sobre preconceitos e conquistas	Marcio Santos	Antropólogo	Não	Categoria: Primária Grupo: Especializada Ação: Proativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Maria José Cotrim	Idealizadora do Encrespa TO	Sim	Categoria: Primária Grupo: Institucional Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Maria Antonia Perdigão	Jornalista	Sim	Categoria: Secundária Grupo: Institucional Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Cristian Ribas	Representante do Enegrecer TO	Sim	Categoria: Primária Grupo: Institucional Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A entrevista de estúdio exibida pelo JA1 em 2014, dedicada ao Dia da Consciência Negra, apresenta um arranjo discursivo que, à primeira vista, sugere pluralidade ao reunir três entrevistados autodeclarados pretos ligados a movimentos sociais. No entanto, a inclusão de um antropólogo, que não se declara preto ou pardo, como única fonte especializada revela uma assimetria simbólica na distribuição da legitimidade discursiva. Esse tipo de

configuração evidencia como o jornalismo, mesmo quando se propõe a abordar questões raciais, pode reproduzir hierarquias históricas de saber, nas quais o conhecimento acadêmico ocupa uma posição de validação e chancela do discurso negro.

Essa dinâmica dialoga com a lógica colonial do saber (Maldonado-Torres, 2022), na qual sujeitos negros são frequentemente convocados a falar a partir de lugares previamente delimitados, como a experiência, a vivência ou a militância. Isso se dá não apenas no contexto da pauta envolvendo a consciência negra, mas, também, com relação às outras temáticas no dia a dia do jornalismo. No contexto televisivo, essa hierarquização se intensifica, pois a mediação jornalística seleciona quem fala, sobre o quê e a partir de quais posições de autoridade.

A presença do antropólogo não declarado negro pode atuar como uma máscara (Fanon 2008), na qual a voz negra só é autorizada a emergir se for mediada ou validada por um saber acadêmico branco. Isso retira dos sujeitos pretos a condição de seres ativos e produtores de suas próprias narrativas e conhecimentos.

Numa sociedade supracista branca e patriarcal, mulheres brancas, mulheres negras, homens negros, pessoas transexuais, lésbicas, gays podem falar do mesmo modo que homens brancos cis heterossexuais? Existe o mesmo espaço e legitimidade? Quando existe algum espaço para falar, por exemplo, para uma travesti negra, é permitido que ela fale sobre Economia, Astrofísica, ou só é permitido que fale sobre temas referentes ao fato de ser uma travesti negra? Saberes construídos fora do espaço acadêmico são considerados saberes? (Ribeiro, 2017, p. 43)

A problematização proposta por Ribeiro (2017) permite compreender que o debate não se limita à presença física ou quantitativa de sujeitos negros nos espaços midiáticos, mas à qualidade do lugar de fala que lhes é concedido. A lógica que restringe determinados grupos a falar apenas sobre suas próprias dores, identidades ou experiências reforça uma divisão racial do conhecimento, na qual temas considerados universais ou abstratos permanecem sob domínio de sujeitos brancos. O que Bento (2022, p.77) denomina racismo institucional:

Essa herança tem também sua dimensão simbólica, fazendo com que o perfil daqueles que lideram as organizações, que é majoritariamente masculino e branco, esteja sempre bem representado nos meios de comunicação, o que mantém um imaginário que favorece sua permanência em lugares da sociedade considerados mais prestigiados, bem como propicia a naturalização de outros grupos em posições de subordinação e desqualificação.

Ribeiro (2017) acrescenta que o lugar de fala não impede que indivíduos situados em posições de privilégio abordem determinadas temáticas, mas exige que o façam a partir de uma consciência crítica de sua própria localização social. Nesse sentido, sujeitos brancos podem, e devem, teorizar sobre o racismo, desde que não o façam como substituição das vozes negras, mas como exercício de responsabilização diante das estruturas que os

beneficiam. Portanto, pensar o lugar de fala constitui uma postura ética fundamental, pois implica reconhecer as hierarquias sociais e assumir o compromisso de questioná-las, o que demanda que sujeitos brancos se engajem criticamente na análise da branquitude, da normatividade racial e de seus próprios privilégios no discurso sobre a Consciência Negra.

Já a cobertura de 2017 apresenta um deslocamento significativo em relação à lógica observada em 2014, especialmente no que diz respeito à centralidade das fontes negras e à ausência de mediação branca especializada para legitimar o discurso. As duas reportagens exibidas nesse ano, uma sobre a celebração em homenagem a Zumbi dos Palmares e outra sobre o Quilombo Morro São João, privilegiam majoritariamente sujeitos autodeclarados negros como protagonistas e autoridades discursivas sobre os temas abordados, como é possível identificar no Quadro 5.

Já na reportagem dedicada ao Quilombo Morro São João, as fontes revelam um avanço mais consistente no que se refere à autonomia narrativa dos sujeitos negros. Todas as fontes entrevistadas são quilombolas, ocupando diferentes posições sociais: moradores, lideranças comunitárias e uma professora. Nesse contexto, é possível verificar uma legitimidade discursiva aos próprios sujeitos históricos do território, permitindo que a memória, a identidade e a luta quilombola sejam narradas a partir de dentro, sem a necessidade de validação externa de fontes especializadas ou representantes institucionais.

Essa configuração rompe, ainda que parcialmente, com a lógica colonial do saber, ao reconhecer o quilombo como espaço produtor de conhecimento e de história. A experiência vivida, a oralidade e a memória coletiva passam a ocupar o centro da narrativa jornalística, o que contribui para tensionar a hierarquia tradicional entre saber acadêmico e saber popular. No entanto, é importante destacar que essa valorização permanece circunscrita a temas racializados, como cultura, identidade e território, não sendo possível afirmar, a partir desse recorte da pesquisa, uma ampliação do lugar de fala negro para assuntos considerados universais ou estruturais da sociedade.

Quadro 5 - Nome, crédito, classificação e imagens de fontes entrevistadas em 2017

Material	Nome	Crédito	Autodeclarad o negro	Classificação	Imagem
Reportagem: Celebração a Zumbi dos Palmares e Dia da Consciência Negra atrai	Darlan Soares	Coordenador do projeto	Não	Categoria: Primária Grupo: Institucional Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	

jovens em Palmas	Kainan Lucas	14 anos	Não	Categoria: Secundária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Rafael Dallagbeat	Músico	Não	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
Reportagem: Conheça a história do Quilombo Morro São João em Santa Rosa do Tocantins	José de Sena Brito	Quilombola	Sim	Categoria: Primária Grupo: Institucional Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Benício de Sena	Quilombola	Sim	Categoria: Primária Grupo: Institucional Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Adelino Rodrigues	Presidente da Associação Quilombola Morro do São João	Sim	Categoria: Primária Grupo: Institucional Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Agostinho Rodrigues	Quilombola	Sim	Categoria: Primária Grupo: Institucional Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Angela de Sena	Professora	Sim	Categoria: Primária Grupo: Institucional Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Para além da representatividade, a reportagem com a história do Quilombo carrega um grande valor. A Constituição Brasileira só reconheceu a existência e os direitos dos quilombos em 1988, cem anos após a abolição. Ainda assim, apenas 8%, dos 6.023 territórios quilombolas no país, é oficialmente regularizado, segundo dados do IBGE (2022), o que contribui para o aumento dessa violência. Percebe-se, também, a valorização mais consistente da autonomia narrativa de sujeitos negros, especialmente em contextos comunitários e

territoriais, como no caso do quilombo, onde a legitimidade do discurso emerge da experiência vivida e da memória coletiva, sem a mediação explícita de saberes brancos institucionalizados.

Em 2019, especialmente no que diz respeito à diversificação dos papéis sociais atribuídos às fontes negras. Diferentemente dos anos anteriores, os materiais analisados não se restringem exclusivamente à dimensão cultural ou identitária da negritude, mas incorporam temas institucionais, educativos e jurídicos.

Na entrevista ao vivo sobre o que é considerado racismo perante a lei, há a escolha de um delegado negro como fonte oficial. O sujeito autodeclarado negro ocupa, nesse caso, um lugar de autoridade, rompendo com a lógica recorrente que associa pessoas negras apenas a posições de vulnerabilidade ou militância. Ao assumir o papel de especialista e intérprete da legislação, o delegado negro tensiona a estrutura racializada do poder simbólico, demonstrando que o conhecimento técnico e o saber jurídico também podem ser enunciados a partir de corpos negros.

A presença de sujeitos negros em posições de autoridade no telejornalismo também amplia a discussão sobre representatividade para além da dimensão quantitativa. Não se trata apenas de estar presente na tela, mas de ocupar espaços de fala, legitimidade e produção de sentidos sociais. A visibilidade de pessoas negras em diferentes funções midiáticas contribui para tensionar estereótipos historicamente cristalizados e reafirma a importância da ampliação de espaços voltados às experiências, identidades e formas de existência da população negra. Como aponta Câmara (2024, p. 97) “[...] como o homem negro está presente em tantos espaços para além da Internet é que se instaura a reflexão da importância de ter ainda mais lugares voltados para suas manifestações, questões, expressões e modos de ser, existir e se mostrar”.

Fanon (2008) e Ribeiro (2019) têm reflexões acerca da condição do sujeito negro e oferecem uma chave fundamental para compreender as disputas simbólicas em torno da autoridade discursiva nos meios de comunicação. Ao recusar a redução do negro à “coisidade”, o autor aponta para um processo histórico de desumanização que não se limita à violência física ou econômica, mas se manifesta, sobretudo, na negação do reconhecimento pleno enquanto sujeito produtor de saber, sentido e mundo.

Eu não sou apenas aqui-agora, enclausurado na minha coisidade. Sou para além e para outra coisa. Exijo que levem em consideração minha atividade negadora, na medida em que persigo algo além da vida imediata; na medida em que luto pelo nascimento de um mundo humano, isto é, um mundo de reconhecimentos recíprocos (Fanon, 2008, p. 181).

No contexto da televisão, essa negação se expressa na forma como corpos negros são frequentemente convocados a ocupar lugares discursivos restritos, associados à experiência, à dor ou à identidade, enquanto a autoridade explicativa, interpretativa e universalizante permanece, majoritariamente, sob domínio branco.

Em contraponto, o delegado como única fonte na entrevista levanta a problemática do racismo dentro das instituições públicas de segurança. Dados da Rede de Observatórios da Segurança mostram que 4.025 pessoas foram mortas por intervenção policial no Brasil em 2023. Em 3.169 desses casos foram disponibilizados os dados de raça e cor, sendo que 2.782 das vítimas eram pessoas negras, número que representa 87,8% do total de mortes. Logo, mesmo autodeclarado negro e citando na entrevista experiências de racismo que já sofreu em sua posição, o delegado carrega ainda a figura de representante do Estado que, como os dados mostram, mantém-se estruturalmente racista. A presença de pessoas negras e com letramento racial se mostra fundamental para a alteração dessa realidade.

A ideologia é uma estrutura cognitiva complexa que controla a formação, transformação e aplicação de outros tipos de cognição social, tais como o conhecimento, as opiniões e as posturas, e de representações sociais, como os preconceitos sociais. Essa estrutura ideológica em si consiste em normas, valores, metas e princípios socialmente relevantes que são selecionados, combinados e aplicados de forma a favorecer a percepção, interpretação e ação nas práticas sociais que beneficiam os interesses do grupo tomado como um todo (Van Dijk, 2000, p. 48).

Kovach e Rosenstiel (2004) condenam a confiança excessiva em fontes oficiais, que provoca distorções no processo de apuração e verificação, além de prejudicar outros elementos de qualidade como a pluralidade de fontes e a responsabilidade social. Eles recomendam que o jornalista “não confie em relatos ou informações oficiais” (Kovach; Rosenstiel, 2004, p. 138) para não cair em armadilhas e que valorize a informação direto da fonte.

Nesse sentido, a presença do delegado como voz central da narrativa não apenas individualiza o discurso institucional, mas também revela como essas estruturas ideológicas operam na prática, moldando a forma como a realidade é interpretada e apresentada ao público. Ainda que haja reconhecimento pessoal das experiências de racismo, isso não implica necessariamente uma ruptura com os padrões institucionais que reproduzem desigualdades, uma vez que tais ideologias atuam de maneira velada.

Quadro 6 - Nome, crédito, classificação e imagens de fontes entrevistadas em 2019

Material	Nome	Crédito	Autodeclarado negro	Classificação	Imagem
----------	------	---------	---------------------	---------------	--------

Ao vivo: Delegado explica o que é considerado racismo perante a lei	Túlio Mota	Delegado	Sim	Categoria: Primária Grupo: Oficial Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
Reportagem: Crianças aprendem sobre as lutas e conquistas de pessoas negras na sociedade	Glória de Sena	Cozinheira	Sim	Categoria: Secundária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Laura Bispo	10 anos	Não	Categoria: Secundária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Davilly Miranda	10 anos	Não	Categoria: Secundária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Denise de Oliveira	Orientadora Educacional	Sim	Categoria: Primária Grupo: Oficial Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Luciana Gomes	Esteticista	Sim	Categoria: Secundária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Já na reportagem sobre crianças aprendendo sobre as lutas e conquistas da população negra, observa-se uma predominância de fontes autodeclaradas negras em diferentes faixas etárias e funções sociais, como cozinheira, orientadora educacional, esteticista e crianças estudantes. Essa composição amplia a representação da população negra para além de figuras excepcionais ou institucionalizadas, apresentando sujeitos comuns, inseridos no cotidiano, como agentes ativos na transmissão de saberes.

Quando transportada para o campo televisivo, essa perspectiva revela que a simples inclusão de pessoas negras como fontes não garante, por si só, a construção de um “mundo de reconhecimentos recíprocos” (Fanon, 2008, p.181). O que está em disputa é a legitimidade da

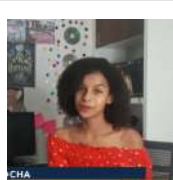
fala negra enquanto autoridade, isto é, enquanto enunciação capaz de explicar, contextualizar e universalizar experiências para além do marcador racial.

No telejornalismo, a negação da “atividade negadora” mencionada por Fanon se materializa quando sujeitos negros são autorizados a falar apenas a partir de lugares previamente delimitados, como a militância, a cultura ou a vivência pessoal, sendo privados do estatuto de especialistas, analistas ou intérpretes da realidade social. Ao contrário, reconhecer o negro como autoridade na televisão implica em romper com a lógica que o aprisiona como objeto simbólico e permite que ele atue como sujeito que produz conhecimento, questiona estruturas e projeta futuros possíveis.

O ano de 2020 representa um ponto de inflexão quantitativo e qualitativo na presença de fontes negras no JA1. Diferentemente dos anos anteriores, observa-se uma predominância quase absoluta de sujeitos autodeclarados negros nas reportagens e entradas ao vivo relacionadas ao Dia da Consciência Negra e ao debate sobre racismo. Além da ampliação numérica, há também uma diversificação dos lugares sociais ocupados: historiador, médico, professora, especialista em relações étnico-raciais, pedagoga quilombola, jornalista, servidoras públicas, crianças e idosos.

Quadro 7 - Nome, crédito, classificação e imagens de fontes entrevistadas em 2020

Material	Nome	Crédito	Autodelcarado negro	Classificação	Imagem
Dois ao vivo: Injúria racial é crime inafiançável, saiba mais sobre a lei que garante essa proteção e Racismo é crime; saiba como denunciar	Cristian Ribas	Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/TO	Sim	Categoria: Primária Grupo: Institucional Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
Reportagem: Despertar da ancestralidade pode ajudar no combate ao racismo na infância	Laura Rodrigues	10 anos	Sim	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Val Rodrigues	Jornalista	Sim	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	

	Thiago Sancha	Bombeiro Militar	Não	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Sophia Pereira	7 anos	Sim	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Stanio Vieira	Sociólogo e historiador	Não	Categoria: Secundária Grupo: Especializada Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
Reportagem: Referências e empoderamento negro são importantes para a quebra de paradigmas e o racismo	Dandara Barbosa	Jornalista	Sim	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	João Batista	Médico	Sim	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Izabella dos Santos	Psicóloga	Não	Categoria: Secundária Grupo: Especializada Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Ana Júlia Rocha	14 anos	Sim	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
Reportagem: Violência e preconceito contra pretos e pretas se estendem da infância à vida adulta	Solange Nascimento	Professora	Sim	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	

	Deilane Barros	Servidora Pública	Sim	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Deise Benedito	Especialista em relações éticas e raciais	Sim	Categoria: Secundária Grupo: Especializada Ação: Passiva Crédito: Qualificação: Fidedigna	
	Denise de Oliveira	Orientadora educacional	Sim	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
Reportagem: Racismo impacta a expectativa de vida das pessoas pretas; Idosos falam das dificuldades	Joaquina Bispo	69 anos	Sim	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Guilherme Nunes	79 anos	Sim	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Celenita	Pedagoga quilombola	Sim	Categoria: Secundária Grupo: Especializada Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A presença de Cristian Ribas, já entrevistado em 2014, como representante de movimento social, reaparece agora em posição institucional, como presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/TO. Esse deslocamento é significativo, pois evidencia a transição de uma figura associada à militância para um lugar formal de autoridade jurídica. O telejornal, nesse caso, reconhece e estabiliza essa autoridade ao longo do tempo. Destaca-se, ainda, a reaparição de Denise de Oliveira, presente em 2019 e, novamente, em 2020, como orientadora educacional. A recorrência da fonte, ao mesmo tempo que sugere a consolidação de determinados sujeitos como vozes legitimadas para tratar da temática racial, denota uma falha na pluralidade de olhares na mesma temática.

Kovach e Rosenstiel (2004, p.112) afirmam que no processo de verificação da notícia, os jornalistas devem se apoiar em algo que funciona como sua própria disciplina individual. “Essa disciplina consiste, entre outras práticas, em procurar várias testemunhas de um fato, descobrir novas fontes, indagar sobre os vários lados de uma questão”, disciplina que não foi observada em diversos momentos da cobertura onde houve a repetição do mesmo olhar, assim como destacam Miguel e Biroli (2010, p. 70):

As vozes tornadas públicas são justamente aquelas que se inserem em uma configuração prévia dos discursos, que permite a expressão dentro dos limites daquilo que os jornalistas consideram publicamente relevante e politicamente razoável. O “equilíbrio” constituído é, portanto, a reiteração das perspectivas sociais dos jornalistas, a partir de um conjunto específico de vozes chamadas a compor uma ordem discursiva fundada nos valores sociais compartilhados pelos integrantes do campo jornalístico em um dado momento. Assim, a diversidade social é mal representada no jornalismo, que universaliza a perspectiva social de seus agentes, apresentando-a como neutra.

A pluralidade pode ser compreendida como um recurso fundamental para alcançar o equilíbrio na produção do conhecimento jornalístico, uma vez que está diretamente vinculada a uma perspectiva ética e político-democrática. Nesse sentido, ela pressupõe a garantia do direito de participação de diferentes pontos de vista.

Em 2020, há ainda um dado importante: a centralidade de especialistas autodeclarados negros explicando a legislação, os impactos psicológicos e sociais do racismo e suas consequências na expectativa de vida. O conhecimento técnico e acadêmico são, em maioria, enunciados por indivíduos autodeclarados negros.

No ano de 2021, observa-se uma redução quantitativa no número de fontes em comparação com 2020, mas permanece a predominância de sujeitos autodeclarados negros em posições de autoridade intelectual. A presença de Maria Santana é emblemática, especialmente em uma pauta sensível, envolvendo racismo escolar. Maria Santana é doutora em educação e carrega em sua própria história um exemplo de luta do povo preto no Brasil. Filha de lavradores, tornou-se, em 2026, a primeira reitora negra da UFT²⁶. Neste ano analisado, o telejornal atribui a ela o lugar de interpretação especializada do episódio, reforçando o reconhecimento do saber acadêmico negro.

A reaparição de Stanio de Souza (já entrevistado em 2020) reforça a problemática citada no ano anterior sobre a falta de diversidade e pluralidade, especialmente entre as fontes especializadas.

²⁶ Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2026/fevereiro/mec-empossa-reitora-da-universidade-federal-do-tocantins>

Quadro 8 - Nome, crédito, classificação e imagens de fontes entrevistadas em 2021

Material	Nome	Crédito	Autodelcarado negro	Classificação	Imagem
Nota Coberta: Escola de Gurupi posta foto de criança com rosto pintado de preto e coletivos repudiam	Maria Santana	Doutora em educação	Sim	Categoria: Secundária Grupo: Especializada Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
Reportagem: Dia 20 de novembro é comemorado o Dia da Consciência Negra, saiba mais e Conheça belas histórias de luta, autodeclaração e orgulho da população negra	Stanio de Souza	Sociólogo	Não	Categoria: Secundária Grupo: Especializada Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Dinah Rodrigues	Estudante	Sim	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Matheus Gabriel	Produtor cultural	Sim	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Ainda assim, o campo temático permanece delimitado: a autoridade negra surge, principalmente, para falar sobre racismo, identidade, autodeclaração e orgulho. O movimento de ampliação observado em 2020 se mantém, mas não avança para outros campos discursivos, como diversidade cultural, religião, moradia ou saúde, questões que também atravessam as lutas do povo negro ao longo dos anos.

O ano de 2022 marca uma consolidação ainda mais evidente da autoridade técnica negra no espaço televisivo. A entrevista em estúdio com Maria Antônia, advogada e vice-presidente da Comissão de Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), evidencia a institucionalização do debate racial no campo jurídico. Diferentemente de 2014, quando um antropólogo, que não se autodeclara preto, ocupava esse lugar explicativo, aqui, a autoridade é exercida por uma mulher autodeclarada negra.

Quadro 9 - Nome, crédito, classificação e imagens de fontes entrevistadas em 2022

Material	Nome	Crédito	Autodelcarado negro	Classificação	Imagem
Entrevista de estúdio: Advogada fala sobre o racismo estrutural	Maria Antônia	Advogada e vice-presidente da comissão de igualdade racial da OAB	Sim	Categoria: Primária Grupo: Institucional Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
Reportagem: Levantamento do IBGE mostrou que negros recebem menos que brancos no TO	Caroline Penido	Psicóloga	Sim	Categoria: Primária Grupo: Especializada Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Felisberta Pereira	Servidora pública	Sim	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Roniglese Pereira	Analista do IBGE/TO	Não	Categoria: Secundária Grupo: Oficial Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Stanio de Sousa	Sociólogo	Não	Categoria: Secundária Grupo: Especializada Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
Ao vivo: Caminhada será realizada em Taquaralto neste sábado (19)	Diego Panhussatti	Organizador do Enegrecer	Sim	Categoria: Primária Grupo: Institucional Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Também é relevante a presença de Roniglese Pereira, analista do IBGE, tratando de dados estatísticos. Sua participação amplia o escopo da autoridade para o campo técnico-institucional. Neste ano, percebe-se uma ampliação temática para desigualdade salarial e dados socioeconômicos, indicando um deslocamento do debate do campo exclusivamente identitário para a estrutura econômica. Trata-se de um avanço importante na complexificação da pauta.

O ano de 2023 apresenta forte presença de entradas ao vivo com especialistas negros. Maria Antônia reaparece como advogada explicando o crime de racismo, consolidando sua autoridade jurídica. Caroline Penido, já presente em 2022, retorna como psicóloga. A repetição dessas fontes evidencia a estabilização de fontes especializadas negras legitimados pelo telejornal, ao mesmo tempo que não diversifica as fontes, conforme já mencionado. Há também ampliação do número de especialistas em diferentes áreas: sociólogo, presidente da comissão de heteroidentidade, professora universitária, especialista em gestão de pessoas. A pauta sobre cotas raciais inclui múltiplas vozes, ampliando o debate para o campo das políticas públicas e da universidade.

Quadro 10 - Nome, crédito, classificação e imagens de fontes entrevistadas em 2023

Material	Nome	Crédito	Autodelcarado negro	Classificação	Imagem
Ao vivo: Advogada explica o que tipifica o crime de racismo perante a lei	Maria Antônia	Advogada e vice-presidente da comissão de igualdade racial da OAB	Sim	Categoria: Primária Grupo: Institucional Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
Ao vivo: Especialista fala sobre tipos de cachos e como a aceitação vem revolucionando o mercado	Ester	Cabeleireira	Sim	Categoria: Primária Grupo: Especializada Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
Ao vivo: Psicóloga explica como o processo de autoaceitação ajuda as pessoas negras	Caroline Penido	Psicóloga	Sim	Categoria: Primária Grupo: Especializada Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
Reportagem: Dia da Consciência Negra: cotas raciais mudam realidade de estudantes negros	Maria Clara Vieira	Estudante de medicina	Sim	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Maycon Costa	Estudante de direito	Sim	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	

	Maristhela Rodrigues	Estudante de enfermagem	Sim	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Sérgio Roberto	Sociólogo	Não	Categoria: Secundária Grupo: Especializada Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	George França	Presidente da Comissão Permanente de Heteroidentidade da UFT	Não	Categoria: Secundária Grupo: Oficial Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Ana Cleia Kika	Professora mestre da UFT	Sim	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
Ao vivo: Mercado de trabalho para negros: especialista fala sobre como enfrentar diferença salarial	Nilo Mello	Especialista em gestão de pessoas	Sim	Categoria: Secundária Grupo: Especializada Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Em 2024, a presença de fontes negras se amplia tanto em quantidade quanto em diversidade social. O número de entrevistados é significativamente maior do que nos anos anteriores, incluindo pedagogas, assistentes sociais, sociólogos, professores universitários, estudantes, transgênero, assessor jurídico e lideranças de coletivos. Maria Santana, que em 2021 aparecia como doutora em educação, reaparece em 2024 como professora e com uso de turbante, elemento simbólico que pode ser interpretado como afirmação identitária mais visível no espaço televisivo.

Quadro 11 - Nome, crédito, classificação e imagens de fontes entrevistadas em 2024

Material	Nome	Crédito	Autodelcarado negro	Classificação	Imagem
----------	------	---------	---------------------	---------------	--------

Reportagem e Ao vivo: Dia da Consciência Negra: resistência, superação e a luta contra o racismo	Laianne	Pedagoga	Sim	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Romário Nunes	Assistente social	Sim	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Diego Panhussatti	Assessor jurídico	Sim	Categoria: Primária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Sérgio Roberto	Sociólogo	Não	Categoria: Secundária Grupo: Especializada Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	George França	Professor	Não	Categoria: Primária Grupo: Especializada Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
Ao vivo: Tranças africanas e black power são mais do que um estilo; entenda	Fabiana Ferreira	Trancista	Sim	Categoria: Primária Grupo: Especializada Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
Ao vivo: Além de não ser racista, aprender a combater o preconceito é necessário	Maria Santana	Professora	Sim	Categoria: Primária Grupo: Especializada Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
Reportagem: Em Palmas, estudantes aprendem sobre Consciência	Clarice Lima	Estudante	Sim	Categoria: Secundária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	

Negra em várias disciplinas	Marlene Sandes	Professora	Não	Categoria: Primária Grupo: Oficial Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Elanne Aguiar	Professora	Não	Categoria: Primária Grupo: Oficial Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Giselle Cardoso	Estudante	Não	Categoria: Secundária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Elieneza Viana	Professora	Não	Categoria: Primária Grupo: Oficial Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Ana Karolina Oliveira	Estudante	Não	Categoria: Secundária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Augusto Melo	Professor	Não	Categoria: Primária Grupo: Oficial Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Camila Glória da Silva	Estudante	Sim	Categoria: Secundária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
Reportagem: Ações de conscientização o fazem parte da luta por um Brasil sem preconceito	Anubia Rodrigues	Presidente do Coletivo Julho dos Pretos	Não	Categoria: Primária Grupo: Institucional Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	

	Maria Eduarda Silva	Estudante	Não	Categoria: Secundária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Thiago Fernandes	Professor	Não	Categoria: Primária Grupo: Oficial Ação: Ativa Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	
	Wallace William da Costa	Universitário	Sim	Categoria: Secundária Grupo: Individual Ação: Passiva Crédito: Identificada Qualificação: Fidedigna	

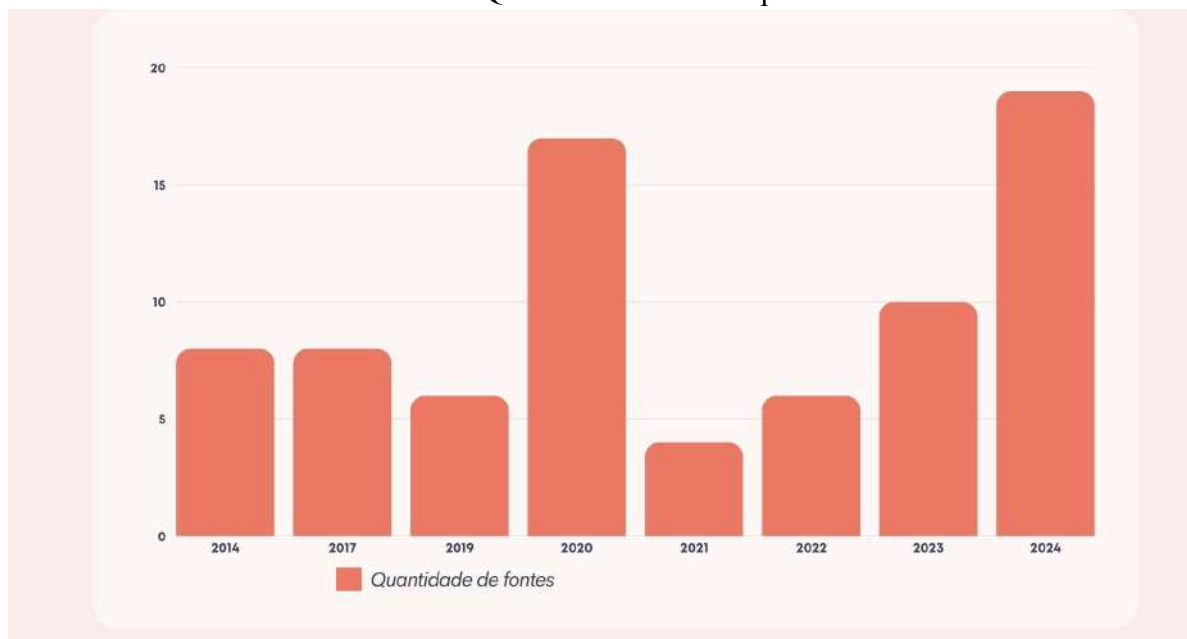
Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Esta edição apresenta uma ampliação significativa das vozes estudantis e com relatos individuais, combinadas com atores especializados. O telejornal articula a experiência vivida e o saber técnico.

A distribuição anual das fontes ouvidas revela oscilações significativas, indicando momentos distintos de maior ou menor diversidade de vozes no telejornal. Em 2014 e 2017, foram registradas oito fontes em cada ano, número que se mantém em um patamar intermediário quando comparado aos demais. Já em 2019 e 2022, há uma leve redução, com seis fontes em cada ano.

O cenário muda de forma mais acentuada em 2020, quando se observa um salto expressivo para 17 fontes, sugerindo uma ampliação da cobertura ou um esforço maior de pluralização das vozes. Por outro lado, 2021 apresenta uma queda brusca, com apenas quatro fontes, o menor número de todo o recorte temporal. Nos anos mais recentes, percebe-se uma retomada no volume de fontes ouvidas, com 10 registros em 2023 e um novo pico em 2024, que concentra o maior número de todo o período, com 19 fontes. Veja no Gráfico 3:

Gráfico 3 - Quantidade de fontes por ano



Fonte: elaborado pela autora (2026).

Esse crescimento pode indicar uma valorização crescente da diversidade de perspectivas ou uma ampliação do espaço dedicado ao tema na agenda do telejornal. Ainda assim, as variações ao longo dos anos sugerem que essa pluralidade não ocorre de forma linear.

Ao longo de uma década de cobertura jornalística sobre a Consciência Negra, foram ouvidas 69 fontes nas reportagens analisadas, revelando uma diversidade significativa de vozes e perspectivas. A recorrência de nove dessas fontes, a maioria fontes especializadas, em diferentes anos evidencia a presença de atores que se consolidam como referências no debate público sobre a temática. Ao mesmo tempo, a repetição restringe a diversificação do discurso. Veja no Gráfico 4:

Gráfico 4 - Fontes repetidas de 2014 a 2024



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Ao analisar a presença de fontes autodeclaradas negras no telejornalismo local, compreende-se que não se trata apenas de uma questão de representatividade numérica, mas de uma disputa pela autoridade simbólica no interior da ordem do discurso midiático. Sodré (2023) entende a televisão como uma instância de produção de visibilidade e de normatização social. A mídia não apenas reflete o mundo, ela organiza os critérios de reconhecimento social, definindo quem pode aparecer como sujeito legítimo da palavra pública. É justamente o discurso de tais sujeitos o foco do tópico seguinte.

4.4 Presença de apresentador autodeclarado negro

O *corpus* deste estudo mostrou que em uma década, apenas um apresentador autodeclarado negro ocupou o cargo de apresentador do telejornal JA1, Thiago Rogeh. Porém, o jornalista segue como o mais longo no cargo, assumindo a posição em 2019 e seguindo até o fechamento desta dissertação, neste ano 2026, enquanto apresentador do horário do meio-dia na TV Anhanguera do Tocantins.

Os dados evidenciam que, entre 2014 e 2018, período em que o telejornal foi apresentado por jornalistas não autodeclarados negros, como Jocyelma Santana, Sydney Neto e Marina Maimone, a presença de conteúdos relacionados ao Dia da Consciência Negra foi irregular ou completamente inexistente. Em 2015, 2016 e 2018, por exemplo, não houve a exibição de qualquer material que fizesse referência à data. Esse cenário pode ser interpretado

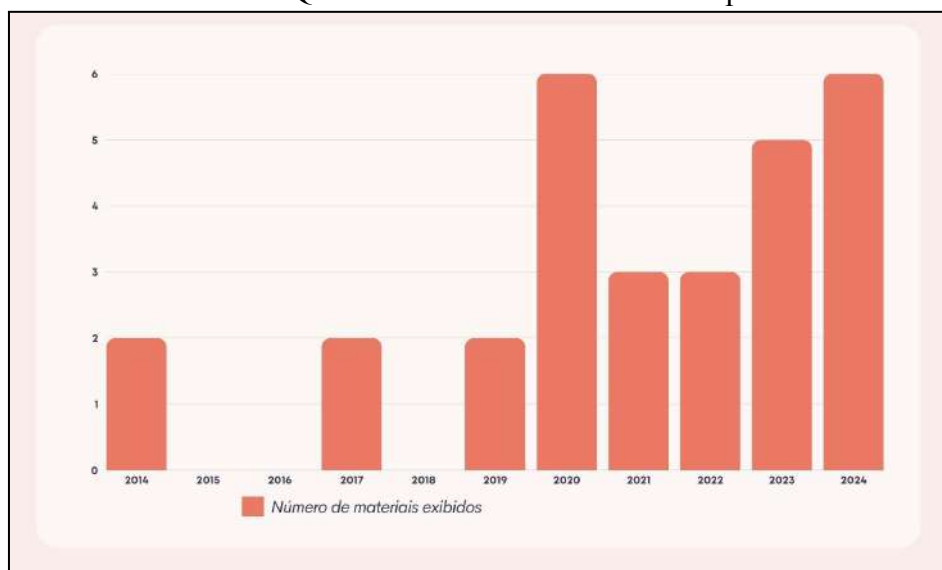
à luz das reflexões de Sodré (1998) sobre o racismo midiático, no que o autor classifica como mecanismo da negação, quando as elites comunicacionais frequentemente tratam a questão racial como um tema anacrônico ou secundário, o que contribui para a invisibilização do racismo estrutural nas narrativas jornalísticas.

Como Emerim e Silva (2024, p. 13) pontuaram: “[...] observa-se uma tendência de privilegiar jornalistas com características físicas mais próximas dos padrões valorizados socialmente, o que pode refletir as desigualdades presentes na sociedade brasileira”. Isto dialoga com os achados de Bento (2022, p. 107, grifos da autora):

O cabelo assimétrico, volumoso, incomoda para quem se esforça tanto para manter o cabelo alinhado, aquilo que entendem como “perfil europeu”. Além do que, pode não se tratar só da libertação da escova progressiva, mas também de outras amarras. O cabelo volumoso, indisciplinado, pode evidenciar uma provocação para outro jeito de ser no mundo, ou quem sabe, para uma concepção plural das possibilidades de estar no mundo. De qualquer forma, reflete um perfil menos responsivo a um estereótipo de “boa aparência”, eurocêntrico e engessado.

A partir de 2019, com Thiago Rogeh, jornalista autodeclarado negro, ocupando a posição de apresentador do JA1, observa-se uma mudança significativa na quantidade de conteúdos exibidos sobre o tema. Nesse período, o telejornal passou a apresentar maior regularidade e volume de materiais relacionados à negritude. Os dados indicam que sua permanência na bancada coincide com um período de maior visibilidade da pauta racial no telejornal, como demonstra o Gráfico 5:

Gráfico 5 - Quantidade de materiais exibidos por ano



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Esse fenômeno observado dialoga com outra dimensão apontada por Sodré (1998): a indiferença profissional, que tende a reduzir a sensibilidade da mídia para questões

relacionadas à discriminação racial. A presença de profissionais negros em posições de destaque pode contribuir para tensionar essa indiferença institucional, ampliando a percepção sobre a relevância social e política da temática racial dentro das rotinas produtivas do jornalismo. Comentários do apresentador sobre suas próprias experiências como pessoa preta evidenciam essa percepção.

Eu lembro muito bem que quando eu tava crescendo, queria ser jornalista, mas eu nunca imaginava que eu poderia estar num estúdio de televisão, porque eu não via ninguém parecido comigo, com o tamanho do meu nariz, com a cor da minha pele. Olha, a representatividade é muito importante, ainda bem que a gente tá virando essa chave. Falta muito? Falta, mas a gente vai conseguir. (Rogeh, 2021)

Emerim e Silva (2023, p. 15) apontam que, no telejornalismo, a ocupação de posições de visibilidade e autoridade por jornalistas negros não se limita a uma questão de diversidade estética, mas implica mudanças simbólicas profundas na forma como a sociedade reconhece vozes legítimas na mediação da realidade:

Ao colocar jornalistas negros como figuras de autoridade e representatividade no telejornalismo, é possível desconstruir padrões racistas e promover uma nova narrativa que valoriza e respeita a diversidade racial. Essa representatividade também proporciona modelos para jovens negros que desejam seguir carreira no jornalismo e em outras áreas.

Acevedo e Nohara (2008) lembram que os meios de comunicação podem se tornar instrumentos de reprodução das ideologias dos grupos dominantes, ao mesmo tempo em que exercem o papel de construção e reafirmação de identidades individuais e coletivas, oferecendo modelos de pensamento e comportamento a serem reproduzidos socialmente. Nesse contexto, a ausência ou a baixa frequência de materiais jornalísticos sobre a temática racial em determinados anos evidencia como, sem uma mediação editorial sensível ao tema, essa pauta tende a permanecer marginal no noticiário cotidiano, mesmo em uma data simbólica como o Dia da Consciência Negra.

Já a presença de Rogeh na condução do telejornal, não se limita à dimensão representacional. Como cita Ribeiro (2017, p. 39) “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”. Assim como Bento (2022, p. 125) destaca a necessidade de ampliar a reflexão para além da dimensão individual das práticas jornalísticas, considerando o papel das instituições na reprodução ou no enfrentamento das desigualdades raciais.

A destruição de um pacto narcísico não é só individual, mas tem sua âncora em ações coletivas estruturais envolvendo a responsabilidade social das organizações que precisam se posicionar diante de sua herança concreta e simbólica na história do país. Não podem se omitir dos créditos e das dívidas das gerações passadas como da

escravidão ou dos recorrentes períodos ditariais para não cair num mecanismo de repetição do qual as gerações futuras só teriam a sofrer.

É significativo um negro ocupando a bancada no nível discursivo e institucional da produção jornalística, favorecendo a inclusão de narrativas que problematizam o racismo e valorizam a história e as experiências da população negra no espaço do noticiário. Mais do que uma mudança estética ou simbólica, trata-se de um movimento que possibilita outras formas de construção narrativa e ampliação de perspectivas no noticiário local. Ainda que a ocupação desses espaços não garanta, por si só, transformações estruturais nas práticas jornalísticas, ela evidencia a importância de promover maior diversidade dentro das redações e nos espaços de decisão editorial. A representatividade negra na apresentação do telejornal pode acentuar um movimento que adquire relevância não apenas pela visibilidade conferida à população negra, mas, também, pela potencial contribuição para a construção de um jornalismo mais plural, crítico e socialmente comprometido com o enfrentamento das desigualdades raciais.

4.5 Presença de repórter autodeclarado negro

A análise da presença de repórteres autodeclarados negros no JA1, ao longo do recorte temporal de 2014 a 2024, evidencia uma dinâmica marcada por descontinuidades e avanços pontuais, mais do que por uma transformação estrutural consolidada. Nos primeiros anos da série histórica, observa-se a predominância quase absoluta de repórteres brancos ou que não se autoidentificam como negros. Esse cenário começa a apresentar inflexões a partir de 2020, com o surgimento de profissionais autodeclarados negros nas reportagens, ainda que de maneira incipiente. A pesquisa considerou como autodeclaração momentos explícitos de declaração ou frases em que o repórter se inclui no contexto da pauta, indicando assim ser pertencente ao grupo.

Nos anos subsequentes, especialmente a partir de 2022, nota-se uma maior recorrência desses sujeitos, embora concentrada em poucos nomes, o que indica uma ampliação quantitativa, porém ainda limitada em termos de diversidade e regularidade, conforme demonstra a quadro a seguir:

Quadro 12 - Presença de repórter autodeclarado negro

Ano	Repórter	Autodeclarado negro sim ou não
2014	Maykon Paiva	Não
2015	Sem material	

2016	Sem material	
2017	Ana Paula Rehbein	Não
	Carlos Gomes	Não
2018	Sem material	
2019	Aurora Fernandes	Não
	Yonny Furukawa	Não
2020	Aurora Fernandes	Não
	Aurora Fernandes	Não
	Lucas Ferreira	Sim
	Heloísa Dantas	Não
	Yonny Furukawa	Não
	Ana Paula Rehbein	Não
2021	Nota coberta sem repórter	Material sem repórter
	Jesana de Jesus	Não
	Jesana de Jesus	Não
2022	Entrevista de estúdio	Material sem repórter
	Betânia Sousa	Sim
	Aurora Fernandes	Não
2023	Aurora Fernandes	Não
	Betânia Sousa	Sim
	Betânia Sousa	Sim
	Betânia Sousa	Sim
	Aurora Fernandes	Não
2024	Betânia Sousa	Sim
	Aurora Fernandes	Não
	Betânia Sousa	Sim
	Aurora Fernandes	Não
	Tamyra Pinheiro	Não

	Márcio Novais	Sim
--	---------------	-----

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A partir da perspectiva de Sodré (2023), é possível compreender o telejornalismo como um espaço de produção e regulação da visibilidade social. A baixa frequência e a distribuição desigual da presença de repórteres publicamente autodeclarados negros ao longo dos anos analisados evidenciam uma economia da visibilidade que ainda não contempla de forma equitativa a diversidade racial da sociedade brasileira, mantendo um desequilíbrio que se reflete na própria construção do discurso jornalístico.

A discussão sobre a presença e a representatividade de sujeitos negros nos meios de comunicação brasileiros não pode ser dissociada dos processos históricos e simbólicos que estruturaram as relações raciais no país. Mais do que uma questão de acesso a espaços de visibilidade, trata-se de compreender como determinados ideais de pertencimento e valorização foram socialmente construídos e naturalizados ao longo do tempo, influenciando tanto a autoimagem de indivíduos negros quanto os critérios de legitimação em diferentes campos sociais, incluindo o jornalístico. Nesse sentido, a permanência de padrões de representação marcados pela centralidade da branquitude revela não apenas uma herança histórica, mas a atuação contínua de mecanismos simbólicos que operam na constituição das identidades e das hierarquias raciais. É a partir dessa perspectiva que se torna possível compreender o argumento de Munanga (1999, p. 16) de que:

Apesar de ter fracassado o processo de branqueamento físico da sociedade, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos que não poderia explicar ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças dos negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseada na “negritude” e na “mestiçagem”, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superior.

Essa limitação dialoga com as reflexões de Carneiro (2023) acerca do racismo estrutural, especialmente no que se refere à inclusão pontual de sujeitos negros em espaços historicamente excludentes. Tais inserções, quando não acompanhadas de mudanças nas estruturas de poder, tendem a operar mais como mecanismos de legitimação simbólica do que como rupturas efetivas das desigualdades raciais. No caso analisado, a concentração da presença de repórteres autodeclarados negros em determinados períodos e em poucos profissionais pode ser interpretada como um indício dessa lógica. O período analisado se torna um recorte relevante, pois se no período de memória do povo negro essa presença não é evidenciada, o dia a dia pode demonstrar uma presença negra ainda mais apagada.

Dessa forma, conclui-se que, ao longo da década analisada, houve avanços na presença de repórteres autodeclarados negros no telejornal, sobretudo a partir de 2020. Entretanto, tais progressos se mostram parciais e concentrados, não sendo suficientes para caracterizar uma mudança estrutural no padrão de representatividade racial do telejornal, o que reforça a necessidade de problematizar não apenas a presença, mas, também, as condições e os modos de inserção desses sujeitos no discurso jornalístico.

4.6 Termos utilizados

Os materiais exibidos pelo JA1 no Dia da Consciência Negra, entre 2014 e 2024, foram decupados a fim de analisar os termos utilizados partindo do pressuposto de que a linguagem jornalística não é neutra, mas constitui um espaço de produção de sentidos, que pode tanto reproduzir quanto tensionar estruturas raciais historicamente consolidadas. Conforme argumenta Hall (2013), a representação é um processo ativo de construção simbólica, no qual os significados são produzidos e compartilhados socialmente. Assim sendo, os termos utilizados para nomear a população negra, a cultura afro-brasileira, o racismo e o próprio 20 de novembro revelam posicionamentos políticos e enquadramentos discursivos. Dialogando com Gonzalez (1988), especialmente a partir da noção de “pretuguês”, é possível problematizar como as normas linguísticas e editoriais do telejornal incorporam, silenciam ou tensionam matrizes culturais negras. Desse modo, a observação longitudinal do vocabulário empregado ao longo da década permite verificar se há uma permanência de expressões que suavizam conflitos raciais, em consonância com o mito da democracia racial, ou se se identifica uma inflexão discursiva alinhada a perspectivas antirracistas e ao reconhecimento do racismo como estrutura social.

Em 2014, a abordagem do Dia da Consciência Negra foi concentrada na valorização cultural, com ênfase em atividades escolares, danças, capoeira e culinária de origem afro-brasileira. A linguagem mobilizada destaca a importância do negro na formação socioeconômica e cultural do Brasil. Na reportagem, o professor de história de uma escola, que realizava um evento sobre o tema, reconhece que o negro foi “trazido para o Brasil contra a sua vontade”, o que rompe parcialmente com a narrativa suavizada da escravidão, que ainda era comum na época. Ao mesmo tempo, a cultura negra aparece como contribuição positiva com danças, comidas e manifestações artísticas, mas ainda enquadrada sob uma perspectiva pedagógica celebratória, pouco problematizadora das desigualdades contemporâneas. Não há tensionamento das normas linguísticas ou valorização explícita de expressões afro-brasileiras

enquanto formas legítimas de linguagem, permanecendo o discurso ancorado no padrão jornalístico tradicional da época.

A palavra racismo é inserida em vários trechos das entrevistas, mas em nenhum momento é mencionado que se trata de um crime, apesar da lei de criminalização da prática ser de 5 de janeiro de 1989. Como pontua Sodré (2023, p. 186), isso pode ser entendido como “As linguagens de silenciamento”. O autor explica ainda que:

A ambiguidade é inerente à forma como uma das variáveis da regra básica da negação ou do silenciamento. Nega-se para excluir a visibilidade pública do descendente de escravo. Nega-se, consequentemente, o racismo como se fosse coisa trazida de fora por intelectuais ou pelas próprias vítimas, influenciadas por realidades externas (Sodré, 2023, p. 186).

Isto é, formas discursivas que, mesmo não negando explicitamente a existência do racismo, operam pela atenuação, pela despolitização ou pelo esvaziamento de seu sentido estrutural e jurídico. Esse apagamento não é neutro: ele contribui para naturalizar o fenômeno e para manter a discussão em um plano abstrato, desvinculado das garantias legais conquistadas historicamente pelo movimento negro.

Nos anos de 2015, 2016 e 2018, não foram exibidos materiais referentes à data, o que, por si, pode ser interpretado como silenciamento simbólico de uma agenda racial específica, revelando que o tema ainda não ocupava espaço consolidado na cobertura. Essa ausência não pode ser compreendida apenas como uma decisão editorial circunstancial ou como fruto da lógica de hierarquização de pautas. Quando observada à luz da reflexão de Carneiro (2023, p. 13), essa ausência adquire densidade política:

Pode-se dizer que o dispositivo de racialidade instaura, no limite, uma divisão ontológica, uma vez que a afirmação do ser das pessoas brancas se dá pela negação do ser das pessoas negras. Ou, dito de outro modo, a superioridade do Eu hegemônico, branco, é conquistada pela contraposição com o Outro, negro.

Ao não tematizar o Dia da Consciência Negra, o telejornal contribui para a negação simbólica do ser negro no espaço público midiático. A invisibilidade opera como mecanismo de apagamento: aquilo que não é mostrado, narrado ou discutido tende a ser deslocado para a margem da esfera pública, reforçando a ideia de que não se trata de um tema relevante para a sociedade. O resultado é a manutenção de uma hierarquia simbólica em que a existência, a memória e as lutas da população negra deixam de ocupar o espaço de visibilidade que lhes é historicamente negado.

O ano de 2017 apresenta uma ampliação temática, com inserção de manifestações urbanas como grafite, hip-hop e *beatbox*. A referência é à celebração de Zumbi dos Palmares e à desigualdade sentida “na pele” pelos jovens, o que indica maior aproximação com a dimensão política da data. A cultura negra deixa de ser apenas folclorizada e passa a ser

apresentada como expressão de resistência e identidade contemporânea. O *beatbox* pode ser compreendido como uma expressão contemporânea que dialoga diretamente com o conceito de “pretuguês”, formulado por Lélia Gonzalez (1988), ao evidenciar a potência criativa das populações negras na reinvenção da linguagem e da cultura. Surgido nas periferias urbanas²⁷, o *beatbox* tem origem entre jovens ligados ao *hip hop* que, sem acesso a instrumentos musicais, passaram a reproduzir batidas, ritmos e efeitos sonoros utilizando o próprio corpo, especialmente a boca, como instrumento.

A partir de 2019, a inflexão fica mais evidente no vocabulário. Termos como “representatividade” ganham centralidade, articulados a relatos pessoais sobre ausência de referências negras na mídia. A menção do apresentador Thiago Rogeh ao movimento “*Black Lives Matter*” e a referência explícita ao “racismo estrutural”, inclusive com citação de Silvio de Almeida, indicam alinhamento mais direto com o debate público nacional e internacional sobre raça. A escravidão é descrita como responsável por “cicatrizes enormes” e por políticas institucionais de negação da população negra, superando a narrativa conciliatória. A utilização reiterada dos termos “preto” e “negro” em falas afirmativas (“o preto não ocupando cargo de gestão”) sugere uma ressignificação positiva dessas categorias, deslocando-as do campo pejorativo para o campo político-identitário, o que dialoga com a perspectiva de Gonzalez (1988) sobre a afirmação linguística como gesto político e acompanha a evolução das discussões sobre o racismo na sociedade. Este ano foi a primeira vez que o racismo foi amplamente nomeado como crime pelo material que compõe o *corpus* dessa pesquisa, o que demonstra um avanço na linguagem e seriedade do tema.

Em 2020, intensifica-se a abordagem crítica. Dados do IBGE evidenciam desigualdades salariais e o racismo é tratado como determinante de saúde. A linguagem passa a incorporar expressões como “povo preto” e “racismo estrutural”, consolidando uma perspectiva que reconhece o caráter sistêmico da desigualdade racial. Ao mesmo tempo, discursos de superação individual convivem com a crítica estrutural, revelando tensão entre narrativa meritocrática e denúncia sistêmica. A presença de poemas e declarações afirmativas (“Eu sou negra e disso eu tenho orgulho”) vai ao encontro com o que Sodré (2023, p. 134 e 135) afirma ser a sensibilidade social:

Ao se falar de sensibilidade em geral, a referência é a vida prática e a emotividade. Mas a sensibilidade social implica representação, afeto e ação concreta. O que é o concreto numa forma social? Em princípio, a sua materialidade aqui e agora, pois a forma tem matéria ou consistência, que se impõe. Ela representa a unidade de uma multiplicidade de aspectos da vida social, da qual tenta se distinguir, sem realmente conseguir, uma vez que realiza a matéria, negando-a. Falar de forma social

²⁷ Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/387444/origens-do-beatbox.htm>

escravista é falar de uma síntese realizada entre a vida singular imediata e uma ideia de subordinação que se universaliza em modalidades diferentes de formas de vida. A escravatura aparece na expressão forma social como algo universal que se concretiza na historicidade de atitudes e comportamentos particulares.

O autor desloca a discussão do plano meramente emotivo para o campo das formas sociais que se materializam na vida cotidiana. Assim, o telejornal passa a articular dados concretos, linguagem politizada e afirmação subjetiva, compondo uma forma discursiva que reconhece o racismo como estrutura histórica e material, ao mesmo tempo em que legitima vozes antes marginalizadas.

Em 2021, houve a cobertura sobre o episódio de *blackface*, quando o Colégio Adventista de Gurupi publicou fotos em uma ação sobre o Dia da Consciência Negra. Entre as imagens havia uma criança branca com o rosto pintado de preto e usando uma peruca que representava o cabelo *black power*. Segundo Ribeiro (2018), a prática, considerada racista, surgiu nos Estados Unidos ainda no século XIX e é caracterizada quando pessoas brancas se pintam de preto para produzir uma sátira e classificar as pessoas negras, de maneira geral, como exóticas, reproduzindo, sob a perspectiva do humor, uma imagem que tende a legitimar a opressão e manter as desigualdades.

Na cobertura analisada, representa um marco discursivo, como a única pauta que não tem teor celebrativo ou histórico. Como uma denúncia, a prática é explicitamente nomeada como “racista” e a fonte ouvida na ocasião afirma categoricamente que “ser negro não é fantasia”. A problematização é aprofundada ao explicar a origem histórica do *blackface* em contextos de segregação racial. Além disso, a fonte especializada acionada para contextualizar o fato destaca que “você nasce negro ou negra, você nasce preta ou preto”, reforçando a dimensão identitária e recusando a caricaturização. Aqui, o telejornal assume posição claramente antirracista, afastando-se de qualquer neutralidade que possa reforçar estereótipos. A entrevista da doutora em Educação Maria Santana traz um vocabulário pedagógico e crítico, apontando para a necessidade de “desconstrução”, o que evidencia evolução discursiva significativa.

Essa inflexão discursiva pode ser articulada ao pensamento de Fanon (2008, p. 162), especialmente quando o autor afirma que “o inconsciente coletivo não depende de uma herança cerebral: é a consequência do que eu chamaria de imposição cultural irrefletida”. Ao explicitar o *blackface* como prática racista e contextualizá-lo historicamente em cenários de segregação, o telejornal rompe com essa imposição cultural naturalizada, tornando visível aquilo que, por muito tempo, operou no nível do não dito ou do “humor inocente”. Fanon (2008) demonstra que o racismo se inscreve na subjetividade por meio de fantasias e imagens

compartilhadas socialmente; assim, práticas como o *blackface* não são atos isolados, mas expressões de um imaginário racial sedimentado historicamente.

Os anos de 2022, 2023 e 2024 apresentam uma linguagem consolidada, em termos como “letramento racial”, “protagonismo da população negra” e “justiça social”. A narrativa articula passado escravocrata, negligência estatal pós-abolição e acesso contemporâneo à universidade como conquista política, demonstrando maior sofisticação analítica. Esse encadeamento histórico-discursivo não apenas informa, mas organiza sentidos sobre pertencimento, cidadania e responsabilidade coletiva, configurando uma pedagogia pública sobre as relações raciais. Ao estruturar a cobertura como narrativa que conecta memória, denúncia e conquista, o telejornal produz um regime de visibilidade que reposiciona sujeitos historicamente marginalizados no espaço público.

De fato, a narratividade é uma propedêutica à ética social imediata, que se define como moralidade cotidiana, costumes, comportamento. Nela se constrói a visibilidade, imprescindível à participação dos exterritoriais no mecanismo de representação pública (Sodré, 2023, p. 231).

Observa-se continuidade dessa abordagem estruturada, com defesa explícita da revisão histórica e da necessidade de compreensão crítica sobre personagens negros como Luiz Gama e Abdias do Nascimento. A linguagem sugere um enfrentamento direto das narrativas hegemônicas. Há, portanto, maior alinhamento com a luta antirracista e com a valorização de referências negras.

De modo geral, entre 2014 e 2024, identifica-se uma trajetória discursiva que vai da ênfase comemorativa e cultural, por vezes, tangenciando o multiculturalismo harmonizador, para uma abordagem explicitamente crítica, que incorpora conceitos como racismo estrutural, representatividade, letramento racial e antirracismo. Se, nos primeiros anos, a linguagem tende a celebrar contribuições culturais sem tensionar profundamente as desigualdades, nos anos posteriores, há a nomeação direta do racismo, contextualização histórica e defesa de práticas antirracistas. Embora o padrão linguístico jornalístico permaneça formal e não incorpore expressões do “pretuguês” enquanto marca estilística, há reconhecimento das culturas, dialetos e ancestralidades negras como elementos legítimos da formação nacional. Assim, a evolução do vocabulário evidencia transformação no enquadramento editorial, refletindo mudanças mais amplas no debate público sobre raça no Brasil e indicando progressivo afastamento do mito da democracia racial em direção a uma construção discursiva mais alinhada à crítica antirracista.

A sistematização das recorrências lexicais identificadas no *corpus* é apresentada, a seguir, por meio de uma árvore de palavras criada a partir dos dados analisados e

sistematizados pela pesquisadora (conforme Apêndice 1). A criação da árvore foi realizada por meio da Inteligência Artificial *ChatGpt*, na qual os dados foram inseridos e o infográfico foi gerado com o Gemini, do Google. O recurso analítico permite visualizar, de forma hierarquizada, os principais núcleos semânticos associados ao Dia da Consciência Negra ao longo dos anos. Organizada em eixos temáticos, como identidade e cultura, racismo e discriminação, desigualdade social, luta e resistência, história e memória, e políticas e educação, a estrutura evidencia não apenas a frequência dos termos, mas, também, suas articulações e deslocamentos ao longo do tempo.

Figura 4 - Árvore de palavras com os termos mais utilizados



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A árvore de palavras evidencia a ampliação progressiva do campo semântico associado ao Dia da Consciência Negra, que deixa de se concentrar em elementos culturais e históricos para incorporar dimensões estruturais do racismo. Observa-se uma transição de uma abordagem simbólica para uma perspectiva crítica a partir de 2019, na qual termos como “racismo”, “desigualdade” e “população negra” passam a ocupar posição central, indicando um amadurecimento discursivo na cobertura jornalística.

As recorrências analisadas permitiram compreender que a cobertura do JA1 sobre o Dia da Consciência Negra não permaneceu estática ao longo da década investigada, mas acompanhou transformações sociais, políticas e discursivas mais amplas acerca das relações raciais no Brasil. A ampliação dos campos semânticos associados à data demonstra que o telejornal passou a incorporar, ainda que de maneira gradual, discussões mais complexas

sobre racismo estrutural, desigualdade e representatividade, deslocando o enfoque comemorativo para abordagens mais problematizadoras.

Este capítulo evidenciou que a cobertura do Dia da Consciência Negra no JA1 apresentou transformações significativas ao longo da década investigada, tanto em relação aos enquadramentos temáticos quanto na forma de representação da população negra. Houve, sobretudo a partir de 2019, uma ampliação das discussões relacionadas ao racismo estrutural, à desigualdade social, à representatividade e às pautas identitárias. A diversificação dos formatos jornalísticos, das fontes ouvidas e das estratégias discursivas mobilizadas pelo telejornal também foi observada, ainda que persistam limitações relacionadas à continuidade da cobertura e à presença de jornalistas e fontes negras em posições de centralidade.

Os dados contribuem para concluir que o telejornalismo local atua como espaço relevante de mediação simbólica das questões raciais, contribuindo para a construção de sentidos sobre a população negra no contexto tocantinense. Ao mesmo tempo, a pesquisa evidencia tensões entre avanços discursivos e permanências estruturais que atravessam o jornalismo televisivo. Assim, os achados deste capítulo reforçam a importância de compreender a cobertura jornalística como prática social e cultural capaz de reproduzir, mas também de tensionar, desigualdades históricas. A partir dessas constatações, as considerações finais buscarão retomar os principais resultados da pesquisa, articulando-os aos objetivos propostos e às contribuições sociais do estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo analisar a representatividade negra no telejornal *Jornal Anhanguera 1ª Edição-TO*, com foco nas edições exibidas no Dia da Consciência Negra ao longo de uma década, entre 2014 e 2024. A partir da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), foi possível examinar não apenas a presença de pessoas negras no telejornal, mas, também, a forma como as questões raciais são abordadas, as narrativas construídas e os espaços concedidos a essas pautas.

Considera-se que o objetivo geral foi alcançado, uma vez que a investigação permitiu identificar padrões na cobertura jornalística sobre o Dia da Consciência Negra, bem como observar possíveis mudanças ao longo do período analisado. A análise do *corpus* composto por 28 materiais possibilitou compreender como o telejornal construiu discursivamente a temática racial e qual o lugar ocupado pela população negra nessas produções.

Quanto aos objetivos específicos traçados, a contextualização histórica da população negra no Brasil e de suas lutas por igualdade foi realizada, evidenciando como o racismo estrutural se mantém como elemento organizador das relações sociais; além disso, foram discutidas as responsabilidades do jornalismo na reprodução ou no enfrentamento dessas desigualdades, destacando-se seu papel na construção de representações sociais e na formação da opinião pública. A adaptação da Análise de Conteúdo ao debate racial se mostrou adequada ao objeto de estudo, permitindo articular dados quantitativos e qualitativos na interpretação dos materiais jornalísticos. O levantamento local da cobertura no Tocantins contribuiu para compreender como a imprensa regional constrói discursos sobre a população negra, evidenciando tanto avanços quanto limitações na abordagem da temática.

A hipótese de que a representatividade negra no telejornal apresentaria avanços tímidos e inconsistentes ao longo da década foi parcialmente confirmada após a análise realizada. Os dados demonstram que houve avanços importantes e mais consistentes em alguns aspectos específicos, sobretudo na permanência de um apresentador negro na bancada do telejornal e no aumento gradual da qualidade e da quantidade de materiais produzidos sobre o Dia da Consciência Negra. Observou-se, principalmente a partir de 2019, uma ampliação das pautas relacionadas às questões raciais, com reportagens mais aprofundadas, diversificação e aumento do número de fontes e maior inserção de discussões sobre racismo estrutural, identidade e representatividade. Ainda assim, essas transformações não ocorreram de maneira plenamente contínua ou estrutural, como a repetição de algumas fontes ao longo dos anos. O estudo evidenciou que o telejornal analisado permanece atravessado por tensões entre avanços na visibilidade das narrativas negras e permanências históricas relacionadas à

desigualdade racial no jornalismo televisivo. Nesse cenário, a presença de jornalistas autodeclarados negros e a valorização de suas perspectivas se mostram elementos relevantes para a construção de uma cobertura mais plural e crítica, embora ainda não se consolidem como prática dominante.

O primeiro aspecto que se destaca ao longo de 10 anos é a quantidade de materiais dedicados ao tema no telejornal exibido no Dia da Consciência Negra. Na edição de 2014, foram encontrados dois materiais, contra cinco na edição de 2024. Claro, levando em consideração o tempo de cada um desses conteúdos e do telejornal como um todo e o crescimento do tempo total do telejornal. Há de se mencionar que, em 2014, há fatores que demonstram tentativa de embranquecimento, como o cabelo artificialmente alisado da apresentadora. O resultado se aproxima do encontrado nos estudos de Emerim e Silva (2024) sobre a presença de jornalistas da Rede Globo de Televisão em São Paulo e em Santa Catarina e dialoga com os pensamentos de Bento (2022), supracitados no capítulo de análise.

Dessa forma, ainda que a presença de jornalistas negros no telejornal represente um avanço em termos de inclusão, pelo menos no vídeo, a presença de jornalistas que não se auto declararam pretos na cobertura do Dia da Consciência Negra indica que a representatividade plena ainda não foi alcançada. Aqui, é pertinente problematizar os limites dessa visibilidade, uma vez que a ampliação da presença de sujeitos negros no espaço midiático não necessariamente se traduz em transformações estruturais nas relações de poder que atravessam o a bolha do campo jornalístico e a sociedade como um todo. Tal distinção permite compreender que a representatividade, embora relevante, pode operar de maneira mais simbólica do que efetivamente política, aspecto que será aprofundado na perspectiva apresentada por Sodré (2023) de que o aumento da representatividade negra no espaço público não significa, necessariamente, maior participação no poder político, mas fortalece a presença e a influência da população negra no âmbito social.

Os materiais a partir de 2019 apresentam diferentes perspectivas sobre o Dia da Consciência Negra, abordando tanto experiências individuais de superação quanto aspectos estruturais do racismo e da representatividade negra, como na reportagem de Betânia Sousa que retratou histórias e abriu discussões sobre o tema. Aspectos que vão ao encontro com o pensamento de Araújo (2021) ao defender que o jornalismo, em sua busca pela pluralidade, precisa reconhecer a importância da representação racial nas diferentes pautas que constrói, considerando que os olhares e vivências da população negra contribuem para uma compreensão mais ampla e diversa da sociedade brasileira. Especialmente nas reportagens voltadas às questões raciais, a presença de personagens negros deixa de ser apenas um recurso

ilustrativo e passa a constituir elemento fundamental para a construção de narrativas mais representativas e socialmente contextualizadas.

A descontinuidade da cobertura ao longo do período analisado merece destaque. Observa-se que, em uma década, três anos (2015, 2016 e 2018) não apresentaram qualquer material dedicado ao Dia da Consciência Negra, o que evidencia lacunas na abordagem do tema dentro do telejornal. Essa ausência não pode ser compreendida como um dado pontual, mas como indicativo de uma instabilidade editorial no tratamento da pauta racial, que parece não se consolidar como prioridade permanente. Tal cenário reforça a teoria de que a visibilidade das questões raciais ainda está sujeita a critérios circunstanciais, o que compromete a construção de um debate contínuo e aprofundado sobre o tema no espaço jornalístico.

Assim como o apagamento observado nos anos de ausência da temática, em 2014, termos como “genocídio da juventude negra” passaram a ser introduzidos no telejornal, evidenciando a entrada de pautas críticas oriundas dos movimentos sociais em um espaço de ampla visibilidade. Entretanto, a condução das entrevistas demonstrava, em determinados momentos, limitações no aprofundamento de temas sensíveis, revelando certa dificuldade em sustentar discussões mais incisivas sobre racismo estrutural e desigualdade racial. Esse cenário reforça a percepção de barreiras para a plena legitimação dessas pautas no espaço midiático nos primeiros anos da cobertura. A partir de 2019, contudo, observa-se um avanço significativo nesse processo, especialmente com a ampliação das entrevistas ao vivo e em estúdio, que passaram a valorizar não apenas os relatos das fontes, mas igualmente a inserção de experiências pessoais do próprio apresentador na condução das discussões. Ao compartilhar vivências e percepções relacionadas à questão racial, o apresentador rompe parcialmente com a lógica tradicional de distanciamento do telejornalismo, aproximando a narrativa de uma dimensão mais humana e socialmente situada. Esse movimento contribui para fortalecer o debate sobre racismo no telejornal, legitimando experiências negras como parte central da construção discursiva da notícia, e não apenas como relatos periféricos ou ilustrativos.

As transformações observadas na cobertura do telejornal também podem ser compreendidas dentro de um contexto mais amplo da televisão regional brasileira e de suas limitações históricas em relação à diversidade de vozes e representações. Embora haja avanços na ampliação das pautas raciais e na presença de sujeitos negros em posições de protagonismo, persistem marcas estruturais que revelam dificuldades históricas da mídia regional em consolidar uma comunicação efetivamente plural.

É possível compreender que essas limitações ultrapassam decisões editoriais pontuais e se relacionam com questões estruturais da comunicação no Brasil. Conclui-se nesta pesquisa que houve uma evolução significativa na abordagem do Dia da Consciência Negra no telejornal analisado, expressa no aumento do número de matérias, na ampliação do repertório discursivo e na diversificação das vozes presentes. Contudo, essa evolução não elimina as marcas do racismo estrutural, que ainda atravessam o fazer jornalístico, evidenciando que a representatividade plena permanece como um desafio.

A principal contribuição desta dissertação reside na análise sistemática da representatividade negra no telejornalismo local do Tocantins, evidenciando como as narrativas midiáticas constroem, tensionam e, por vezes, reproduzem desigualdades raciais. Do ponto de vista técnico-científico, destaca-se a identificação de transformações discursivas ao longo do tempo, especialmente no que se refere ao vocabulário, aos formatos e à presença de sujeitos autodeclarados negros como jornalistas, fontes e especialistas. A pesquisa contribui ainda, para evidenciar a importância do jornalismo como espaço de disputa por representatividade e justiça racial, podendo subsidiar reflexões tanto acadêmicas quanto profissionais sobre práticas mais inclusivas e comprometidas com a diversidade.

Políticas afirmativas, justiça social e reforço do racismo como crime fizeram parte do material exibido em 2024, em contexto de desconstrução do mito da meritocracia, explicações sobre desigualdade racial, a partir das raízes históricas, e as políticas públicas para promover equidade. A sequência discursiva “Não basta não ser racista, é preciso ser ativamente antirracista” dita pela professora Maria Santana, durante um ao vivo sobre como combater o racismo, com a repórter Aurora Fernandes, reforça que o combate ao racismo deve ser uma responsabilidade coletiva, não apenas da população negra, para quebrar o ciclo que se vê até hoje de que “a população negra teve que enfrentar sozinha o desafio da ascensão social, e frequentemente precisou fazê-lo por rotas originais como esporte, música e dança” (Carvalho, 2002, p. 53). Assim como Bento (2022) defende que a discussão sobre desigualdades raciais no jornalismo precisa ultrapassar a esfera individual e considerar a responsabilidade das instituições na manutenção ou no enfrentamento dessas estruturas. A discussão sobre representatividade demanda também um posicionamento institucional diante das heranças que sustentam as desigualdades contemporâneas. A necessidade de perceber para romper com mecanismos históricos de exclusão.

Ao longo dos anos, especialmente a partir de 2020, percebe-se um deslocamento: especialistas autodeclarados negros passam a ocupar de forma recorrente o lugar de intérpretes da lei, da política pública. Esse movimento pode ser lido, à luz de Fanon (2008),

como um gesto de ruptura com a “coisidade”, isto é, com a posição do negro como objeto de discurso. O sujeito negro passa a exercer aquilo que o autor chama de “atividade negadora”: ele não apenas fala sobre sua condição, mas interpreta o mundo, explica estruturas e produz universalidade.

Portanto, a análise demonstra que há uma reconfiguração parcial da autoridade negra no telejornalismo do Tocantins. Não estamos mais diante da invisibilidade absoluta, mas também não se alcançou um patamar identitário em todas as vertentes analisadas. O que se observa é um processo de tensionamento do discurso e da presença negra, nos quais se começa a se perceber uma mudança de posicionamento, inclusão de assuntos atuais e dedicação de maior tempo do assunto na data de homenagem.

A pesquisa contribui para ampliar o entendimento sobre as barreiras e oportunidades para a representatividade preta no telejornalismo regional, evidenciando que, apesar de avanços pontuais, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a mídia cumpra plenamente seu papel social na promoção da equidade racial.

Cabe destacar, ainda, que a ausência de entrevistas com jornalistas, apresentadores e fontes presentes nas reportagens impossibilitou a confirmação direta de autodeclarações raciais, especialmente no que se refere à identificação enquanto pessoas pretas ou pardas. Para contornar essa lacuna, a análise considerou elementos discursivos presentes nas entrevistas e falas exibidas nas reportagens, observando momentos em que os próprios sujeitos se reconheciam ou eram inseridos no contexto das discussões sobre negritude, racismo e representatividade durante a cobertura do Dia da Consciência Negra. Ainda assim, reconhece-se que essa estratégia possui limites interpretativos e não substitui a autodeclaração formal dos participantes, aspecto que poderá ser aprofundado em pesquisas futuras por meio de entrevistas e procedimentos metodológicos complementares. A explicitação dessas limitações não invalida os resultados alcançados, mas reforça o compromisso da pesquisa com a transparência metodológica.

Esta pesquisa pode futuramente ser continuada a partir da ampliação do *corpus* para outros telejornais, além de inserir períodos fora da data sazonal, para inferir a inserção da pauta racial e de fontes negras fora do dia celebrato. A investigação também pode avançar com entrevistas aos profissionais que fizeram parte das coberturas e os que ainda estão presentes na redação, atualmente, a fim de analisar a percepção profissional sobre a cobertura do tema. Essas possibilidades reforçam que a temática da representatividade negra no jornalismo permanece como um campo relevante e em constante transformação, demandando novos olhares e abordagens investigativas.

REFERÊNCIAS

ABI. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Disponível em: <<https://bit.ly/3FRrntG>>. Acesso em: 5 dez. 2024.

ABRAJI. **98% dos jornalistas negros apontam dificuldades para desenvolver carreira, diz estudo**. Disponível em: <<https://bit.ly/4joxnsx>>. Acesso em: 2 dez. 2024.

ACEVEDO, Claudia Rosa; HOHARA, Jouliana Jordan. **Interpretações sobre os Retratos dos Afro-descendentes na Mídia de Massa**. RAC, Curitiba, p.119-146, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v12nspe/a06v12ns.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2026.

AGÊNCIA BRASIL. **Branços estudam, em média, 10,8 anos; negros, 9,2 anos. Agência Brasil**. Disponível em: <https://bit.ly/3XHwRxq>. Acesso em: 30 jan. 2025.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **Em 2022, rendimento-hora dos trabalhadores brancos (R\$ 20,0) era 61,4% maior que o dos pretos ou pardos (R\$ 12,4)**. Disponível em: <<https://bit.ly/4iQrHaN>>. Acesso em: 30 nov. 2024.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **Censo 2022: pela primeira vez desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda**. Disponível em: <<https://bit.ly/42jutOG>>. Acesso em: 30 nov. 2024.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **Em 2022, rendimento por hora dos trabalhadores brancos (R\$ 20,0) era 61,4% maior que o dos pretos ou pardos (R\$ 12,4)**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3YcWSof>. Acesso em: 12 mar. 2025.

AGÊNCIA SENADO. **Dia da Consciência Negra se torna feriado nacional**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4i5w7cJ>. Acesso em: 29 jan. 2025.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**. Letramento: Belo Horizonte, 2018.

ARAÚJO, Joel Zito. A força de um desejo: A persistência da branquitude como padrão estético audiovisual. **Revista USP**, São Paulo, n. 69, p. 62-69, março/maio 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13514>>

ARAUJO, Valmir Teixeira . **O que é imprensa negra? Diálogos sobre comunicação e negritude no Brasil**. 1. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2021. v. 1. 176p .

ASSIS, Ingrid Pereira de; LEITE, Paulo Victor Arouche Costa. O discurso de promoção do Prêmio Nacional das Artes e sua alusão ao regime nazista alemão. **Intexto**, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/106517/65393>. Acesso em 7 de mai. de 2026.

ASSIS, Francisco de. **Jornalismo diversional: função, contornos e práticas na imprensa brasileira**. 2014. 444 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.

ASSIS, Francisco de. **Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos**. Alceu, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.16-33, jul./dez. 2010.

BARBEIRO, Heródoto. & LIMA, Paulo Rodolfo. de. (2005). **Manual de telejornalismo: Os segredos das notícias na TV**. Rio de Janeiro: Elsevier.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de L. de A. Rego e A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2016. (Obra original publicada em 1977).

BASTIDE, Roger. A imprensa negra no Estado de São Paulo. In: **Estudos afro-brasileiros. Boletim de Sociologia**, 2. série, n.2, 1951.

BENTO, Cida. **O Pacto da branquitude**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/44bf3ys>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/42jdzQa>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racism without racists: color-blind racism and the persistence of racial inequality in the United States**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Usos sociais da ciência**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CÂMARA, Marco Túlio. **“Ouçam as bichas pretas”: a multimodalidade na construção de masculinidades pretas e as produções de sentidos midiativistas em vídeos no youtube**. 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. v. 1. 211p

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade - a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2023.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Rone Fabio; COELHO, Selma Benedita. **Jornalistas Negros: Um Estudo Histórico da Representatividade Negra no Jornalismo Brasileiro**. Joinvile-SC. 41º Intercom, 2018.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

DUMAS, Alexandra Gouvêa. Corpo negro: uma conveniente construção conceitual. In: **ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA**, 15., 2019, Salvador. Anais [...]. Salvador: UFBA, 2019. Disponível em: <http://www.xvenecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/111785.pdf>. Acesso em: 8 maio 2024.

EMERIM, Cárlica. Aproximações entre a análise diagnóstica por imagens com a análise semiótica em telejornalismo. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 2018, Joinville. Anais [...], Joinville: Universidade da Região de Joinville, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3XMooZJ>. Acesso em: 25 de mar. 2025.

EMERIM, Cárlica; SILVA, Edna de Mello. **O negro no telejornalismo: breve estudo sobre a imagem discursiva de Gloria Maria, Heraldo Pereira e novos rostos no jornalismo de televisão**. Minas Gerais. 46º Intercom, 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 26, n. 2, 1995.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **A democracia racial: uma militância** (reedição). Artes & Ensaios, Rio de Janeiro, n. 38, p. 222-225, jul. 2019.

GUERREIRO RAMOS, Andes. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

HOOKS, Bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. Tradução de Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

JENKINS, Henry; GREEN, Joshua.; FORD, Sam. **Cultura da Conexão**. São Paulo, 2017: Aleph.

JENSEN, Klaus-Bruhn. **Making sense of the news: towards a theory and an empirical model of reception for the study of mass communication**. Aarhus/Dennmark: Aarhus University Press, 1986.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Content analysis: an introduction to its methodology**. Londres: Sage, [1980] 2004.

KOVACH, Bill, e ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LASSWELL, Harold. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. In: COHN, Gabriel. (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre a colonialidade do ser: contribuições para o desenvolvimento de um conceito**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom – RBCC**. São Paulo, V. 39, n.1. p. 39-56. Jan-Abr, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf>.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3.ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003a.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 2006.

MARTINEZ, Mônica; LAGO, Cláudia; STORCH, Laura (org.). Apresentação. In: **Direitos humanos e a pesquisa em jornalismo**. São José do Rio Preto: Balão Editorial, 2018. p. 5-9.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade - a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 25, Nº 73, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 9-29.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Brasil avança no combate ao trabalho escravo: resultados das ações de 2024 e os 30 anos da política de erradicação**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://bit.ly/4j2K50m>. Acesso em: 2 fev. 2025.

MORAES, Fabiana; SILVA, Márcia. V; A objetividade jornalística tem raça e gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: **Anais do 28º Encontro Anual da Compós**, 2019, Porto Alegre. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2019.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. Anita: São Paulo, 2014.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. Resgate: **Revista de Cultura**, n. 6, p. 17-24, 1996.

Tradução. Disponível em:

https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_IdentidadeCidadaniaEDemocraciaAlgumaReflexoesSobreOsDiscursosAntiRacistasNoBrasil.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

RAMOS, Silvia (Org.). **Mídia e Racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

REIS, João José. **A Revolta dos Malês em 1835**. 2018. Disponível em:

<http://educacao3.salvador.ba.gov.br/adm/wp-content/uploads/2015/05/a-revolta-dos-males.pdf>. Acesso em: 18 de mar. 2025.

REPÓRTER BRASIL. **Negros são 82% dos resgatados do trabalho escravo no Brasil**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/4j5YIFt>. Acesso em: 12 mar. 2025.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o setor do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROSA, Isabel Cristina Clavelin da. **Racismo em Pauta: a pluralidade confrontada no noticiário da Folha de S. Paulo na década de 2000**. 241f. Brasília: UnB, 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, 2011.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021.

SARTRE, Jean-Paul. **Colonialismo e neocolonialismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

SCHMITZ, Aldo. **Classificação das fontes de notícias**. Florianópolis: UFSC, 2011.

Disponível em:

<https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2026.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO. **Governador Wanderlei Barbosa institui a Secretaria de Estado da Igualdade Racial**. Palmas, 2024. Disponível em: <https://bit.ly/3XKJfR>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO. **Governador Wanderlei Barbosa empossa professor Adão Francisco como secretário de Estado da Igualdade Racial**. Palmas, 2024. Disponível em: <https://bit.ly/4j1fvnG>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SILVA, Luiz Martins da. Jornalismo e interesse público. In: SEABRA, Roberto; Sousa, Vivaldo (Orgs.) **Jornalismo Político: Teoria história e técnicas**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006

SIQUEIRA, Fabiana Cardoso de. (2012). O telejornalismo em transformação: os formatos de notícia na era digital. In: F. Porcello; A. Vizeu & I. Coutinho. (orgs). **O Brasil (é) ditado**. Coleção jornalismo audiovisual (Vol.1). Florianópolis: Insular.

SODRÉ, Muniz. **Sobre imprensa negra**. Lumina - Facom/UFJF - v.1, n.1, p.23-32, jul./dez. 1998. Disponível em: https://leccufjr.wordpress.com/wp-content/uploads/2008/10/sodre-muniz_sobre-a-imprensa-negra.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SODRÉ, Muniz. **O facismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2023

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2. ed., 2005.

VAN DIJK, Teun A. New(s) racism: a discourse analytical approach. In: **COTTLE, S. Ethnic minorities and the media: changing cultural boundaries**. Philadelphia: Open University Press, p. 33-49, 2000.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008

VENTURA, Mauro de Souza & ABIB, Tayane Aidar. **Identidade profissional, tribo jornalística e dinâmicas divergentes de produção noticiosa: a narrativa de carreteras secundárias de Bru Rovira**. Intexto, Porto Alegre, 50, 263-279. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/4iQmVtT>. Acesso em: 22 de mar. 2025.

VIOTTI, Emília. 2010. **Da Senzala à Colônia**. 5ª edição. São Paulo: UNESP

WIEVIORKA, Michel. **El racismo: una introducción**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2009.

ANEXO

ANEXO A - Decupagem do material exibido em 2014

Movimentos de preservação da cultura negra no TO falam sobre preconceitos e conquistas: [APRESENTADOR SYDNEY] Hoje 20 de novembro, dia da consciência negra. O que essa data significa e o que fazer? Qual a reflexão a gente pode tirar para o nosso dia-a-dia e quais heranças culturais nós temos da negritude? [APRESENTADORA JOCYELMA] É, a gente vai conversar aqui com o antropólogo, as meninas do movimento CrespasTo e também do movimento Enegrecer. Obrigada pela presença aqui. Eu começo pelo Márcio. Márcio, a gente mudou a cabeça ao longo desses séculos ou ainda estamos com a cabeça do colonizador? [ANTROPÓLOGO MÁRCIO SANTOS] Com certeza, né? O Brasil é um país que apesar de não se reconhecer enquanto tal, é um país muito racista. Ah, se a gente pensar que até os anos 30, até o fim da República Velha, ainda se existia o racismo enquanto entendido com a disciplina científica que defendia o embranquecimento da população brasileira para que ela se tornasse melhor, a gente vê que temos muito a avançar ainda, né, nessa questão aqui no nosso país. [APRESENTADOR SYDNEY] Eu pergunto para as meninas As Marias, né, vocês encabeçam um movimento, uma ONG. Qual que é a finalidade? [MARIA JOSÉ COTRIM] É o movimento Encrespa Tocantins é um movimento de resgate, né, da identidade negra, é um movimento de auto-afirmação e valorização, não só do cabelo crespo, mas da nossa identidade. Através do movimento a gente trabalha dois viés, né? O viés da valorização, né, da nossa identidade e o viés estético, que é oferecer oficinas para essas meninas, para essas crianças, adolescentes, para elas se assumirem, né, como negras para, porque existe um preconceito enraizado na sociedade que coloca que existe estereótipos, cabelo bom e cabelo ruim. Não existe cabelo bom e cabelo ruim. O cabelo é o elemento da composição da nossa identidade e nós lutamos diariamente contra esse preconceito. Muitas nós mulheres tivemos que deixar de assumir a nossa identidade, né? Para nos embranquecer por causa desse preconceito enraizado e nós pregamos o respeito, a liberdade das nossas escolhas e acima de tudo é a nossa valorização da nossa cultura e identidade. [APRESENTADORA JOCYELMA] Eu gostei foi do brinco. Olha só, o brinco da Maria Antônia e da Maria José. O brinco já chega e diz: "Estou aqui nesse lugar". Diva mesmo. [MARIA ANTÔNIA PERDIGÃO] É, é importante ressaltar que assim, a questão do cabelo, da estética é só um atrativo, porque isso é muito importante, né? As mulheres são muito preocupadas com isso. Então assim, por trás dessa questão, a gente trabalha toda essa

questão do preconceito, né? E da auto-afirmação, como a Maria José colocou, né? E é importante que a gente tá aqui, a gente tem uma página no Facebook que é crespas.to, né? Que a gente ensina para essas meninas como fazer, porque elas chegam perto da gente: "Nossa, seu cabelo é lindo, meu cabelo era assim, não tem como voltar". tá? Então, a gente dá essas dicas de como voltar até o cabelo crespo, como assumir essa identidade, como cuidar desse cabelo. **[APRESENTADOR SYDNEY]** Cristian, agora você representando aí o Enegrecer, né? Além dessa questão da beleza, da mudança de mentalidade que a gente falou aqui, quais outros valores vocês trabalham? **[CRISTIAN RIBAS]** Então, a gente luta hoje principalmente pelo direito mais fundamental que é o direito à vida da juventude negra, né? Hoje a principal pauta do movimento negro brasileiro é o enfrentamento ao genocídio das juventudes negra brasileira. Juventude Negra, hoje, a probabilidade de um jovem negro morrer em relação a um jovem branco é de 127 vezes maior. Então, hoje nós estamos numa campanha nacional pela aprovação do fim dos atos de resistência, o PL 4471, que é um projeto de lei que tem o objetivo de garantir o devido processo legal de investigação em todas as mortes decorrentes de ação policial. **[APRESENTADORA JOCYELMA]** Nós temos imagens aí das nossas cidades que tradicionalmente foram formadas a partir da cultura da presença negra, Arraias, Natividade. Eu pergunto para o Márcio, Márcio Nós vivemos esse período aí de colonização, de presença dos negros. Hoje nós temos até já o reconhecimento das comunidades quilombolas. Nesse aspecto das comunidades quilombolas, dos remanescentes, o que que ainda tá faltando ser feito? **[MÁRCIO]** Principal coisa que falta é a coisa que mais necessária para essas comunidades, que é a regularização dos seus territórios. Aqui no Tocantins a gente não tem ainda nenhum território quilombola plenamente regularizado, das mais de quase 30 comunidades já reconhecidas né, através da Certidão da Fundação Cultural Palmas. É um processo muito lento, muito complicado, que infelizmente, no contexto aqui do estado, é uma luta muito difícil pela importância do agronegócio na economia do Tocantins. Os desafios são muito grandes para que esses territórios sejam regularizados e reconhecidos, mas pelo menos a gente tem visto avanços nos últimos anos, inclusive da consciência da formação dos próprios movimentos quilombolas que estão cada vez mais conscientes do seu protagonismo, a sua autonomia em reivindicar o os direitos aos quais a legislação brasileira lhes garante. **[APRESENTADOR SYDNEY]** aí, Christian, a cultura ajuda nessa na valorização? **[CRISTIAN]** A cultura é fundamental, é, ela é um elemento fundamental para esse avanço, né, preferencialmente ao racismo. É uma dessas perspectivas. É, o que nós reivindicamos enquanto movimento negro é a formulação de política pública. Nós só vamos enfrentar o racismo e acabar com racismo através de política pública, através

de ações afirmativas na mídia, acabar com racismo na mídia, a partir de uma reforma política que garante que nós negros temos mais representação política. É inadmissível que num estado onde a gente tem mais de 72% de uma população negra, a gente não tem um representante, um representante desse segmento numa Assembleia Legislativa. Saber que tem um vereador negro numa Câmara Municipal como aqui em Palmas. Então isso é um exemplo do racismo institucional, o mesmo racismo que nos afasta dos espaços de poder, dos espaços de representação, é o mesmo racismo que nos mata e nos tira a vida pelos seus aparelhos de segurança. **[APRESENTADOR SYDNEY]** Representar de fato, não só ter alguém ali, mas representar de fato. **[CRISTIAN]** Exatamente. **[APRESENTADORA JOCYELMA]** Muito obrigada aos quatro pela presença aqui e vamos manter a consciência firme, consciência negra, consciência social e de vida. **[MARIA JOSÉ]** Combater o preconceito. **[APRESENTADOR SYDNEY]** Muito obrigado, gente. Boa tarde para vocês.

Movimentos de preservação da cultura negra no TO falam sobre preconceitos e conquistas: **[APRESENTADORA JOCYELMA]** A gente fala agora sobre o Dia da Consciência Negra, hoje escolas, órgãos públicos, universidades lembram essa data importante. **[APRESENTADOR SYDNEY]** Vejam só o que preparou essa escola. **[REPÓRTER MAYKON]** Foi um dia diferente para os alunos da Escola Paroquial Bernardo Sayão em Gurupi. Os alunos realizaram um projeto para lembrar a importância do Dia da Consciência Negra. **[HUGO PEREIRA DE SOUZA - PROFESSOR DE HISTÓRIA]** Por que que temos que ter um dia para a Consciência Negra? Primeiro, o Brasil ele é o país mais multicultural que existe no mundo. Nós temos pessoas de diversas etnias e diversas raças. E o negro foi trazido para o Brasil não porque quis, o negro veio para o Brasil contra a sua vontade, mas mesmo assim aqui contribuiu, aqui ficou marginalizado e aqui também se tornou livre. **[REPÓRTER MAYKON]** A apresentação dos grupos de dança foi o que mais chamou a atenção dos alunos. A capoeira, uma das mais tradicionais dessa cultura, foi bem representada pelos estudantes. **[SOBE SOM DA CAPOEIRA]** **[REPÓRTER MAYKON]** Mas eles também mostraram um pouco mais da dança com roletes, também de origem africana. **[SOBE SOM MÚSCIA]** **[PROFESSORA DE HISTÓRIA ANA MARIA IVO]** A gente tem que entender que o negro ele teve uma importância muito grande na formação socioeconômica e cultural do Brasil e que durante muito tempo isso foi deixado de lado. Então é levá-los a entender, refletir esse papel que o negro tem na nossa sociedade. **[REPÓRTER MAYKON]** Aqui na escola os alunos vivenciam na prática a cultura negra. Por isso foi montado uma exposição de comidas típicas com origem afro-brasileira.

[ESTUDANTE DANIELA ROCHA] Às vezes algumas a gente nem sabia que utilizado pelos negros e hoje em dia são muito utilizados na nossa culinária mesmo.**[REPÓRTER MAYKON]** O trabalho foi desenvolvido em 30 dias por aproximadamente 60 alunos do sétimo ano. A atividade também faz parte do projeto de aprendizagem de extensão.**[ESTUDANTE PEDRO GOMES]** E o objetivo do nosso trabalho é esse, mostrar a todos o tanto que os negros são importantes, né. E o que eles trouxeram de influente aqui para nós.

ANEXO B - Decupagem do material exibido em 2017

Celebração a Zumbi dos Palmares e Dia da Consciência Negra atrai jovens em Palmas:

[APRESENTADOR SYDNEY NETO]: A estação da Juventude do setor Santa Bárbara na região Sul de Palmas ficou lotada de jovens nesse domingo durante a celebração a Zumbi dos Palmares e ao Dia da Consciência Negra. Quem esteve por lá pôde participar de uma série de programações. **[REPÓRTER ANA PAULA REHBEIN]:** Na oficina de arte de rua, o Cacuda deu dicas de como fazer grafite. O Santos aprendeu no interior de São Paulo, onde morava a fazer Picho, Lambe Lambe e Grafite. **[COORDENADOR DO PROJETO DARLAN SOARES]:** Com uns 14 anos comecei a fazer Lambe Lambe, que é você desenha no papel e cola o papel pela cidade e depois mais para frente que eu vim conhecer o grafite, faz 6 anos que eu tô no grafite. **[REPÓRTER ANA PAULA REHBEIN]:** O Kainan ficou de olho em tudo para aprender. **[APRENDIZ KAINAN LUCAS]:** Eu agradeço muito por estar fazendo essa essas pinturas, essas artes, né? O grafite é uma arte muito importante hoje em dia. Agora, escuta esse ritmo. O Rafael e o Arthur mostraram habilidade de sobra no beatbox, percussão vocal do hip-hop. Eles conseguem reproduzir sons de bateria com a voz, boca e o nariz. **[MÚSICO RAFAEL DALLAGBEAT]:** Quatro anos que a gente tem a banda e o beatbox ele foi um dos nossos começos, então a gente vem treinando muito isso. **[REPÓRTER ANA PAULA REHBAIN]:** Do americano Tupac ao brasileiro Sabotage, uma das maiores vozes do rap nacional. Todos esses jovens sentem na pele a desigualdade. Desejo construir na humildade, um bom lugar para viver. Buscam na arte um jeito de se expressar.

Conheça a história do Quilombo Morro São João em Santa Rosa do Tocantins:

APRESENTADOR SYDNEY NETO]: E nesse 20 de novembro, feriado em algumas cidades, né, dia da consciência negra, a gente te convida para um passeio junto com o Carlos Gomes, a uma comunidade quilombola. Vamos saber um pouco da história do Morro do São João. **[REPÓRTER CARLOS GOMES]:** Da janela da velha casa de adobe, seu José de Sena, de 93 anos, observa o lugar onde ele nasceu e viveu a vida inteira. Seu Cazuzza, como é conhecido, é um dos patriarcas da comunidade, entre um gole e o outro de café, ele conta um pouco da história, das dificuldades da época quando o povoado começou. Seu Cazuzza é neto e filho de escravo. **[QUILOMBOLA JOSÉ DE SENA]:** Aqui era um lugar esquisito, não tinha estrada, não tinha nada, isolado. Povo pra ir para a Porto aqui, tinha de caminhar para Santa Rosa. **[REPÓRTER CARLOS GOMES]:** Povo andava só a pé. **[QUILOMBOLA JOSÉ DE SENA]:** É, a pé, outros tinham cavalinho, outros tinham um jegue. **[REPÓRTER**

CARLOS GOMES]: Morro do São João, fica na região sudeste do estado, a 130 km de Palmas, no município de Santa Rosa. A comunidade foi reconhecida como quilombola há 10 anos. São 60 famílias descendentes de escravos. O tronco familiar é um só. Todo mundo aqui é parente. O Benício, por exemplo, é sobrinho do seu Casusa. O bom da vida é viver aqui, na paz, na tranquilidade. **[QUILOMBOLA BENÍCIO DE SENA]:** Gosto daqui. Aqui é onde eu nasci, me criei, estava com 15 anos que mudei para Ipueiras. Mas depois de lá voltei para aqui, meus pais morreram, então eu voltei para aqui, que eu moro bem vizinho daqui e é só daqui. **[REPÓRTER CARLOS GOMES]:** E aqui o senhor ama esse lugar? **[QUILOMBOLA BENÍCIO DE SENA]:** Eu amo esse lugar. **[REPÓRTER CARLOS GOMES]:** O Adelino, que também é sobrinho do seu Casusa, morou na comunidade até os 17 anos. Saiu para estudar e trabalhar em Goiás. Com a criação do Tocantins voltou para sua terra natal. Hoje estuda relações internacionais na UFT em Porto Nacional. Nunca esqueceu suas origens, tanto que é presidente da Associação Quilombola Morro do São João. **[PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA BENÍCIO RODRIGUES]:** Além dessa luta que nós temos aqui interna, a gente tem uma luta externa, que é buscar os meios de conhecimento, de soluções para as comunidades em si. Não somente a do da nossa comunidade, como em todas as comunidades do Estado do Tocantins. **[REPÓRTER CARLOS GOMES]:** O seu Agostinho é o pai do Adelino. Aos 93 anos, ele é muito lúcido e foi debaixo dessa árvore secular bem no meio do povoado que ele contou um pouco da história do morro do São João. **[QUILOMBOLA AGOSTINHO RODRIGUES]:** Tinha pouca casa e foi indo, foi foi o rendendo o povo, foi produzindo os que já tinha e aí cresceu. **[REPÓRTER CARLOS GOMES - PASSAGEM]:** O local onde é hoje a comunidade Morro do São João já foi uma grande senzala, lugar onde os escravos ficavam para servir os seus senhores. Uma história que já tem mais de 300 anos e a sua origem tem tudo a ver com a igreja católica. Um padre que veio de Goiás, chamado Bernardino, era dono da fazenda. A missão dele aqui era evangelizar, mas terminou se envolvendo com uma escrava, com quem teve um filho chamado Vitor. **[REPÓRTER CARLOS GOMES]:** A professora Ângela é nativa daqui, pesquisou essa história e descobriu que é bisneta do filho do padre e escreveu um livro sobre a origem do lugar. **[PROFESSORA ANGELA DE SENA]:** Aqui na nossa comunidade ainda tem as as plantações feita pelo Vitor. Temos também o formato da cidade, é o formato aonde todos os órgãos públicos é no centro e como aqui você percebe que a igreja católica ela é no centro, então ela é o centro de toda a comunidade, a igreja católica como fosse a casa do Senhor. **[REPÓRTER CARLOS GOMES]:** No Dia Nacional da Consciência Negra, os quilombolas do Morro do São João estão preocupados em preservar suas origens,

mostrando o que eles sabem fazer de artesanato, música, dança e religiosidade. Uma tradição que atravessa gerações.

ANEXO C - Decupagem do material exibido em 2019

Delegado explica o que é considerado racismo perante a lei: [APRESENTADOR THIAGO ROGEH]: Existe um crime, que é o crime chamado de racismo. Ou seja, a gente tem que refletir sim sobre essa data, a gente tem que discutir sobre esse tema e nós vamos explicar para você aí de casa agora o que que pode ser considerado racismo. É uma forma que você, de você se educar, de você entender melhor sobre o assunto. É por isso que nós vamos conversar ao vivo com a Aurora. Oi Aurora, boa tarde para você. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]** Boa tarde Rogeh, boa tarde a todos. Pois é, o racismo ele pode se apresentar de várias formas, mas eu vou falar aqui das três principais. Seria a discriminação racial, que é a violência contra a pessoa por causa da cor, o racismo institucional, que é para dar um exemplo, o caso de quando uma pessoa negra tá numa loja e o segurança acaba seguindo ela sem nenhuma justificativa. E ainda o racismo estrutural, que são aquelas piadas racistas que a gente escuta muito no dia a dia, mas não tem nenhuma graça. Já tem 30 anos que existe essa lei para criminalizar o racismo sobre nesse assunto a gente vai conversar agora com o Túlio, que é delegado de polícia. Boa tarde, Túlio. **[DELEGADO TÚLIO MOTA]:** Boa tarde, Aurora. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** O que que diz a lei? O que que é crime quando a gente tá falando de racismo? **[DELEGADO TÚLIO MOTA]:** A lei de crimes contra o preconceito, que inclui o racismo, ela traz cerca de 13 a 15 condutas que tratam do racismo na modalidade eh no sentido de impedir ou obstar a pessoa por conta da cor e de adotar determinada conduta. Exemplos, é utilizar o elevador exclusivo para pessoas de cores, é, não frequentar determinados ambientes, é, impedir a pessoa de, é, frequentar determinados bares, determinadas barbearias, impedir a pessoa de utilizar o voo, impedir de, é, é, entrar no avião avião. É mais ou menos nesse sentido. A lei que traz os crimes de racismo, ela traz isso. É essa conduta no sentido de impedir, de obstar o indivíduo de adotar determinada conduta. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** E aí, quando acontece da pessoa, é, ser chamada de uma maneira pejorativa por causa da cor da pele, não vou falar é é esses tipos de xingamentos, mas são coisas que a gente acaba vendo, até circulando nas redes sociais vídeos nesse sentido. Isso entra nesse crime de racismo? **[DELEGADO TÚLIO MOTA]** Sim, é, nesse caso nós temos aí a injúria racial. O crime de racismo é um crime contra a humanidade. A injúria racial é um crime contra o indivíduo. Recentemente, no ano passado, o STF ele considerou a injúria racial como um crime de racismo, inclusive passou a ser tratada como um crime imprescritível. É, esse crime, embora não esteja na lei de racismo, ele está no Código Penal, é na parte que trata dos crimes contra a honra. É, é um crime que a pessoa ataca a

honra, o sentimento eh da pessoa, aquilo que ela pensa de si mesmo. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]** Então, imprescritível significa que pode ter cometido há 10 anos e ainda pode ser punido por isso? **[DELEGADO TÚLIO MOTA]:** Isso, em tese, os crimes de racismo são imprescritíveis e inafiançáveis. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Se eu sofrer um tipo de crime como esse, onde que eu tenho que ir? Que que eu tenho que fazer? Que que eu preciso levar para denunciar esse criminoso? **[DELEGADO TÚLIO MOTA]:** Se o cidadão ele sofre esse tipo de crime, inicialmente ele pode estar entrando em contato com o SIOP, né, através do 190 e se o policiamento ostensivo, a Guarda Metropolitana, a Polícia Militar conseguir deter o agressor, ele vai ser encaminhado para a delegacia de polícia e vai ser lavrado ali um auto de prisão em flagrante pelo delegado de polícia. Entretanto, se a pessoa não tem condições de informar é onde essa pessoa pode ser localizada, por exemplo, ela pode estar procurando a alguma delegacia de polícia para estar registrando a ocorrência, né? Essa ocorrência, ela vai para delegacia de atendimento a vulneráveis, que fica aqui localizado ao lado da Honda Serra Verde e os policiais civis vão investigar essa conduta para que o delegado possa ter elementos para indiciar a pessoa que fez a agressão. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Qual que é a pena para esse tipo de crime? **[DELEGADO TÚLIO MOTA]:** As penas dos crimes de racismo contidos na lei, elas variam de 1 a 3 anos até 3 a 6 anos. A pena do crime de injúria racial, que é justamente esse xingamento, essa ofensa, esse ataque à pessoa, ela é de 1 a 3 anos. É uma pena que a gente chama de médio potencial ofensivo, que muito dificilmente a pessoa vai ficar presa por esse tipo de crime. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Na sua avaliação, para quem convive com esse tipo de situação na delegacia todos os dias, a gente tava comentando, você disse que até já sofreu com racismo. Você acredita que essas penas ainda são muito brandas? **[DELEGADO TÚLIO MOTA]:** É, no meu ponto de vista, todas as penas que tratam na da seara penal criminal do Brasil são brandas, todas em si. Essa e muito mais. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** E por que que mesmo sendo a pena branda, a pessoa tem que denunciar? **[DELEGADO TÚLIO MOTA]:** É porque ajuda o Estado a a quantificar esse tipo de agressão até para poder tomar uma medida, é, no sentido de reprimir esse tipo de conduta, digamos aí, que haja um aumento desse tipo de crime, o estado a partir das estatísticas, ele vai poder estar eh providenciando uma reprimenda mais pesada, por exemplo, uma alteração legislativa que possa aumentar a lei. Esse é um é um aspecto positivo. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** E aí, diante desses fatos que a gente já comentou, quantos crimes nesse sentido vocês registram aqui? É uma coisa comum? **[DELEGADO TÚLIO MOTA]:** Aurora, é, não tinha até recentemente delegacia especializada. A alteração feita esse ano pela

Secretaria de Segurança Pública criou uma delegacia específica, que é a delegacia de atendimento a vulneráveis, que cuida do consumidor, dos crimes de racismo e de outros crimes que que é, engloba aí pessoas vulneráveis como idosos. É, recentemente a gente ainda tem aí uma quantificação de cerca de seis inquéritos policiais por mês nessa delegacia, mas esse número cada dia que passa tem aumentado, porque as pessoas estão tomando conhecimento que existe uma delegacia especializada para tratar desse tipo de crime.

[REPÓRTER AURORA FERNANDES]: É importante até a gente falar sobre esse assunto para mostrar para as pessoas que elas têm direito e até para quem comete esse tipo de crime que ela pode sim ser punida, porque às vezes só existir a lei não é suficiente. **[DELEGADO**

TÚLIO MOTA]: É interessante como eu já falei, o crime de racismo, ele é um ataque à humanidade, não ao indivíduo. Então assim, inclusive é um crime de ação pública incondicionada que a gente chama, o policial que toma conhecimento de um crime da lei de racismo, ele tem que tomar medidas independente de que a de a vítima querer ou não que ele tome. Então assim, não é um crime contra a pessoa, é um crime contra a humanidade. É um ataque é generalizado contra o ser humano, ataca a dignidade da pessoa humana. Então a gente tem que focar isso. Foge da seara individual da pessoa o racismo, ele vai muito além disso. Inclusive, a nossa Constituição traz vários dispositivos trazendo essa ressalva de proteção, é, da questão do não preconceito. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Certo, muito obrigada pelas informações, doutor Tulio. Então fica aí as informações e a importância de respeitar a lei, mais que isso, respeitar o próximo, né, Rogeh? **[APRESENTADOR**

THIAGO ROGEH]: Com certeza. Eu acho que dessa conversa, Aurora, o que é mais importante é entender que é um crime inafiançável, se a pessoa é pega num crime como esse, ela não vai pagar, ela não vai poder pagar para sair e vai ter que responder e claro, a gente tem que incentivar que cada vez mais as pessoas denunciem para a gente não ter que ficar noticiando, falando disso aqui em pleno 2019. Obrigado, Aurora, pelas informações.

Crianças aprendem sobre as lutas e conquistas de pessoas negras na sociedade:

[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]: E pessoal, hoje é dia 20 de novembro, é o Dia Nacional da Consciência Negra. Essa é uma oportunidade para a gente refletir sobre a posição que o negro ocupa na nossa sociedade, refletir também sobre o racismo e falar sobre a inclusão. Mas será que existem possibilidades para a gente celebrar essa data que é tão importante e histórica? Nós fomos até uma escola para ver como os alunos estão lidando com essa data e conversando sobre o assunto. Dá só um uma olhada. **[REPÓRTER YONNY FURUKAWA]** Basta conversar com uma pessoa negra para entender o que sofrem na pele ou

por conta da pele. **[COZINHEIRA GLORIA DE SENA]:** Você vai comprar alguma coisa, a gente tá com dinheiro, tem que ficar atrás do vendedor chamando para que possa ser atendido. Aí a gente vê que chega uma outra pessoa bem vestida, com a pele, né, branca, então a gente vê que eles são acatados, o que é que você deseja, eu posso ajudar. E quando eu entro, às vezes, igual eu tô acostumada a entrar, eu vejo assim aquela aquele descaso. **[REPÓRTER YONNY FURUKAWA]:** A dona Glória se emociona quando pensa na forma como é tratada. **[COZINHEIRA GLÓRIA DE SENA]:** Ah, eu vou atrás, né? Vou sempre atrás, que desde criança eu sofri isso. **[REPÓRTER YONNY FURUKAWA - PASSAGEM]:** Para que situações tristes como essa não continuem a acontecer, a reflexão sobre racismo, discriminação e igualdade social agora começa dentro da sala de aula. **[REPÓRTER YONNY FURUKAWA]:** O painel colorido na Escola Municipal Mestre Pacífico Siqueira Campos na quadra 409 Norte, na capital, mostra o tema que está sendo trabalhado durante a semana. Além disso, os alunos também pintaram quadros e fizeram uma oficina de abayomi. **[ESTUDANTE LAURA BISPO]:** É uma boneca que as mães, quando estavam no navio Negreiro, usavam pedaços de da saia delas, cortavam e faziam a boneca. E ela servia de amuleto na origem africana. **[REPÓRTER YONNY FURUKAWA]:** Elas fazem a boneca com retalhos de tecido, sem nenhuma costura, só com nós e depois colocam a roupinha. **[ESTUDANTE DAVILLY MIRANDA]** Ela é muito fácil de fazer, a gente fez muitas e é bem legal de fazer, a gente aprende e também fala sobre a consciência negra. **[REPÓRTER YONNY FURUKAWA]:** Na escola também teve oficina de capoeira. E foi ensinado que o dia da consciência negra faz referência ao dia da morte de Zumbi dos Palmares, líder de um quilombo na época da escravidão, que lutou pela preservação da cultura africana. **[ORIENTADORA EDUCACIONAL DENISE DE OLIVEIRA]:** Nós colocamos isto do quinto ano ao nono ano, né? Todas as escolas do município estão trabalhando essa semana da Consciência Negra, porque isso eles reproduzem na na comunidade, em casa, na família, com amigos. **[ESTUDANTE DAVILLY MIRANDA]:** Não importa a aparência, ser negro, é bonito, ser branco, amarelo, pardo, se Deus criou a gente assim, a gente tem que ficar assim, a gente não precisa se importar com a aparência do dos outros. **[REPÓRTER YONNY FURUKAWA]:** E só a educação pode ajudar nesse processo. **[ESTETICISTA LUCIANA GOMES]:** Hoje eu eu tenho muito orgulho da minha cor e assim, eu quero dizer, deixar um recado para sociedade que nós somos todos iguais, independente de religião, de cor, de você, da sua renda financeira. Nós somos iguais.

ANEXO D - Decupagem do material exibido em 2020

Injúria racial é crime inafiançável, saiba mais sobre a lei que garante essa proteção:

[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]: No nosso país, o racismo, a injúria racial são considerados crimes inafiançáveis. É sobre os detalhes dessas leis que a gente vai conversar agora ao vivo com a Aurora Fernandes. Oi Aurora. E aí, vamos falar desse assunto que é denso, importante de ser discutido porque não basta e e eu acredito, acredito não, eu tenho certeza de que uma pessoa branca não precisa ser negro para falar de racismo. É, todo mundo precisa estar por dentro disso. Isso. E claro, a lei tá aí para tentar proteger quem for vítima desse crime, né? **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Oi, Rogeh. Boa tarde. Boa tarde a todos. Eu acho que a gente tá cumprindo um papel importante que é falar sobre o assunto, levar informação, mas é importante que cada um faça sua parte. Não precisa esperar uma reportagem, não precisa esperar uma palestra no dia 20 de novembro para falar, saber sobre esse assunto. Pesquisa, leia. É assim que a gente vai poder acabar com esse crime. Quem vai falar com a gente agora sobre esse assunto é o Christian Ribas, que é presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB. Boa tarde, Dr. Christian. **[PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB CRISTIAN RIBAS]:** Boa tarde. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Primeiro, eu queria que você começasse tirando uma dúvida minha. Qual que é a diferença entre o crime de racismo e a injúria racial, se existe essa diferença? **[PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB CRISTIAN RIBAS]:** O crime de racismo, ele é um ataque, uma agressão contra toda uma coletividade, a restrição de direito ou uma violência contra uma coletividade contra um grupo étnico. E a injúria racial, a injúria qualificada, a injúria racial, ela é direcionada a um indivíduo. Seria a individualização dessa ação. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Então, hoje a gente já tem uma lei que garante essa proteção, mas eu queria que você me dissesse diante da sua experiência no direito, se essa lei já é suficiente para garantir a segurança jurídica ou ainda não? **[PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB CRISTIAN RIBAS]:** Infelizmente, as legislações que nós temos hoje no nosso país são absolutamente insuficientes para combater o racismo e garantir a dignidade das pessoas do ponto de vista do respeito à sua condição étnica, né? A gente precisa aperfeiçoar muito a legislação do ponto de vista da punição, mas também da própria estrutura do judiciário. O Ministério Público, as delegacias, o sistema judiciário precisa enfrentar esse problema, essa chaga que é o racismo com mais eficiência e mais responsabilidade. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Qual que é hoje a penalidade para quem for

flagrado e condenado cometendo o crime de racismo? **[PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB CRISTIAN RIBAS]:** A injúria racial ela tem uma pena de 1 a 3 anos. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Você acredita acredita que esse tipo de penalidade é muito aplicada ou não? **[PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB CRISTIAN RIBAS]:** A aplicação dessa penalidade, a condenação, são casos muito raros, mas a gente sempre afirma que é fundamental que as pessoas denunciem. O crime de racismo, a injúria racial, ela deve ser ela pode ser enfrentada na esfera criminal, né? A pessoa pode receber uma condenação criminal, mas a pessoa também pode buscar em paralelo à esfera cível. Isso quer dizer o quê? Alguém que foi vítima de discriminação racial pode buscar uma indenização contra aquela pessoa que a agrediu, né? Agora, o que é fundamental dizer é que a gente só enfrenta de fato a desigualdade racial e o racismo do nosso país a partir de políticas públicas, a partir de ações afirmativas. Isso é algo que os nossos gestores, os nossos representantes políticos precisam cada vez mais assumir suas responsabilidades com isso. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Agora, eh se a lei existe e o racismo também existe, a gente vê no nosso dia-a-dia, as denúncias são feitas. Por que que ainda assim as pessoas ainda não são condenadas por isso, doutor? **[PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB CRISTIAN RIBAS]:** Porque o racismo, ele tá dentro das próprias instituições. A gente fala que o racismo é estrutural e é institucional. Então, ele tá dentro das de todas as nossas instituições. Então, ele tá presente no Ministério Público, ele tá presente na advocacia, ele tá presente nas delegacias, ele tá presente na política, ele tá presente em toda a sociedade, né? Então, a gente só consegue mudar essa enfrentar essa realidade racista nacional fazendo esse debate, mas também desenvolvendo políticas públicas para combater isso. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Tá certo. Obrigada por enquanto. Daqui a pouquinho o Rogério a gente volta falando sobre como e onde denunciar. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Muito bem, Aurora. Obrigado, tá, pelas suas informações.

Racismo é crime; saiba como denunciar: **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Essa dificuldade que a Denise cita, ela é causada pelo racismo. E olha, o racismo ele é crime. Então se você foi vítima, você precisa denunciar sim. Agora, como denunciar isso? É o que a gente vai descobrir agora com a Aurora Fernandes. Vamos ajudar, Aurora, todas as vítimas ou possíveis vítimas que venham a virar vítimas de racismo, o que que eu tenho que fazer? Como é que eu vou na justiça? Como é que eu vou na polícia e denuncio isso? **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** O importante é sempre denunciar, né, Rogeh? Christian, eu vou

repassar para você. a pergunta: Onde, como denunciar? **[PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB CRISTIAN RIBAS]**: Em Palmas, nós temos uma delegacia especializada, que é a delegacia dos vulneráveis, onde essas denúncias podem ser feitas lá, mas também podem ser feitas em qualquer delegacia que estiver de plantão. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]**: E aí a pessoa tem que levar algum documento, alguma prova? Só o depoimento da vítima já é suficiente? **[PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB CRISTIAN RIBAS]**: O depoimento da vítima é suficiente para registrar a ocorrência. A partir da ocorrência vai ser aberto o inquérito e esse fato vai ser investigado. Então é importante que a pessoa tente identificar testemunhas, pessoas, elementos que vão fazer com que ela consiga provar o fato que ela tá denunciando. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]**: Esse tipo de preconceito ele existe muito nas redes sociais [inaudível] ou manda uma mensagem offline ali para pessoa, online para pessoa. Esse tipo de mensagem pode ser considerado racismo e é possível denunciar? **[PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB CRISTIAN RIBAS]**: O racismo virtual é absolutamente possível, passível de punição e passível de, como eu falei, de indenização para aquela pessoa que foi vítima de de de racismo. **REPÓRTER AURORA FERNANDES]**: Tá certo. Muito obrigada pelas informações. Rogeh? Obrigado, Aurora. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]**: E é isso. Tem que denunciar mesmo. Chega de ficar calado. Nada de mordada. Nunca mais isso, tá?

Despertar da ancestralidade pode ajudar no combate ao racismo na infância:

[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]: Hoje é um dia especial, né? O Dia da Consciência Negra, uma data histórica que não é capaz de reparar em um único dia um sintoma estrutural da nossa sociedade, o racismo. Hoje o Jornal Anhanguera quer te convidar para uma reflexão. Durante toda a nossa edição, você vai ver reportagens que mostram as dores, os obstáculos que pretos e pretas precisam se operar nas várias fases da vida. Nós vamos começar naquela fase onde tudo deveria ser colorido, a Infância. Como os pais podem preparar os filhos para enfrentar um mundo preconceituoso? Um desafio e tanto. **[LAURA RODRIGUES DE 10 ANOS LÊ HISTÓRIA]**: Era uma vez uma menina linda linda. Os olhos dela pareciam duas azeitonas pretas, daquelas bem brilhantes. Os cabelos eram enroladinhos e bem lisos, feito fiapos da noite. A pele era escura e lustrosa, que nem o pelo da pantera negra quando pula na chuva. **[REPÓRTER LUCAS FERREIRA]**: As palavras escritas de forma lúdica no livro infantil formaram muito mais que frases. Estão ajudando a formar também a personalidade de uma menina. **[LAURA RODRIGUES DE 10 ANOS]**: Eu aprendi que na verdade não é as

coisas materiais e sim ancestrais. Mesmo que eu tenha pais de cores diferentes, eu tenho avós, bisavós, tataravós negros e negras. **[REPÓRTER LUCAS FERREIRA]:** Menina bonita do laço de fita, a obra de Ana Maria Machado virou uma das referências em casa para tratar a personalidade, história e força da raça que poderia não ser tratada de forma desigual. Poderia, porque infelizmente é um assunto que ainda é preciso debater. O que a Val conhece bem, o racismo da infância, que fez dos ensinamentos para a filha, a melhor resposta. **[MÃE VAL RODRIGUES]:** Primeiro que eu sou filha de trabalhadores rurais e pessoas que tiveram, uma chance de estudar muito pequena. Então, e inclusive tinha uma dificuldade financeira de criar os filhos. E eu saí da minha casa com 8 anos de idade e fui criada por uma família branca. Eram pessoas maravilhosas, são até hoje, eu tenho é uma segunda família que eu tenho, é uma base muito forte que eu tenho na minha vida. O pai dessa família era um educador e ele me empoderava muito. Só que eu não cresci num ambiente de pessoas negras e não de pessoas negras empoderadas, né? As pessoas negras com as quais eu convivía eram empregada doméstica, eram os trabalhadores em posições subalternas. Então, com a Laura, nós tivemos esse cuidado desde desde que ela era muito pequena. **[REPÓRTER LUCAS FERREIRA]:** Na casa, a valorização da identidade da raça é algo que sempre uniu a família. **[PAI THIAGO DE SANCHÁ]:** Mostrar para ela o valor que tem a ancestralidade, né, o fato de sermos negros, isso é um valor, não algo negativo, como foi construído ao longo do tempo pela sociedade e toda sua estrutura, né? **[REPÓRTER LUCAS FERREIRA]:** As bonecas que enfeitam o quarto são resultado de pontos positivos que aparecem com mais frequência, mas ainda longe para exterminar o preconceito. A indústria de brinquedos já reproduz a identidade da vida real no cabelo crespo e no tom de pele da boneca, o que faz a pequena Sofia de 7 anos se sentir representada. **[SOPHIA PEREIRA DE 7 ANOS]:** Ó, eu gosto do meu cabelo, né? Cacheadinho. Cacheado, né? Aí, a minha pele, a pele, né? A minha pele ela é morena. A cor da minha pele. Se fosse tudo igual, não teria graça, porque Deus criou todo mundo diferente e mistura a cor, todo mundo fica colorido. **[REPÓRTER LUCAS FERREIRA - PASSAGEM]:** E esses traços que definem as características, a identidade do nosso povo, seguem cada vez mais visíveis nas ruas de qualquer cidade brasileira. É o que mostrou um levantamento do IBGE dos últimos anos. **[REPÓRTER LUCAS FERREIRA]:** Em 2018, mais de 19 milhões de pessoas se declararam pretas, 4,7 milhões a mais em relação a 2012. **[SOCIÓLOGO E HISTORIADOR STANIO VIEIRA]:** Essa relação da história da cultura do negro no Brasil precisa ser colocado de uma forma mais crítica, mais presente. Um exemplo dessa condição é que ainda em muitos livros de história e no imaginário social das pessoas essa ideia, por exemplo, que os negros vieram da África e na verdade eles não vieram,

eles não foram convidados, eles foram trazidos porque o trazer proporciona a força. **[REPÓRTER LUCAS FERREIRA]:** Em 2003, uma lei trouxe uma nova abordagem da educação brasileira sobre o tema, passou a ser obrigatório, por exemplo, o ensino sobre história e cultura afro-brasileira, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do país. **[SOCIÓLOGO E HISTORIADOR STANIO VIEIRA]:** Então, é necessário que haja essa esse revisionismo da história, que haja essa análise para que nós possamos termos de fato uma compreensão, para que as pessoas possam entender de quem foi, por exemplo, Luiz Gama, quem foi Abdias do Nascimento, quem foi Zumbi dos Palmares. É necessário que haja esse esse conhecimento para melhorar nossa sociedade brasileira. Conhecer a história de um povo de uma forma humana, de uma forma honesta significa liberdades e é isso que precisamos. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Essa nossa reflexão ela vai continuar, então fica por aí, a gente ainda vai ver os desafios dos jovens negros, vamos falar na fase adulta, a violência que consome a população negra e como é ser preto, preta e idoso aqui no Tocantins.

Referências e empoderamento negro são importantes para a quebra de paradigmas e o racismo: **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Hoje Dia Nacional da Consciência Negra, a gente tá visitando as fases da vida, vendo os desafios que essa população enfrenta aqui no nosso país. A gente já mostrou a infância e agora a gente chega na adolescência, na juventude. É durante essa fase que o indivíduo começa a se formar enquanto pessoa. Para a população negra, os desafios na busca por representatividade nessa idade são ainda maiores, porque a dose do preconceito tá ali, sempre batendo na porta. **[REPÓRTER HELOÍSA DANTAS]:** A Dandara tem 23 anos, desde pequena diz sentir o preconceito por ser negra. **[JORNALISTA DANDARA BARBOSA]:** Eu fui uma criança que que eu era considerada mais feia, na escola por conta do meu cabelo crespo, por conta da cor da minha pele e eu não entendia porque que eu era ridicularizada ou que me colocavam, né, enquanto uma mulher, uma criança feia. **[REPÓRTER HELOÍSA DANTAS]:** Ainda adolescente em 2014 começou a buscar representatividade participando de movimentos negros. **[JORNALISTA DANDARA BARBOSA]:** Assim, através de muitas terapias que ultimamente, terapias e também movimentos sociais que hoje eu faço parte, o movimento negro, que eu comecei a entender que o que o problema não está em mim, ensina uma sociedade que ela é doente, que ela é racista. **[REPÓRTER HELOÍSA DANTAS]:** Tanto que o João sentiu necessidade de se apresentar assim. **[MÉDICO JOÃO BATISTA]:** Olá, eu sou o João Batista, médico em

que posso te ajudar? É geralmente assim que eu me apresento aos meus pacientes e não é incomum que eu ouça deles a seguinte frase: "Você é brasileiro?" E a que isso se deve? Isso geralmente ocorre porque não é comum encontrar médicos negros no Brasil. Apesar da gente ser mais da metade da população, apenas 1/5 dos médicos são negros. E isso se deve mais profundamente à elitização do curso e mais a fundo ainda a discriminação e a marginalização do povo preto que tem raízes na escravidão, provocando o chamado racismo estrutural que nos afasta dos postos de trabalho mais disputados, entre outras coisas. **[REPÓRTER HELOÍSA DANTAS - PASSAGEM]:** O racismo pode se manifestar de várias formas, segundo a psicóloga, no pessoal, interpessoal e institucional. Ele pode vir através das ações, palavras e atitudes e causam impactos negativos na vida da pessoa negra. **[PSICÓLOGA IZABELA DOS SANTOS]:** O racismo, ele determina, é um determinante de saúde, né? Então, nós entendemos que ele acaba expondo as pessoas, a população negra, a mais situações de estresse crônico, por exemplo. **[REPÓRTER HELOÍSA DANTAS]:** Números comprovam que o racismo existe em todos os lugares e não longe de nós, dados do IBGE mostram que enquanto em média o branco recebe no Tocantins R\$ 2.718 por mês, o negro recebia em 2018 R\$ 1.729. Apenas um dos exemplos que fazem parte da rotina de milhares de negros que precisam lembrar diariamente que resistir é um verbo que exige atitude. **[JORNALISTA DANDARA BARBOSA]:** Está muito na moda dizer que eu sou uma pessoa anti-racista, mas a gente precisa sair da teoria e colocar em prática. E o que seria essas práticas? Ler autores negros, comprar de pessoas negras, ter amizade e relações com pessoas negras, contratar pessoas negras. **[REPÓRTER HELOÍSA DANTAS]:** Atitude que, além dessa sexta-feira, 20 de novembro, deve ser reforçada todos os dias. **[ANA JÚLIA ROCHA DE 14 ANOS]:** Pele preta, olho escuro, nariz batata, cabelo duro. Eu sou negra e disso eu tenho orgulho. Dia 20 é um dia importante para nos lembrarmos da nossa cor e sim que somos todos irmãos, que somos todos iguais e que preconceito é uma coisa feia, é um ato sem noção e é por isso que hoje eu digo em alto, claro e bom tom. Diga não ao preconceito e não à discriminação e viva a consciência negra, onde negros e brancos vão poder andar de mãos dadas sem nenhuma preocupação.

Violência e preconceito contra pretos e pretas se estendem da infância à vida adulta: **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Estamos aqui de volta com o Jornal Anhanguera Primeira Edição. A gente tá visitando as fases da vida para uma pessoa preta e olha, chegar na fase adulta, quando você é preto ou preta, não é fácil. Os números reforçam que a nossa sociedade precisa urgentemente mudar. Por exemplo, o número de assassinatos aqui no

Tocantins, ele é maior entre essa parcela da população. Olha só. **[REPÓRTER YONNY FURUKAWA]:** Mulher, mãe, professora, ativista e negra. A Solange é vítima de preconceito todos os dias. **[PROFESSORA SOLANGE NASCIMENTO]:** Eu como uma mulher negra, quando eu saio da minha casa, né, ultrapasso meu portão, eu fico suscetível a qualquer forma de violência. Eh, desde uma violência verbal até o impedimento de entrar em um determinado espaço ou ainda e muitas vezes dentro do meu próprio local de trabalho ou no acesso à saúde. **[REPÓRTER YONNY FURUKAWA]:** Ela já foi perseguida, barrada e abordada por causa da cor da pele. **[PROFESSORA SOLANGE NASCIMENTO]:** Experiei já na minha vida ser abordada, é, abordagem policial, porque segundo o policial militar eu estava sequestrando uma criança. A criança, no caso, é minha filha. **[REPÓRTER YONNY FURUKAWA]:** A Deilane tem 31 anos e já passou por uma situação de violência policial junto com o irmão. **[SERVIDORA PÚBLICA DEILANE BARROS]:** Vindo de uma noite saiu para para a rua para se divertir como qualquer outra pessoa. pessoa e a, no meio, de repente, um carro da polícia aparece e simplesmente aborda e começa a bater nele. Ele ficou todo machucado, ninguém quis saber de nada, ninguém quis saber quem ele era, que se ele trabalhava, se ele tem pai e mãe. Simplesmente por ele ser um homem negro, ter tatuagens, coisa que todo mundo tem, tanto um branco quanto um preto tem. **[REPÓRTER YONNY FURUKAWA]:** Violência por causa da cor da pele é racismo. E quando você observa alguns números no Tocantins, dá para perceber que a nossa sociedade precisa mudar. Em 2017, 437 pessoas pretas foram assassinadas no estado, contra 103 assassinatos de não negros. A taxa de homicídios de negros por 100.000 habitantes é de quase 40% e de não negros menos de 30%. O sistema penitenciário do Tocantins tem 3.774 presos. Desse montante, 2.826 se autodeclararam pretos e pardos, 485 brancos e amarelos e o restante preferiu não informar. Essa especialista em relações étnicas e raciais explica que o racismo está estruturado na sociedade desde a época da escravidão. Hoje só mudou de forma. **[ESPECIALISTA EM RELAÇÕES ÉTNICAS E RACIAIS DEISE BENEDITO]:** Quando você traz esses dados, né? O que que você apresenta? Você apresenta o tamanho do descompromisso com as políticas públicas para a população negra em todo Brasil. E quando eu falo desse extermínio, não é um extermínio que começa hoje. Não é o encarceramento que começa hoje. Esse processo de extermínio, eu tenho o ato de dizer que ele já tem o longo de toda a história do Brasil, né? Então a gente começou se exterminando a população indígena, depois termina a população negra na atualidade de forma assustadora. **[REPÓRTER YONNY FURUKAWA - PASSAGEM]:** Em 2018, no Brasil, pouco mais de 19 milhões de pessoas se declaravam pretas. Quase 5 milhões a mais que em 2012, um aumento de 32%. Na contramão desse número, diminui ano a ano a

população que se declara branca. **[REPÓRTER YONNY FURUKAWA]:** Ainda, segundo o IBGE, os brancos foram maioria no país até 2014, desde 2015 os pardos passaram a representar a maior parte da população, de 89 milhões em 2012 para quase 97 milhões em 2018. **[ESPECIALISTA EM RELAÇÕES ÉTNICAS E RACIAIS DEISE BENEDITO]:** A partir do trabalho do movimento negro brasileiro, né? Que começa a conscientizar e principalmente a divulgar a importância de ser aquilo que somos, negros, e não temos que nos envergonhar, isso é de fundamental importância. As pessoas passam a se assumir, também quando começam a se ver. Quando começam a se ver de forma positiva nos meios de comunicação, quando começam a acessar as universidades. **[REPÓRTER YONNY FURUKAWA]:** Com o objetivo de ajudar ainda mais pessoas nesse processo de aceitação e valorização da cor da pele, a Denise batalhou muito. Hoje é orientadora educacional concursada. Todo dia ela tenta fazer a diferença na vida de uma criança negra que ainda não sabe as lutas que vai enfrentar ao longo da vida. **[ORIENTADORA EDUCACIONAL DENISE OLIVEIRA]:** A pessoa negra, ela tem um pouco mais dificuldade do que as outras. Isso é fato, né? Porque é o olhar, às vezes, a dificuldade que tem, mas se você tem orgulho de ser o que é, a cor, o cabelo, acreditar, isso não vai te impedir. Então, hoje eu te digo, eu tenho orgulho de ser quem eu sou, eu tenho orgulho de chegar onde eu cheguei e eu te digo que não para por aqui. Eu quero mais, mais. Eu não paro por aqui. Eu sei que eu vou chegar além do que eu estou, porque os sonhos são altos. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** E tem que ser altos mesmo, viu, Denise?

Racismo impacta a expectativa de vida das pessoas pretas; Idosos falam das dificuldades: **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Olha, na continuação da nossa série sobre a consciência negra, né? A gente tá passeando pelas fases da nossa vida. Nós mostramos a origem, né? Crianças, jovens, mas agora a gente vai falar dos idosos. O relatório anual de desigualdades sociais aponta que a perspectiva de vida do negro no nosso país não passa dos 67 anos. Já quem tem a pele branca chega a 73. Na reportagem da Ana Paula Rehbein, a gente vai ver os relatos de senhores e senhoras que sentem e sentiram literalmente o peso do preconceito ao passar dos anos. **[REPÓRTER ANA PAULA REHBEIN]:** Hoje, dona Joaquina de 69 anos está aposentada e os filhos estão adultos. Três têm cursos superiores. Ela cuida desse pé de algodão no quintal porque faz chá das folhas e diz que isso ajuda a melhorar a imunidade. Sorri o tempo todo, mesmo diante das marcas profundas de um passado dolorido. **[JOAQUINA BISPO DE 69 ANOS]:** Quando eu morava na fazenda mais o meu futuro marido. Aí, eu vivia com trauma tanto que eu fui muito sofrida com o casamento, fui

muito sofrida. E foi quando eu tive a decisão de vir para cidade para botar os filhos para estudar. Eu falei para ele que eu ia para a cidade para botar os filhos para estudar. Ele disse: "Eu é quem não vou". Bem assim, bem forte. "Eu é quem não vou". Eu falei Pois é, não, se você não quer ir, não vai, mas eu vou com os meninos para estudar. E assim mesmo eu fiz e fui, graças a Deus, na época, às vezes para lavar a roupa de um mês, eu lavava a roupa um mês, que era durante, é, uma trouxa de roupa era o dia todinho, de 6 horas da manhã, de 6 horas, 7 horas da manhã, até as 6 horas da tarde, lavando roupa e para voltar para casa, que que ela não secava tudo e eu tinha que trazer fazer tudinho essa roupa. Aí eu colocava na bacia, eu colocava a bacia na cabeça do tanto que eu dava conta. E o resto da roupa eu botava na na ponta de uma pedra lá, ia colocando na bacia, colocando, colocando. Aí até já tava para não aguentar mais, mas não podia deixar a roupa alheia lá no mato, tinha que trazer assim mesmo. Aí eu chegava em casa, chegava na marra de tanto peso. Porque às vezes, assim, se eu não tivesse esse tanto de menino para mim cuidar, eu pensava assim, né? Ah, eu não vou fazer tudo isso não, porque só eu, qualquer coisa dá para mim vencer, né? Mas como eu lembrava dos meninos, aí eu falava: "Não, eu tenho que enfrentar, eu tenho que ir em frente". E consegui. **[REPÓRTER ANA PAULA REHBEIN]**: Dor também nas palavras racistas que diz ter ouvido a vida toda. E segundo ela, o preconceito intensificou depois que ficou idosa. **[JOAQUINA BISPO DE 69 ANOS]**: Uai, teve um rapaz que falou assim, disse: Eh, hum, hum, hum, mas que véia, como é que é? Mas que mulher feia, além de feia e preta demais. **[REPÓRTER ANA PAULA REHBEIN - PASSAGEM]**: A dificuldade da população negra envelhecer com dignidade é uma questão que precisa ter prioridade na pauta de políticas públicas. O acesso à saúde é uma das principais queixas do seu Guilherme de 79 anos. Ele se sentiu humilhado ao procurar atendimento. **[GUILHERME NUNES DE 79 ANOS]**: Ele falou para mim, falou: "Tá, você vai lá, quando quando você terminar de tomar esse remédio, você vem". Aí eu fui, né? Cheguei lá. Eu não falei para você vir não, eu não. Hoje não é dia de você vir, não sei o quê, não sei o quê, eu não vou te atender não. Desse jeito. Aí eu falei: Falei: "Tá bom, uai". É pela questão racial. Eu senti humilhado. Não tenho. Não tinha nada, é mais humilhação que eu senti. **[REPÓRTER ANA PAULA REHBEIN]**: Mineiro, seu Guilherme é fanático pelo Atlético Mineiro e não perde um jogo. Mas o que ele gosta mesmo de fazer é compor poesias, lembrando o período que mudou para essa região no fim dos anos 70. Agradece a Deus e à natureza. **[GUILHERME NUNES DE 79 ANOS]**: Um canário amarelo que vivia na floresta convidou a passarada: Vamos fazer uma festa. Não vai dar muito trabalho, o amigo para pagar e tem uma grande orquestra. Convidaram o beija-flor Sanhaça, Bem-te-vi, a Perdize, a Arara, o Jaó e a Juriti, o João de Barra assanhado, mesmo sem ser

convidado, logo encostou por ali. **[REPÓRTER ANA PAULA REHBEIN]:** Para que essa tranquilidade não seja momentânea, mas definitivamente garantida, tudo começa com o futuro que já existe hoje. **[PEDAGOGA QUILOMBOLA CELENITA GUALBERTO]:** Potencializar ações com práticas educativa de educação étnico-racial é assegurar a formação de uma geração futura de crianças e jovens que serão conscientes da riqueza que é a pluralidade e da necessidade de igualdade racial no Brasil. **[GUILHERME NUNES DE 79 ANOS CANTA UM VERSO]:** Saímos três companheiro com tensão de trabalhar e conhecer coisa linda no estado do Pará. Chegamos numa cidade a famosa Marabá, em uma banca da rua paramos para jantar. E chegou um cidadão, começamos a conversar. Vou levar vocês comigo para vocês ganhar dinheiro, cada um de vocês vai ser chefe e empreiteiro. Quando chegamos na fazenda me deu grande desespero, a fazenda era repleta de bandido e cangaceiro, naquele exato momento olhei para os meus companheiros. Vieram dizer para nós a coisa aqui é assim, dinheiro aqui não existe e tem que ficar bonzinho, para não morrer de fome comemos até guaxinim, eu pedi nosso Senhor para ter pena de mim. Eu disse adeus para o mundo e comecei a chorar. Ao ver tanta coisa errada que é triste até para pensar. Um sonho igual a este, nunca mais quero sonhar. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Olha, eu preciso responder a dona Joaquina que participou dessa reportagem com a Ana Paula. Ela contou aí que foi chamada de velha feia e preta demais. Dona Joaquina, a senhora é linda. A senhora venceu esse preconceito, venceu todo esse racismo, criou os seus filhos e tá aí, é um exemplo de superação. É disso que a gente tá falando quando a gente diz sobre representatividade. Esse exemplo.

ANEXO E - Decupagem do material exibido em 2021

Escola de Gurupi posta foto de criança com rosto pintado de preto e coletivos repudiam:

[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]: Exemplos de que ainda falta muito, é porque nesse dia da consciência negra, uma postagem de uma escola chamou a atenção por uma prática considerada preconceituosa, o chamado black face, que é uma expressão que vem do inglês e tem tradução literal para cara preta. A escola adventista de Gurupi postou em suas redes sociais uma foto de uma criança com o rosto e com o corpo pintados de preto e com uma peruca simulando um cabelo afro. O texto da postagem diz que os alunos vieram caracterizados para comemorar o Dia da Consciência Negra. É claro que essa postagem causou muita repercussão nas redes sociais. O Enegrecer, que é um coletivo da Juventude Negra do Tocantins, desde 2019, desde 2009, publicou em uma rede social reafirmando que ser negro não é fantasia. A postagem diz que Black Face é uma prática racista, que tem origem no século XIX, em contextos de segregação racial, onde estereótipos negros eram usados de forma negativa para entreter audiências brancas. O coletivo disse que é inconcebível que uma escola que se propõe ao papel de educar futuros cidadãos, se preste ao papel de expor e incitar crianças a discriminação ou preconceito de raça e cor. O coletivo negro de Gurupi também publicou uma nota de repúdio contra a atitude da a atitude do colégio de promover um desfile de crianças caracterizadas como pessoas pretas. O coletivo diz ainda que ser negro não é uma fantasia e que eles estão exaustos de serem ridicularizados pelas peles, cabelos, narizes e esses traços contam a história dos nossos ancestrais. O Colégio Adventista de Gurupi disse em nota que é contrário a todo e qualquer tipo de discriminação racial. Segundo o posicionamento, o projeto pedagógico realizado com as turmas do quarto e quinto ano, teve como objetivo valorizar a cultura negra e afrodescendente na escola e fora dela também. Apesar da postagem que foi apagada das redes sociais dizer que os alunos foram caracterizados, a nota do colégio diz que em nenhum momento os estudantes foram pintados ou estimulados a pintarem o rosto. O colégio pediu desculpas pela situação que se criou e disse que se compromete a proporcionar mais momentos com discussão sobre esse tema. Mas por que que essa prática ela é problemática e considerada preconceituosa, de se caracterizar como uma pessoa negra? A gente procurou a doutora Maria, ela é mestre em educação, trabalha com minorias na UFT para explicar por que que esse tipo de ação é extremamente prejudicial. **[DOUTORA EM EDUCAÇÃO MARIA SANTANA]:** Ser negro não tem necessidade de você se caracterizar, porque é uma raça, é uma, não é uma, algo que você, que você se maquia para se tornar negro. Você nasce negro ou negra, você nasce preta

ou preto. E o fato de caracterizar as crianças, passa uma ideia, né? Que isso que é o movimento Black Face, passa uma ideia para as pessoas de que esse ser negro, é ser ruim, é feio, é ser fedido, e ser negro não é nada disso. Então é necessário a gente desconstruir, não por isso que é uma prática racista, né? Não é importante você fazer isso dentro da escola, não é interessante você fazer isso na escola. É preciso pensar de forma pedagógica diferenciada, de desconstrução, de que o povo negro tem uma história e uma história bonita, né? Uma história sofrida, mas uma história bonita. Ser negro, ser negra é muito lindo. É isso que a gente precisa dizer. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Que que a gente aprende com esse episódio? Black Face não, tá errado. Ser preto não é uma fantasia e a gente precisa melhorar e a gente espera ali muito que com esse episódio a gente possa crescer mais. Todo mundo, toda a sociedade como um todo. Daqui a pouquinho tem a segunda parte da reportagem da Jesana.

Dia 20 de novembro é comemorado o Dia da Consciência Negra, saiba mais:

[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]: Eu queria que você parasse tudo que você tá fazendo agora para assistir essa próxima reportagem. Você sabe que a gente tá comemorando em todo o país o Dia da Consciência Negra. Essa data foi escolhida em homenagem ao Zumbi dos Palmares, um dos maiores líderes quilombolas do Brasil e o objetivo é mostrar que mesmo após anos da abolição da escravatura, a sociedade ainda tá carregando muito preconceito e muitas desigualdades raciais. A Jesana de Jesus teve uma sensibilidade gigantesca para retratar depoimentos de como o racismo ainda tá presente em pleno 2021 na nossa sociedade. **[ESTUDANTE DINAH RODRIGUES]:** É importante porque é um registro histórico. Uma vez que pessoas negras foram retiradas do continente africano, tiveram a sua cultura, sua religião e até a sua sexualidade, retirada e explorada, foram trazidas para o Brasil contra sua vontade e aqui foram escravizadas durante séculos. É uma data para nós lembrarmos que houve resistência. **[PRODUTOR CULTURAL MATHEUS GABRIEL]:** Para relembrar é o histórico da nossa população negra. O que que a gente passou, a exploração, a escravidão, a nossa cultura, o quê que surgiu de todo esse processo, principalmente na área cultural, como a capoeira, como as nossas nossas refeições, os nossos costumes, o os nossos dialetos e também juntar tudo isso e ter uma perspectiva de presente. Do quê que a gente vive hoje, do quê que essa exploração do passado ainda se mantém. **[STANIO FALA]:** Essa data ela foi escolhida, a data 20 de novembro, como uma uma data histórica em homenagem ao Zumbi dos Palmares. O Zumbi, né, é é um dos representantes da construção da identidade negra brasileira. Então, é essa data 20 de de novembro, ela tem

simbolicamente esse aspecto histórico, né? E também esse aspecto emocional, como uma forma de garantir visibilidade à luta da população negra brasileira. Ela foi uma data que foi institucionalizada eh a partir de 1995, pelo o o pela luta do movimento social negro e também pelo reconhecimento do Estado brasileiro, né? É que na época, é, é, reconheceu, né? A data de novembro como uma data, é, simbolicamente, como o dia da consciência negra. Né? Então esse, essa, essa é a origem, o contexto dessa, dessa data. **[REPÓRTER JESANA DE JESUS]:** Negros com orgulho, negros que não se calam, negros que se amam. Hoje vamos mostrar pessoas que lutam pela causa, mas que para chegar até essa aceitação passaram e ainda enfrentam dores. Preconceito. **[ESTUDANTE DINAH RODRIGUES]:** Eu sou maranhense, eu tenho 24 anos, eu sou de uma pequena cidade chamada Igarapé do Meio. E sim, visto que o racismo estruturante da nossa sociedade, é impossível que alguma pessoa negra tenha passado imperceptível por essa estrutura. O primeiro caso de racismo do qual me lembro, eu tinha 8 anos de idade, eu tava brincando com uns colegas, quando a tia deles disse para eles que eles não podiam brincar com pretos macacos, éramos eu e meu irmão. E isso permaneceu durante toda a vida, uma vez que todos os espaços, eles não são projetados para gente, eles não são projetados para pessoas negras. E onde você chega vai haver uma resistência à sua presença ali. **[PRODUTOR CULTURAL MATHEUS GABRIEL]:** Eu era o único garoto negro num uma sala cheia de pessoas brancas e as crianças costumam apenas reproduzir, né, o que elas veem na sociedade. Acabei sofrendo bastante. **[REPÓRTER JESANA DE JESUS]:** Ficou na sua memória alguma fala que você pode citar? **[PRODUTOR CULTURAL MATHEUS GABRIEL]:** Apelidos, assim, já fui chamado de macaco, já tipo várias coisas assim, situações de brincadeiras também as pessoas costumam brincar né e ser aquele aquele racismo escondido. **[REPÓRTER JESANA DE JESUS]:** Dois jovens negros e ativistas que sentiram na pele o peso do preconceito racial hoje lembram a importância de falarem, de não desistirem de lutar num país onde o racismo é estrutural, que nada mais é que a desvalorização e restrição de oportunidades a pessoas negras por exemplo. **[REPÓRTER JESANA DE JESUS - PASSAGEM]:** No dia a dia vários exemplos daquele racismo considerado velado, sutil, mas na verdade o que parece ser camuflado é feroz, destrutivo. **[REPÓRTER JESANA DE JESUS]:** Como o caso de uma delegada negra barrada na entrada de uma loja em Fortaleza, ela denunciou racismo por parte do segurança do estabelecimento. As cenas de policiais civis entrando na loja para pegar imagens de segurança viralizaram. Dias depois o gerente da unidade da loja em Fortaleza foi indiciado por racismo. **[SOCIÓLOGO STANIO DE SOUZA]:** Na verdade, o racismo, ele está introjetado de tal maneira que você naturalizou o racismo. Só que às vezes você só atua em

momento de tensão. E aí nos momentos de tensão que a gente é ver exatamente esse lado do racismo à brasileira, né? Então, o racismo velado é exatamente por quê? Porque ele não não se mostra no seu cotidiano, porque a princípio você consegue lidar com esse racismo. Mas em momento de tensão, de conflito, né, no caso do futebol, vou dar o exemplo que eu dei, termina de certa maneira, demonstrando que esse racismo, ele é muito destrutivo e o velado é apenas uma condição momentânea de aproveitamento da pessoa para encobrir, né, às vezes a intolerância que há em si. O racismo brasileiro é um racismo estrutural, né? Ele está no nosso cotidiano, está no nosso dia a dia, ele tá em todas as frentes da sociedade. **[REPÓRTER JESANA DE JESUS]:** Racismo que inibe, que humilha, que menospreza. Mateus, 23 anos, negro, produtor cultural, ativista. Demorou para amar seus traços. Hoje exhibe com orgulho as tranças. **[PRODUTOR CULTURAL MATHEUS GABRIEL]:** A gente passa por um processo muito difícil, né? A gente teve um boom de auto-estima há uns 5 anos atrás de aceitação da população negra que pelo rap, pela cultura do Hip-Hop. Por a gente fazer essa comunidade se aceitar mais e se amar mais. Então a gente teve esse processo que ajudou muito. Então antigamente eu lembro que eu odiava, me olhava no espelho e odiava todos os meus traços, mas hoje em dia ficou muito mais fácil. A gente se ama mais, pelo menos eu vejo, né? A população negra se ama mais, a gente tem mais referências na TV, tem mais referências na faculdade, em ambientes de poder, em espaços de poder, né? E a gente se afirma muito mais hoje, ficou uma coisa é muito mais bacana. O nosso cabelo crepo, as pessoas falam: "Não, rapa". Se for homem, rapa. Se for mulher, alisa. E hoje não. Hoje já deixa o meu cabelo crescer. Isso aqui são tranças que eu coloquei. Então, tiro as tranças, já faço outro penteado. A gente aprendeu a se amar e a se cuidar, né? Principalmente. **[REPÓRTER JESANA DE JESUS]:** Depois de tudo que enfrentou, o jovem resolveu ajudar outras pessoas. Desenvolveu um projeto para levar dança, cultura, arte e representatividade para o Aurenny em Palmas. **[PRODUTOR CULTURAL MATHEUS GABRIEL]:** É o ponto de cultura Carlos Marighella, que foi na categoria dos afro-brasileiros para a gente desenvolver a cultura afro dentro do Aurenny III. Então lá a gente tem o movimento do rap, lá a gente tem o movimento da dança também, tem o movimento da capoeira, toda tudo que abarca a cultura negra, a gente coloca lá. Tem o movimento das culturas tradicionais também. **[REPÓRTER JESANA DE JESUS]:** Diná passou a se aceitar há cerca de 2 anos, precisou de ajuda profissional. **[ESTUDANTE DINAH RODRIGUES]:** É, tive aquele momento em que eu quis utilizar o cabelo e minha mãe não permitiu, sou muito grata a ela a isso. E teve momentos em que eu não aceitava o tom da minha pele, eu queria ser mais clara. É, tem um episódio que eu conto que as pessoas ficam assim que eu passava

água sanitária na pele para parecer mais clara e são situações que vão permanecendo, tem muitas mulheres negras que colocavam é, grampo no nariz, pessoas negras colocam grampo no nariz, pessoas negras que passam produtos fortíssimos no cabelo durante anos química fortíssima no cabelo durante anos. No meu caso, como eu tenho cabelo cacheado, não tanto, mas as pessoas que tem um cabelo crespo sentem isso bem mais, essa violência no sentido do cabelo. Então, certamente, até hoje, de vez em quando a gente precisa de muita força para lembrar: "Eu sou bonita sim, essa pele que eu tenho aqui, ela não me define como nada inferior aos demais". **[REPÓRTER JESANA DE JESUS]:** Quando foi essa virada de chave que você passou a se aceitar, se olhar no espelho, se achar bonita? É claro que até hoje você diz que ainda dessa luta, né? Mas quando foi? Você lembra desse marco? **[ESTUDANTE DINAH RODRIGUES]:** Em 2019, em 2019 eu comecei a fazer terapia e a partir da terapia eu comecei a perceber muitas situações em que eu me colocava a partir desse viés racial, em que eu é me diminuí a partir desse viés racial. A primeira vez que eu olhei para mim no espelho e falei: "Você é bonita", eu tinha 21 anos. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** A palavra é representatividade. Eu lembro muito bem que quando eu tava crescendo, queria ser jornalista, mas eu nunca imaginava que eu poderia estar num estúdio de televisão, porque eu não via ninguém parecido comigo, com o tamanho do meu nariz, com a cor da minha pele. Olha, a representatividade é muito importante, ainda bem que a gente tá virando essa chave. Falta muito? Falta, mas a gente vai conseguir.

Conheça belas histórias de luta, autodeclaração e orgulho da população negra:

[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]: Já que Black Lives Matter, que é toda vidas negras importam, a gente segue com a nossa reportagem sobre o Dia da Consciência Negra. A gente tá mostrando para você depoimentos muito marcantes sobre pessoas que querem representatividade e que se aceitam como são e tem orgulho disso. Jesana de Jesus vai contar um pouquinho mais para gente. **[REPÓRTER JESANA DE JESUS - PASSAGEM]:** 133 anos se passaram desde a abolição oficial da escravatura. No entanto, apesar desse longo longo caminho, há cicatrizes enormes na sociedade, devido aos mais de três séculos de escravidão. **[SOCIÓLOGO STANIO DE SOUZA]:** A escravidão, é, é, deixou, logicamente, profundas sequelas na sociedade brasileira, sociedade brasileira. Ah, mesmo após a abolição da escravatura e no início do Estado Republicano, não houve por parte deste Estado nenhum tipo de providência para o processo de inclusão social dessa população negra. Muito pelo contrário, havia era uma política institucionalizada de negar essa população negra. **[ESTUDANTE DINAH RODRIGUES]:** Hoje em dia nós temos pouquíssimas pessoas

negras ocupando cargo de gestão, seja na esfera pública ou seja na esfera privada. Isso, é, com certeza, afeta, é, essa molda essa estrutura em que nós vivemos, né? Silvio de Almeida escreve que o racismo, ele é estrutural justamente porque ele tá nas coisas mais mínimas possíveis. É, o preto não ocupando cargo de gestão, o preto não ocupando cargo de poder, é você ver uma empresa que se diz representativa, mas a diretoria dela inteira branca. Então essas pequenas, não tão pequenas assim situações porque é bem visível, fazem com que nós olhemos para os espaços e não nos enxerguemos. **[REPÓRTER JESANA DE JESUS]:** Ter representatividade importa muito. A jornalista Maju Coutinho virou referência para muitas crianças. Nas redes sociais ela compartilha imagens de meninas negras que passaram a aceitar as características após vê-la em espaços de abrangência nacional. Nessa temporada do The Voice Brasil, a música autoral 'Eu Sou' do cantor WD também emocionou os jurados *(Sobe som com trecho da música)*. **[REPÓRTER JESANA DE JESUS]:** Mas e qual seria a sociedade ideal? Longe da perfeição, o que se busca é responsabilidade, respeito, justiça, uma compreensão sobre a dor do outro e bem, bem mais amor. **[PRODUTOR CULTURAL MATHEUS GABRIEL]:** Sociedade onde não tem exploração, onde o Estado, principalmente, serviria a todos de maneira igual. Onde todas as formas de segurança, de educação, de saúde chegassem a todos e principalmente, onde essas divisões de grupos de negros, de brancos, de índios não tivesse diferença. **[SOCIÓLOGO STANIO DE SOUZA]:** O ideal seria que todas as pessoas pudessem ter um mínimo de condição de vida, né, de vida por material, de usufruir de bens materiais, de ter uma condição de de ter o o eh a visibilidade de de de respeito, né, a a independentemente da sua da sua realidade sexual, da sua realidade de gênero, da sua realidade financeira, da sua realidade eh racial. **[ESTUDANTE DINAH RODRIGUES]:** Uma sociedade que não seja estruturada em raça, né? Uma sociedade onde pessoas negras sejam reconhecidas O que a gente vê hoje muito muito hoje é as pessoas usando de uma representatividade vazia, né? Eu coloco uma pessoa preta em um determinado ambiente, essa pessoa serve de token e eu chamo isso de representatividade, só que não é não é um fato. É uma sociedade liderada seria uma sociedade onde pessoas negras tivessem o mesmo espaço, tivessem as mesmas oportunidades, tivessem é as suas qualidades verificadas além da cor da sua pele. *(Toca trecho da música Eu Sou)*

ANEXO F - Decupagem do material exibido em 2022

Advogada fala sobre o racismo estrutural: [APRESENTADOR THIAGO ROGEH]: Pois é, essa é a nossa tentativa. Como você viu na reportagem de amanhã, o dia da consciência negra. Inclusive, essa semana, vários casos de racismo chamaram a atenção pelo país. Uma vendedora de uma loja de departamentos foi demitida por ter acusado uma mulher preta de roubo. Uma defensora pública aposentada foi denunciada por injúria racial contra dois entregadores. E apesar de ser crime inafiançável, imprescritível, nós ainda estamos longe de ser um país livre de racismo. Por isso que a gente segue falando sobre isso. Aqui comigo tá a doutora Maria Antônia, ela é advogada, vice-presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB aqui no estado. Muito bom dia. **[ADVOGADA MARIA ANTÔNIA]:** Bom dia. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Boa tarde já, né? Não almoçamos, mas ainda é boa tarde. Seja bem-vinda aqui ao JA1. É muito bonito ver alguns depoimentos de pessoas que pegaram esse racismo e tiveram força para enfrentá-lo. Só que a gente precisa lembrar que é crime, né? E a lei tá aí para punir essas pessoas que insistem em ser racistas. **[ADVOGADA MARIA ANTÔNIA]:** Isso. O racismo, ele é um sistema de opressão que postula a existência de hierarquia entre grupos humanos, porque a gente sabe que biologicamente a raça humana é uma só. Mas o racismo ele é uma construção histórico-social. E visando coibir essa prática é que a gente pode chamar até de desumana. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Opressora. **[ADVOGADA MARIA ANTÔNIA]:** E por todo nosso histórico, a Constituição de 1988 ela traz o racismo como crime inafiançável e imprescritível, né? E depois a gente tem a elaboração da Lei CAÓ que vem trazer o que seria o crime de racismo elencando situações que se enquadrariam nessa situação. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Quando eu falo que é imprescritível, quer dizer que eu posso denunciar hoje, amanhã, daqui a 2, 3 anos? **[ADVOGADA MARIA ANTÔNIA]:** Isso. Quando a gente diz que é imprescritível, significa que o decurso do tempo não vai fazer com que essa pessoa, o agressor, né, deixe de ser processado, julgado e tenha executado a sua pena. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** A gente ouviu na reportagem o chamado racismo estrutural. Parece uma palavra muito pomposa, né? E às vezes as pessoas podem não entender exatamente o que significa isso. Mas é um simples olhar de julgamento pela cor da pele tá enquadrado dentro desse chamado racismo estrutural, né, doutora? **[ADVOGADA MARIA ANTÔNIA]:** Isso, é porque a gente vai é colocando algumas divisões dentro do racismo, mas é tudo uma coisa só. Mas quando a gente fala de racismo estrutural, a gente quer dizer que a estrutura da sociedade brasileira tem como pilar,

um dos seus pilares, o racismo. Então, quando a gente discute desigualdade, a gente não consegue discutir desigualdade sem passar pelo critério racial, porque a história do Brasil sem a, sem a escravidão, ela deixa de existir, os negros fizeram parte da construção do país e o Estado brasileiro, ele foi ausente para fazer incluir os negros, mas ele foi muito presente para excluir os negros. Porque logo depois da abolição, quando os negros foram postos na rua sem direito à moradia, sem direito à educação, sem qualquer política que visasse incluí-los, eles ainda foram proibidos de ingressar no país por um decreto de 1890, junto com os asiáticos, eles precisavam de autorização do congresso, enquanto a gente dava subsídios para trazer os europeus para virem trabalhar, garantindo emprego, garantindo moradia numa tentativa de embranquecer o país. A nossa Constituição de 1934 que tá aí, ela previa de forma explícita que a educação ela devia ser higiênica e a gente tá falando aqui da supremacia de uma raça que não existe, mas de um grupo de pessoas sobre outro grupo. Então, assim, a dívida histórica, né? A gente precisa ainda de muito caminhar. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** E esse caminhar, ele não envolve apenas classe social, porque pessoas pretas, independente se tem uma condição financeira melhor ou se são pessoas mais humildes, elas estão expostas a esse racismo estrutural. Vou dar um exemplo. Eu reconheço o meu privilégio enquanto pessoa preta. Ocupa uma posição de poder, eu sou um formador de opinião. Eh, aqui mesmo, em Palmas, eu frequento um supermercado de alto nível e, obviamente, eu não tô de terno o tempo todo, né? Sempre ando de mochila. Tava caminhando pelos corredores desse supermercado e eu percebi que tinha um segurança me acompanhando por onde eu passava. E aquilo tava me incomodando e ele não fazia isso com nenhum outro cliente. Por quê que ele estava fazendo isso comigo? Essa situação que muitas pessoas pretas vivenciam todo dia mostram que a gente ainda precisa eh que a gente ainda precisa avançar em muito para combater esse tipo de prática, né? **[ADVOGADA MARIA ANTÔNIA]:** Até porque, Rogeh, isso que você tá colocando é muito importante, porque a gente vem falando muito de representatividade, mas eu gosto muito de uma fala de uma promotora da Bahia, a Livia Santana Vaz, né, uma ativista aí na questão anti-racista e ela diz: "A representatividade é importante, mas ela não é suficiente". Isso acontece porque você é um dos poucos comunicadores negros. Eu sou a única procuradora negra no município de Palmas. Nós ainda somos poucos, nós somos a exceção que confirma a regra, né? Então a gente não quer só representatividade, a gente quer presença. Precisamos chegar lá, precisamos Isso, porque apesar de sermos em maior número quantitativamente, nós somos uma minoria política, porque não acessamos os lugares de poder. Nós ainda não temos, não ocupamos os espaços de fala. E isso é importante para a gente pensar em política pública, quando a gente fala de ações

afirmativas, né? Então, nós precisamos chegar lá, né? Não uma pessoa, somos vários e onde nós estamos? Onde nós estamos, se somos maioria? Onde estão os negros do Brasil?

[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]: Um exercício que eu gosto muito de promover entre as pessoas que estão na minha bolha e pessoas brancas, por exemplo, a gente está sentado em um restaurante, quantas pessoas pretas, pardas estão sentadas consumindo e quantas pessoas estão servindo? E a gente tem uma expressão assim tão nefasta que se popularizou ultimamente, que é o chamado mimimi. É, e aí as pessoas utilizam isso tudo para depreciar, para tirar força, é, da importância de representatividade, da importância de ocupação. Só que quando você para para fazer um exercício simples em um restaurante, num domingo, olha a volta, quantas pessoas estão ali consumindo, pessoas pretas e quantas pessoas estão servindo. Você tem ali uma clara demonstração. Eu não estou dizendo que você trabalhar como garçom é uma situação é, prejudicial. Claro. Nada disso. Mas é só o sistema de posição.

[ADVOGADA MARIA ANTÔNIA]: Quando a dor do outro não dói na gente é mimimi, né? Mas quando é com a gente, aí a situação muda de figura. E é isso que esse mês é importante, né, para a gente lembrar, a gente lembrar a luta de zumbi, lembrar que os nossos passos não são de hoje, são lá de trás, né? A gente tem uma história que não começa com a escravidão. A gente tem uma história de reis, de rainhas, de tecnologia de conhecimento, muito antes dos africanos serem trazidos para o Brasil. A nossa história ela é antiga, ela é, ela vem de longe. A Grada Quilomba, que é uma escritora portuguesa, eu gosto muito quando ela diz: "A gente não pode fugir do passado". Então é exatamente isso. Por que será que hoje, nós vamos ter é, pessoas negras em cargos, em posições ainda que não são de chefia? É nesse lugar que nós estamos? De um de toda uma história em que nós fomos excluídos de acesso à educação, de nossa moradia.

[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]: Até a nossa fala. ela foi conduzida para isso, né? Existem expressões que estão aí literalmente na boca do povo que são completamente racistas. Mas ficou o racismo estrutural ele tá tão forte, tá tão presente que a gente não consegue nem perceber que essas falas são problemáticas.

[ADVOGADA MARIA ANTÔNIA]: Sim.

[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]: E se a gente não passa por um processo de reeducação, um processo de reaprendizado, porque esse papo que a gente tá tendo aqui não são só para as pessoas pretas, são para as pessoas brancas também. Todo mundo tem que ser anti-racista, né?

[ADVOGADA MARIA ANTÔNIA]: Todo mundo tem que ser anti-racista e claro, o letramento racial, ele não existe só pelo fato da gente ser negro, uma vez que a gente tem uma educação ainda eurocêntrica, né? Em que as questões relativas aos negros, elas não não estão na nossa historiografia nacional, a não ser com o escravo, com em toda todas essas situações. Mas quando a gente fala de combater o racismo

no cotidiano, é prestando atenção nas nossas falas, é prestando atenção se quando, o que a gente chama de racismo recreativo, que é essas são as piadas, né, as coisas ditas em tom jocosos, é você não rir, é você se manifestar, é você não deixar que o racismo faça silêncio no grupo em que você pertence, né? Então, a gente tem que ter voz. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** São práticas pequenas que vão fazer a diferença. **[ADVOGADA MARIA ANTÔNIA]:** Isso, porque não só na hora da gente trabalhar. Então, são os negros os que mais morrem, né? Com relação, por exemplo, à violência policial, mais de 84% das pessoas mortas através de atos violentos dos policiais, eles são negros. Mas também a gente tem que lembrar que dos policiais assassinados, mais de 67% são negros. Então, a gente tá falando de mortalidade infantil. Quem mais morre? A criança negra. Quem é a pessoa que mais sofre violência obstétrica? É a mulher negra. A mulher mulher negra, ela tem um índice de feminicídio 65% maior do que uma mulher não negra. Tudo isso é em 2021. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Estão aí para provar que a gente precisa caminhar muito enquanto sociedade. E o nosso principal recado, eu acho que aqui com esse papo do doutora é: não se cale. Não se cale diante do preconceito, diante do racismo. Denuncie. **[ADVOGADA MARIA ANTÔNIA]:** Denuncie, porque o racismo existe, o racismo mata e mata cada vez mais. A gente tá resistindo e nós vamos resistir ainda mais. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Obrigado, viu, pela participação. Boa tarde para a senhora, valeu demais. **[ADVOGADA MARIA ANTÔNIA]:** Obrigada, foi um prazer.

Levantamento do IBGE mostrou que negros recebem menos que brancos no TO:

[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]: Amanhã é dia da consciência negra, um levantamento do IBGE mostrou que pessoas pretas aqui no Tocantins recebem menos que brancos, o número que para muitos pode parecer irrelevante, só que mostra como o racismo estrutural ainda está presente e que vai selecionar o valor de um funcionário por causa da cor da pele. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** A Caroline é filha de negros, desde cedo foi ensinada a ser forte diante de qualquer situação. **[PSICÓLOGA CAROLINE PENIDO]:** Sempre o meu pai me disse: "Você não precisa baixar a cabeça, você não é nem melhor nem pior do que ninguém, você tem o seu lugar" e a minha mãe também. Disse: "Filha, você é linda, não é porque é preta que você menos do que alguém, você é linda por dentro e por fora". Então, não abaixe a cabeça por situações que o mundo vai apresentar para você. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** A educação a levou além, é graduada e pós-graduada, atua como psicóloga clínica, mas nem sempre aceita na função que ocupa. **[PSICÓLOGA CAROLINE PENIDO]:** A princípio tem um espanto, um olhar, assim, ó, é ela, tem esse

olhar sim, né? Alguns de discriminação, outros de espanto, mas tem. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** Olhares que intimidam, mas que também machucam. É como se negro não pudesse ocupar posições de destaque. A dona Felisberta é servidora pública em natividade e já enfrentou obstáculos, mas há 30 anos descobriu que a cor da pele não a definia. **[SERVIDORA PÚBLICA FELISBERTA PEREIRA]:** Eu acho assim, eu não posso aceitar, eu sou negra, vai ser assim. Não, eu acho que eu tenho que lutar pelo meu lugar ao sol. Mostrar para que que eu vim, deixar meu recado. E as coisas acontecem, se eu não cruzar os braços, se eu não baixar a cabeça para qualquer tipo de humilhação, de discriminação, eu consigo achar meu lugar ao sol. Eu falo para as pessoas, a cor é só por fora. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** O caminho não é fácil. O mercado de trabalho também não. Dificuldades que acabam empurrando pessoas negras para a informalidade. Isso é o que aponta o último levantamento sobre desigualdades sociais por causa da cor ou da raça divulgado pelo IBGE. **[ANALISTA DO IBGE/TO RONIGLESE PEREIRA]:** A desigualdade, ela impacta de uma maneira geral. Por isso que se fala que na sociedade brasileira, nós temos um racismo ou um preconceito que ele chega a ser do ponto de vista estrutural. Ele perpassa todas as camadas sociais, independente, inclusive, da própria questão de renda. Nós vamos ter isso impactando mesmo as famílias que normalmente tem está numa condição financeira melhor. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** No Tocantins, enquanto 60 mil pessoas brancas foram encontradas trabalhando na informalidade, 280 mil negros estavam na mesma situação. Quantidade quase cinco vezes maior. Número que pode estar ligado a questões raciais. **[SOCIÓLOGO STANIO DE SOUSA]:** Mas infelizmente a questão da aparência física no Brasil ainda é algo que pesa do ponto de vista nas relações no mercado de trabalho. E isso termina fazendo que você não ingresse ao mercado de trabalho e você fica dentro daquela questão da daquela zona de desempregados, né? Ou indo para a informalidade. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** O estudo revela também bem que os menores salários também são das pessoas negras. O rendimento médio do Tocantinense em 2021 era de R\$ 2.059. A desigualdade é perceptível. Pessoas brancas recebiam R\$ 2.957, pretas R\$ 1.764 e pardas R\$ 1.853. **[ANALISTA DO IBGE/TO RONIGLESE PEREIRA]:** As nossas pesquisas têm evidenciado cada vez mais que que o mercado de trabalho durante os anos de 2019, 2020 e especialmente 2021, o mercado formal de trabalho andou bastante desaquecido em função principalmente das políticas que foram adotadas no período de restrição de circulação. Como forma de superar essa situação, as pessoas e especialmente, nós estamos falando de grupos que estão inseridos na situação de vulnerabilidade, o recorte de gênero e o recorte racial, especialmente relacionado as pessoas pretas e pardas ganham

destaque. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** Racismo estrutural, herança de um país colonial, mas que não pode ser confundido. A prática em qualquer lugar é crime. **[SOCIÓLOGO STANIO DE SOUSA]:** Há necessidade de primeiro a sociedade reconhecer que o nosso país é um país racista. Infelizmente, ainda há na sociedade brasileira um certo desdém ou de minimizar o fator racial como causa para várias situações sociais de exclusão da população negra neste país. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** Novembro, mês da consciência negra, de pessoas que não baixam mais a cabeça para o racismo, que vão à luta e que sentem orgulho da sua raça e sua cor. **[SERVIDORA PÚBLICA FELISBERTA PEREIRA]:** Eu só quero, levo a sempre paz, sempre um sorriso, um abraço, um carinho. E eu quero que as pessoas tenham certeza, pegue o pincel do tempo, escreva a sua própria história, sem pensar em discriminação, cor, raça, credo ou crença. A gente pode chegar, pode fazer o mundo melhor.

Caminhada será realizada em Taquaralto neste sábado (19): **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Ó, mas a gente vai continuar falando sobre isso, porque hoje rola em Taquaralto a marcha Vidas Negras Importam. É uma ação voltada para o Dia da Consciência Negra. A Aurora Fernandes vai trazer mais informações para a gente. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** A gente vai falar sobre esse assunto com o Diego Panhussatti, que é o organizador, um dos organizadores do evento hoje, também representante do Coletivo Nacional de Juventude Negra. Boa tarde, Diego. **[ORGANIZADOR DO ENEGRECER DIEGO PANHUSSATTI]:** Boa tarde, Aurora. Boa tarde a todo mundo que nos assiste. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** A mobilização lá em Taquaralto começa hoje a partir de 4 da tarde, saindo ali da praça da igreja matriz. Qual que vai ser o caminho que vocês vão percorrer e qual que é a importância de uma mobilização como essa? **[ORGANIZADOR DO ENEGRECER DIEGO PANHUSSATTI]:** A gente vai estar se concentrando a partir das 4 horas lá na praça da Igreja Matriz e fazer o trajeto ali da Avenida Tocantins até chegar no ginásio, aonde a gente vai encerrar com uma série de atividades que vão evidenciar, né, as riquezas que o povo negro produz para o Brasil. Então, a gente vai ter espaço de cultura, a gente vai ter o povo das batalhas tendo uma batalha unificada de combate ao racismo, os povos de terreiro evidenciando a necessidade de se defender a fé do povo negro, as mulheres negras pedindo mais direitos, mais aberturas e na sociedade. Então tudo isso a gente vai fazer hoje para evidenciar o dia de amanhã que é o dia da consciência negra. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Você falou aí das batalhas, batalha de rima, né? **[ORGANIZADOR DO ENEGRECER DIEGO PANHUSSATTI]:** Isso, uma batalha

unificada, vão ter os quatro grupos de batalha de rima aqui na cidade para trazer a pauta do combate ao racismo, a necessidade de se defender as vidas negras. Inclusive o nome da marcha é Vidas Negras Importam, que é um lema, né? É um lema global aí que denuncia o racismo, o racismo policial, que denuncia as formas de racismo sobre a vida da população negra. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** E é uma mobilização que vai passar hoje por uma das principais avenidas comerciais de Palmas. É um local com grande movimentação de pessoas, onde vocês vão ter a oportunidade de expor as necessidades e os direitos que vocês têm e buscam para muita gente, né? **[ORGANIZADOR DO ENEGRECER DIEGO PANHUSSATTI]:** Isso. A ocupação das ruas é um espaço que historicamente os movimentos sociais estiveram presentes, né, para fazer suas reivindicações e o povo negro também. Então, durante a pandemia a gente teve casos, né, como o caso do George Floyd, onde a gente foi para rua pedir, né, vidas negras importam, que é o lema da nossa marcha hoje e fora os processos, né, de racismo que tão incumbidos na vida da população negra, fruto do processo de escravização que nós tivemos nesse território. Então, existe uma série de sequelas que a gente precisa reparar, a gente vê que existe uma dificuldade no acesso à educação que a gente tem conseguido reparar com a lei de cotas, mas existe aí uma série de danos promovidos pelo racismo, promovidos pelo processo de escravização que a gente precisa denunciar e convidar todo mundo para estar presente, né? A denúncia ao racismo, uma sociedade sem racismo é algo que todo mundo, né? Negros e não negros devem se importar e devem denunciar. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** E essa é uma mobilização que acaba chamando atenção e tocando as pessoas, como você disse, mesmo as pessoas que não são negras para além desse dia, para além do dia da consciência negra que é amanhã ou para além do evento que é hoje, né? **[ORGANIZADOR DO ENEGRECER DIEGO PANHUSSATTI]:** Isso, né? O dia 20 é o dia da consciência negra, é o dia que a gente pauta a vida de 70% da população brasileira, porque 70% da população brasileira, segundo o IBGE está ali entre pretos e pardos, que é a população negra. Então, pautar a vida da população negra é falar que a gente produziu e produz até hoje muita riqueza para esse país e que muito não é reconhecido, seja uma riqueza cultural, seja até mesmo a riqueza econômica. Então, a gente também, além de evidenciar as riquezas, a gente denuncia as mazelas que o racismo tem promovido na vida da população negra. Você percebe que os espaços de decisão pública, como os nossos gestores, em sua maioria, não são compostos por pessoas negras, sendo que nós somos a maioria na sociedade. A gente percebe que existe processo de violência policial contra a juventude negra que está na periferia. É uma uma série de perseguição, inclusive, né? A gente falou sobre as batalhas de rima, um pessoal que sempre está reclamando da forma e

da abordagem como eles são recebidos pela polícia. Então, a gente entende que existe o racismo sobre a vida da população negra, a gente precisa evidenciar isso, só que não só em novembro. Existe ao longo do ano inteiro uma série de datas que a gente utiliza, só que o racismo ele está na vida do povo negro todos os dias, estão todos os dias preciso denunciar.

[REPÓRTER AURORA FERNANDES]: Tá certo. Muito obrigada, Diego, pelas informações. **[ORGANIZADOR DO ENEGRECER DIEGO PANHUSSATTI]:** Muito

obrigada vocês. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Hoje, a partir de 4 da tarde, saindo da Praça da Matriz lá em Taquaralto até o Ginásio Ayrton Senna, Rogeh.

[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]: Obrigado, viu, Aurora. Tá feito aí o convite para todo mundo participar.

ANEXO G - Decupagem do material exibido em 2023

Advogada explica o que tipifica o crime de racismo perante a lei: [APRESENTADOR THIAGO ROGEH]: Estamos de volta com mais jornal Anhanguera primeira edição, agora meio-dia, 8 minutos. A lei que considera o racismo como crime existe desde 1989. Em janeiro deste ano a injúria racial passou a ser considerada uma modalidade do crime de racismo e é sobre a garantia da proteção da pessoa negra vítima de preconceito. A gente precisa falar sobre isso para que você entenda o que que é esse crime, quais são as formas de denunciar, porque enquanto a gente não denuncia, enquanto a gente não literalmente corre atrás dos nossos direitos, a gente continua permitindo que essa sociedade racista, ela se perpetue. E eu acho que a denúncia é um passo para gente lutar contra isso, né, Aurora? Muito bom dia para você. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Oi, Rogeh. Bom dia. É muito importante sim denunciar. Só que é importante também que a voz que seja ouvida, não seja só a voz da vítima. Quem tá por perto e vê esse tipo de crime acontecendo, também pode falar, também pode se colocar à disposição para ajudar, para denunciar, a gente vai falar sobre esse assunto com a doutora Maria Antônia Silva Jorge, que é advogada. Boa tarde, doutora. **[VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE IGUALDADE RACIAL DA OAB/TO MARIA ANTÔNIA]:** Boa tarde a todos. Como vão? **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Vamos começar explicando o que que é. Que que é o crime de racismo, doutora? **[VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE IGUALDADE RACIAL DA OAB/TO MARIA ANTÔNIA]:** Então, o crime de racismo, ele tá previsto na Constituição de 88 como um crime inafiançável e imprescritível. Que que é importante a gente saber? Sempre teve uma diferenciação com o racismo, ele ocorre com relações a grupos, a injúria seria com relação a uma pessoa específica, né? A gente tá falando de constrangimento, medo, de condutas vexatórias, de uma exposição que você sabe que tá ocorrendo em razão da sua cor, da sua etnia, da sua raça. Mas o que é mais importante hoje a gente colocar é que desde janeiro foi promulgada a lei que torna também a injúria racial um tipo de crime de racismo. Então, hoje, a injúria racial, ela também é inafiançável, imprescritível. Porque a conduta racista, por quem sofre, ela é perceptível na hora. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Não tem dúvidas. **[VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE IGUALDADE RACIAL DA OAB/TO MARIA ANTÔNIA]:** Não há dúvidas, né? Mas aí é só para colocar que a injúria racial é um tipo de crime de racismo. Então a lei veio definindo, é importante o pessoal saber, que a gente está falando de injúria racial, de racismo no âmbito dos esportes, de racismo recreativo, é aquela piada que só tem graça para quem está fazendo a piada, né?

Então é importante a gente saber que também os conteúdos, das redes sociais, tudo isso hoje é encaixado, né, como crime de racismo. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Doutora, e onde que tá a ponta fraca dessa corrente para uma lei que já existe há mais de 30 anos e a gente percebe que tá recorrente esse tipo de crime, parece que tem até aumentado. Onde que tá a falha? Por que que não tem diminuído os números, se é uma coisa que já é crime há tanto tempo?**[VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE IGUALDADE RACIAL DA OAB/TO MARIA ANTÔNIA]:** Então, é porque apesar da criminalização, a gente tem que entender as bases que a nossa sociedade foi construída. Então, hoje, Dia da Consciência Negra, é uma data em que mais do que falar sobre as mazelas que a gente discute os 365 dias do ano, a gente vem resgatar essa consciência, a nossa história, os nossos líderes, aqueles que resistiram e entender a formação do Estado Brasileiro. Então, o nosso Estado Brasileiro, ele foi forjado e se enriqueceu às custas da escravização do povo negro. E aí a gente tá falando de mais de 300 anos de escravidão, enquanto a gente tá aí com 135 anos da dita abolição. Então, a gente tem mais tempo com a história brasileira sendo contada através da escravização do povo negro do que com a sua dita libertação, né? E isso a gente sente e se reflete nas práticas da sociedade. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Você conversava comigo antes da gente entrar ao vivo, que só a denúncia não é suficiente para resolver o problema. Precisa de muito mais que isso, né, doutora? **[VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE IGUALDADE RACIAL DA OAB/TO MARIA ANTÔNIA]:** Isso, porque aí quando a pessoa sofre o crime de racismo, ela deve buscar a delegacia, né? Ela vai buscar a Defensoria, ela vai buscar a OAB, né? Para seguir essa denúncia, é uma denúncia que vai para o, que, que na verdade quando você abre o inquérito, ele vai ser encaminhado para o Ministério Público que vai aí decidir pelo encaminhamento ou não da denúncia, mas a dificuldade que a gente vê hoje é porque em razão dessa história, a gente tem todas as instituições ainda muito embranquecidas também. E o racismo, como vem sendo colocado até de forma muito enfática por todos, é que ele está nas estruturas da nossa sociedade, né? Então, todas as nossas instituições, elas estão permeadas dele, mas a gente não deve deixar de denunciar por isso. Há até um caso muito interessante, que é o da Simone Diniz, que ela levou para a Corte Interamericana, onde o Brasil foi condenado, porque aqui no Brasil ela não conseguiu seguir adiante, já tinha acabado todos os recursos, foi arquivado, não houve denúncia e a Corte Interamericana entendeu que havia racismo nas instituições brasileiras, né? Dentro do poder judiciário que inclusive, atendendo o que foi determinado pela corte, vem fazendo trabalhos para trabalhar essa questão. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Doutora, a pessoa que foi vítima de racismo, ela vai procurar a delegacia, pelo que eu entendi, para fazer a

primeira denúncia para começar este processo. Que que eu preciso para fazer essa denúncia? O que que a pessoa, enquanto vítima, precisa para fazer essa denúncia inicial? **[VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE IGUALDADE RACIAL DA OAB/TO MARIA ANTÔNIA]:** Isso. Quando ela vai lá na delegacia, que vai fazer o boletim de ocorrência, é importante que ela esteja cercada dos meios de prova que ela tiver naquele momento. Se tiver gravação, né? Que hoje o celular geralmente tá com todo mundo, que tem acesso a celular também é importante a gente colocar, né? Que a população negra é 75% da população mais pobre, então nem sempre isso vai acontecer. Mas saber quem são as pessoas que assistiram aquilo ali, buscar saber os nomes, convidar aquelas pessoas, porque leva para o magistrado, às vezes você não quer ir, né, espontaneamente, mas o magistrado pode determinar a condução daquela testemunha. Então, todos os meios de prova que você tiver naquele momento. Se foi num bilhete, se tá escrito, quem ouviu, quem viu, se tem câmera de segurança perto, se alguém filmou. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** E com o racista denunciado acontece o quê, doutora? Se chegar lá no final, na última instância, realmente ficar comprovado o racismo? **[VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE IGUALDADE RACIAL DA OAB/TO MARIA ANTÔNIA]:** Olha, ainda é pequeno o número de pessoas condenadas por racismo no Brasil. Mas hoje, principalmente, agora também que a injúria racial também é tida como racismo, aí a gente tem pena de reclusão, né? Então ela teria que ficar presa mesmo. É essa é o que tá estipulado em lei. Mas daí também tem pagamento de multa, tudo isso. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Bem, obrigada, doutora, pelas informações. Rogeh. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Obrigado, Aurora. Obrigado, doutora, também pelas informações.

Especialista fala sobre tipos de cachos e como a aceitação vem revolucionando o mercado: **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Esse racismo estrutural que a doutora tava comentando agora, é aquele que a gente não consegue ver. Ele tá tão enraizado na nossa sociedade e ele vai repercutindo nas nossas práticas dia após dia e a gente acredita que tá normal, tá tudo bem. Só que não é bem assim. Por exemplo, quando se nega a beleza da população preta, parda, isso é muito tocante, principalmente porque afeta a autoestima de homens e mulheres por causa do cabelo. Sabe aquela situação de que é se propagou por muito tempo que o cabelo crespo, que o cabelo cacheado é ruim porque o padrão, o bonito é o cabelo liso? Muitas mulheres estão vencendo mais essa etapa do racismo estrutural, voltando a assumir os seus cabelos, fazendo um processo de reversão. Não é fácil, mas existem espaços inclusive que são especializados em cabelos cacheados, crespos e a gente vai para lá, para

falar dessa beleza que por muito tempo ficou escondida, né, Betânia? **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** Exatamente, Rogeh. Por muito tempo, mulheres deixaram se acabaram se escondendo, né, os cachos. Eu, por exemplo, Rogeh, por muito tempo eu apelei para as progressivas e escovas o cabelo alisados por muito tempo, mas a há pelo menos aí 5 anos, eu parei de fazer química e hoje eu tenho a opção de usar o meu cabelo cacheado, como ele naturalmente é, ou então eu escovo quando quero ele mais alisado. Mas eu posso dizer que hoje eu sou muito mais feliz e satisfeita com o meu cabelo natural. E isso também é o que sentem essas meninas que estão aqui, tanto a cabeleireira, quanto as nossas modelos que estão aqui, a Linda, olha só que cabelo lindo que é o da Linda. E aí a gente vai conversar um pouco com a Ester, que é cabeleireira, que vem aí trabalhando nesses cabelos crespos, nos cabelos cacheados, devolvendo, né, a beleza natural desses cabelos igual o dela. Oi, Esther, tudo bem com você? Boa tarde. **[CABELEIREIRA ESTER]:** Oi, boa tarde. Tudo bem. **REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** Ester, é isso que esse salão especializado faz, devolver a beleza dos cabelos crespos, cacheados, deixando eles lindos como naturalmente são, como nasceram. **[CABELEIREIRA ESTER]:** Exatamente. A gente busca mostrar a identidade natural que a pessoa já tem, que ela só às vezes não sabe utilizar, não sabe o que fazer. E então a gente vem ensinando e mostrando para elas que elas podem ser muito mais bonita do jeito natural. **REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** E é uma marca da representatividade que por muito tempo andou escondida, né? **[CABELEIREIRA ESTER]:** Exatamente. Muitas vezes a pessoa tinha vergonha de ter o próprio cabelo natural, não deixava ele solto porque tinha crítica, as pessoas diziam que era feio, então agora elas estão se assumindo. Então isso representa uma grande diferencial na vida delas. **REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** E aqui a gente tá com o cabelo da Linda, então tem cabelos aqui também sendo trançados. Muita coisa linda, Rogeh, viu? E aí é a marca da nossa representatividade e não tem porque a gente esconder, né? Nossos cabelos crespos, nossos cabelos cacheados. O que tem que acabar de vez é esse racismo estrutural, né, Rogeh? Com você. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Com certeza, Betânia. É um processo e que bom que a gente tá vencendo essa etapa, porque a autoestima ela é fundamental para a gente conseguir lutar pelos nossos direitos, né.

Psicóloga explica como o processo de autoaceitação ajuda as pessoas negras:

[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]: Estamos de volta com mais jornal Anhanguera primeira edição. A gente tem falado aqui sobre esse dia da consciência negra, falado de independência, de autoconfiança, de autoestima. A gente precisa tentar entender também as

dificuldades que é o processo de autoconhecimento, de reconhecimento de uma pessoa preta nessa sociedade, que é uma sociedade racista e fica difícil muitas vezes você bater no seu peito com orgulho e falar: "Eu sou uma pessoa preta". Mas essa auto-identificação, esse processo de se reconhecer e de ter consciência de si é muito importante. A gente tem que inclusive ajudar as nossas crianças a passar por isso, porque ser preto, ser preta, por muito tempo foi dito que era algo ruim, né, Betânia. Era considerado muito à margem da sociedade e isso repercute inclusive nas nossas vivências hoje. Como ter esse processo de reconhecimento de uma forma mais saudável, hein? **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** Pois é, né, Rogeh? Como que a gente vai respeitar se a gente não é ensinado a respeitar? Como que a gente vai se aceitar, se dentro da nossa casa muitas vezes a gente não é aceito? Como é que trabalha, né, todo esse processo? É por isso que a gente convidou a Caroline Penido que é psicóloga, é uma mulher negra, linda, né? E ela vai poder explicar para a gente melhor como que começa então, Carol, esse processo de aceitação de quem realmente somos, de nos orgulhar e de de nos auto-reconhecer como somos. É dentro de casa mesmo? Muito boa tarde, seja bem-vinda. **[PSICÓLOGA CAROLINE PENIDO]:** Boa tarde, Betânia, obrigada. Sim, acontece dentro de casa. Desde muito pequena, ali quando vai fazer, penteando o cabelinho, quando começa a crescer, é importante que os pais comecem ali a trabalhar a aceitação da criança, dizendo ali as palavras de afirmação, que é linda, que é importante que os traços são únicos. Porque se for olhar o que a mídia prega, até mesmo as princesas dos contos infantis são brancas, loiras, de traços finos e isso a criança fica tentando se identificar. E se os pais reforçam essa beleza, essa autenticidade, esse poder que a criança tem, a criança se torna mais confiante. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** E quando você não recebe isso, né, dentro de casa muitas vezes, você vai crescer uma pessoa de que forma? O que é que isso pode trazer de prejuízos ali para essa pessoa? **[PSICÓLOGA CAROLINE PENIDO]:** Ali quando a criança não é reforçada em casa, ela cresce uma criança frustrada, sem identificação, se achando feia e ali se torna uma pessoa totalmente perdida, não consegue se identificar e ali a autoestima, a autoestima ela não é trabalhada, a pessoa não tem a autoestima. Então isso quando acontece infelizmente nós temos aí nos dias de hoje pessoas que são frustradas, que não se aceitam devido a essa infância que não foi devidamente amparada. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** E aí muitas vezes vai ter filhos e não vai conseguir passar para os filhos dela, né? É uma coisa que perpassa gerações. **[PSICÓLOGA CAROLINE PENIDO]:** Sim. E quando não temos isso, isso vai para o consultório para a gente poder trabalhar, né? E quando a mãe não tem essa autoconfiança, lógico que as mães, a maioria, acham os filhos lindos, mas não querem que passem a mesma coisa que passou na escola, sofrendo um bullying, sofrendo ali, né, alguns

ataques muito pesados na escola, falando que o cabelo é feio, então a mãe tenta proteger. Então isso quê? Faz alisar o cabelo, química que agride não só a identidade do cabelo, mas ele é a identidade da pessoa, trazendo malefícios até mesmo para saúde com os produtos químicos. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** O cabelo, ele tem essa força, né? E a gente tava até conversando antes que o cabelo é a nossa moldura, mas se a gente não tiver feliz, não tiver bem aceito, vai aparecer uma pessoa triste. **[PSICÓLOGA CAROLINE PENIDO]:** Sim, quando a pessoa se aceita, quando ela tá ali com os cabelos cacheados. Se ela está se aceitando, se achando linda, o rosto se abre, a pessoa tem ali autoconfiança, autoafirmação, fala com propriedade, mas em contrapartida, se a pessoa decide ali assumir os cachos, mas ela não se aceita e acha feio, ali nós temos uma pessoa fechada, cabisbaixa e aí não tem beleza, não exala beleza. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** Ok, muito obrigada pela participação aqui com a gente, tá Carol? É isso né Rogeh? É se achar bonita, se achar linda, naturalmente como é, como veio ao mundo. Seja o cabelo crespo, cacheado e liso do jeito que a pessoa é e todo mundo aceitar como somos, né, as nossas origens. É com você. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Obrigado, Betânia, pelas informações.

Dia da Consciência Negra: cotas raciais mudam realidade de estudantes negros:

[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]: Lembra no início do jornal que eu falava que existe uma lei que há 20 anos estabelece que é obrigatório o ensino de cultura afro-brasileira nas escolas, mas já existiu também uma lei aqui no Brasil que proibia que pessoas pretas frequentassem a escola. Essa lei é de 1837, ela diz o seguinte: "São proibidos de frequentar escolas públicas, primeiro, pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo, os escravos e os pretos africanos ainda que sejam livres. Hoje nós temos uma dívida histórica. E é por isso que a lei de cotas ela tenta driblar, ela tenta vencer essas dificuldades que foram impostas para a população preta que chegou nesse país escravizada. A gente vai mostrar inclusive agora exemplos de pessoas que conseguiram entrar no ensino superior. Estão tentando mudar essa roda. Olha só. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** O Maicon, a Maria Clara e a Maristela são frutos da lei de cotas no Brasil. Jovens negros da periferia do quilombo que por meio da educação estão rompendo barreiras. Os três estão matriculados nos cursos mais concorridos da Universidade Federal do Tocantins. A Maria Clara veio de Minas, será a primeira médica da família. **[ESTUDANTE DE MEDICINA MARIA CLARA VIEIRA]:** É o rompimento de um ciclo. Eu me considero como a resposta de oração de muitas gerações. Porque na nossa família nós nunca imaginávamos chegar tão longe, chegar e ter uma pessoa cursando curso de medicina. É uma honra muito grande, uma alegria que eu

não consigo nem mensurar. Um orgulho para a família. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** O Maicon é tocaninense de dois irmãos, faz o sétimo período de direito, sonha e sabe onde quer chegar. **[ESTUDANTE DE DIREITO MAYCON COSTA]:** Vou ser juiz. A gente entra na faculdade e eu tipo assim, eu sonho tá com vestido com aquela toga, aquela toga meu Black Power lá e tomando minhas decisões e tornando, é, através do meu trabalho, uma sociedade mais justa e que alcance uma justiça mais eficiente e equitativa. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** E Maristella tá prestes a pegar o diploma de enfermagem, é, Quilombola da comunidade Barra da Aroeira. **[ESTUDANTE DE ENFERMAGEM MARISTELHA RODRIGUES]:** É, lá da infância, quando a gente estudava, era dois alunos ou três, aí quando você chega numa universidade, você consegue ver já mais, não ainda a quantidade que a gente gostaria, mas já tem um pouquinho mais, então você consegue assim sentir parte daquilo, que antes você não se sentia tão não sentia esse pertencimento tão grande. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** A lei de cotas é considerada a maior política de reparação na história do Brasil. De 2012 quando foi criada, até agora, mais de 1 milhão de pessoas negras entraram para a universidade. Um salto para a igualdade em em um país onde o negro tinha sequer o direito a frequentar a escola. **[SOCIÓLOGO SÉRGIO ROBERTO]:** O sistema de cotas não é uma esmola, ao contrário, é um processo de reparação histórica dessa população que há tantos séculos foi relegada ao ensino e ao mesmo tempo marginalizada desses processos educativos. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** Depois de uma década, a lei de cotas passou por revisão em 2023. A partir de agora, os estudantes negros terão direito de concorrer uma vaga, tanto pela ampla concorrência, quanto pela lei de cotas. Além disso, os alunos cotistas terão direito também de ingressar nos cursos de pós-graduação de todas as instituições de ensino federal, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Os quilombolas também foram inseridos na lei de cotas e a renda familiar exigida caiu de um salário e meio para apenas um. **[PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE HETEROIDENTIDADE DA UFT GEORGE FRANÇA]:** É uma lei que está dando certo. E por isso a necessidade de continuidade dessa lei nas universidades. Nós estamos falando basicamente da lei 12.711. Algumas mudanças no texto são muito significativas e muito importantes para a gente entender o processo. Um outro ponto que é importante, a inclusão dos quilombolas no processo da inclusão dentro da universidade. Até então, no nosso caso, a Universidade Federal do Tocantins, nós já tínhamos as cotas destinadas à população quilombola. Agora a lei 12.711 faz com que essa ação seja para todas as universidades. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** Além do ingresso, as políticas públicas de permanência desses estudantes na universidade precisam ser pensadas.

[PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE HETEROIDENTIDADE DA UFT GEORGE FRANÇA]: A lei também promove um incentivo aos auxílios estudantis para as para esses estudantes cotistas, ou seja, bolsa, permanência para que esses alunos cotistas possam permanecer na universidade. Porque uma coisa é você trazer o aluno cotista, outra coisa é ele permanecer na universidade. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** A Kika é mulher preta, filha de empregada doméstica, virou a página, decidiu romper um ciclo de servidão. Foi estudante cotista, fez ciências sociais e mestrado na UFT, voltou para a instituição como professora universitária. **[PROFESSORA MESTRE DA UFT ANA CLEIA KIKA]:** É o motivo de alegria não só para mim, mas para que outras meninas jovens também consigam se identificar e ver que esse lugar é nosso, né? Que nos pertence. E que a partir da minha entrada, assim como de outras mulheres negras homem negro, de pessoas que já acessaram esse sistema, é, os jovens, as mulheres, os meninos, eles possam se ver representado e pensar também que eles podem ocupar esse espaço, né? Eu já consigo ver isso na minha universidade, eu tenho alunos que são indígenas, né? Tenho alunas que são quilombolas, então assim, é um motivo de muito orgulho e quando eu estou lá dando aula, as meninas conseguem falar assim: "Nossa professora, é, que bom que a senhora que tá aqui, né? Que conhece a nossa realidade". E isso acaba inspirando outras jovens negras a também ocupar esse espaço. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** Histórias reais, uma representação necessária em um país multirracial, de maioria negra, colorismo que precisa continuar para além da educação federal. **[SOCIÓLOGO SÉRGIO ROBERTO]:** Essa política de cotas, ela é um começo, ela precisa ter continuidade e a sua continuidade se dá muitas vezes na possibilidade de concursos públicos garantindo também esse sistema de cotas para que essas pessoas possam alcançar cargos tanto na esfera estadual, federal e municipal. Por isso que é necessário que o gestor público esteja em sinergia com as políticas federais de afirmação. **[ESTUDANTE DE MEDICINA MARIA CLARA VIEIRA]:** Hoje a nossa família enxerga a universidade como espaço deles também. Eh, abriu outra perspectiva, outra oportunidade. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Obrigado pela companhia.

Mercado de trabalho para negros: especialista fala sobre como enfrentar diferença salarial: **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** A maior parte da população brasileira ser preta, ainda existe um abismo no acesso às oportunidades. Dados do IBGE inclusive reforçam esse estigma, principalmente quando o assunto é renda e emprego. Quero mostrar alguns dados para vocês aí de casa. Olha só, primeiro a gente começa mostrando a ocupação de pessoas pretas e pardas em cargos gerenciais. Aqui na região Norte, nós temos 59% da

população branca nesses cargos. São os cargos que têm as melhores remunerações poder de decisões, inclusive. Já entre a população preta, apenas 4,2% conseguem ter esses cargos. A população parda tem um percentual um pouquinho maior de 25,3%. Vou trazer mais uma informação para você agora sobre a taxa de desocupação. São aquelas pessoas que não têm um emprego formal. Se a gente pega essa taxa aqui no Tocantins, pensando na população branca, 10,3% dessa população está desocupada. O número ele cresce quando a gente está falando de população preta e parda. 14,1% da população preta e 15,1% da população parda está desocupado. Se a gente soma aqui, a gente tem quase 30% dessa população desocupada aqui no Tocantins. E aí a gente precisa pensar em como que fica o rendimento dessa população aqui no estado. A média salarial no Tocantins é de R\$ 2.059. Quem é branco recebe em média, 2.957. Quem é preto, 1.764. E quem é pardo, 1.853. Ou seja, você viu aí que a população preta e parda tá sempre, é, um degrau abaixo, tá sempre a um passo atrás da população branca. Mas como é que a gente enfrenta essas diferenças que são tão nítidas no mercado de trabalho, comprovadas por esses dados do IBGE? A Aurora Fernandes vai conversar com um especialista para a gente tentar entender, como vencer essa situação, porque parece muito complexo já que essas pessoas não têm as mesmas oportunidades, Aurora. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Pois é, Rogeh, é um desafio grande, até porque esse desafio começa na educação lá na base, nas séries iniciais e aí ele se perdura por muito e muito tempo e acaba refletindo no mercado de trabalho. A gente vai falar sobre esse assunto com o Nilo Mello, que é especialista em recursos humanos. Boa tarde, Nilo. **[ESPECIALISTA EM GESTÃO DE PESSOAS NILO MELLO]:** Boa tarde, tudo bom? **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Nilo, no dia a dia de uma seleção de empresa, na sua rotina de trabalho, por exemplo, você percebe esse reflexo das dificuldades de acesso das desigualdades em relação a negros e brancos, quando a gente fala sobre educação, capacitação? **[ESPECIALISTA EM GESTÃO DE PESSOAS NILO MELLO]:** A gente percebe assim, ó, que especialmente aqui em Palmas de modo geral, né? Assim, o empresariado, ele busca assim, escolher o candidato não basicamente pela cor da pele, mas ele escolhe pelo melhor currículo e a melhor qualificação. É onde o negro às vezes ali, digamos assim, eles estão, digamos, um pouco abaixo na balança em comparação com o branco, por quê? Assim, o o negro de modo geral, desde que o mundo é mundo, a gente sabe muito bem disso aí, teve uma educação diferenciado assim pior, a gente sabe disso. Então a gente a gente quando pega um currículo de alguém que tem uma idade assim semelhante ao outro assim um branco e um negro, né? A gente percebe que tem uma diferença curricular muito grande. Quando a gente vai conversar com com as pessoas ali pessoalmente também, o vocabulário

também assim a gente percebe que a falta de uma leitura mais massiva é gera uma diferença. Então assim, não necessariamente a cor da pele, mas aquilo que é demonstrado depois durante entrevista, percebe-se que é assim que é diferente. A gente percebe que tem assim uma deficiência. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** E aí, já sabendo disso, é importante que comece a se mudar essa realidade lá da primeira infância, na alfabetização, na escola. Infelizmente, nem sempre as pessoas negras têm acesso à educação e à educação de qualidade. Mas qual dica, orientação que você daria dentro do que é possível na nossa realidade pra gente já começar a mudar isso lá na frente, talvez a gente tá falando uma entrevista sobre um outro ponto de vista. **[ESPECIALISTA EM GESTÃO DE PESSOAS NILO MELLO]:** Na verdade, assim, bom, quem mora aqui em Palmas tem uma vantagem competitiva muito grande em relação para poder equilibrar essa balança entre o negro e o branco. Olha só, escolas muito boas como tempo integral, militar, da Marinha e IFTO são todas gratuitas, a Unitins também é gratuita, UFT é gratuita, então assim, são todas muito boas, maravilhosas inclusive, dá para você que é negro assim concorrer essas vagas inclusive assim com o sistema de cotas em alguns casos também e conseguir com isso assim competir futuramente no mercado de trabalho de igual para igual. Tem vários cursos online também de graça curso de informática do que você imaginar. Mas uma dica que eu dou, sinceramente, leitura. Pega um livro e vai ler. O vocabulário você é melhor com a leitura, a verdade é essa. Então assim, se você consegue se comunicar bem, você vai então conseguir também falar bem de um modo geral. Vai ter assim uma visão diferente do mundo, sabe? E quem demonstra cultura tá na frente de muita gente. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** E você me explicava aqui, digamos que esse jovem, essa pessoa que tá procurando a vaga conseguiu uma entrevista. Qual dica que você daria para essa pessoa que tá indo para essa entrevista de emprego causar uma impressão ainda melhor e ter mais chance de conseguir a vaga? **[ESPECIALISTA EM GESTÃO DE PESSOAS NILO MELLO]:** A gente percebe assim que que na hora de fazer a entrevista de emprego, né, o ponto assim culminante de você garantir ou não a sua vaga de trabalho é a apresentação. Vamos lá. Observa que como eu estou, por exemplo, que sem barba cabe cabelo cortado, baixinho, tal. É, homem, por exemplo, assim, sem barba, cabelo cortado, ou digamos que você tem uma barba, mantém ela bem organizadinha, bem bonitinha, uma roupa bem limpinha. Não é aquela roupa nova, não. A questão de você estar com uma roupa passadinha, sabe? Assim, se a mulher de repente uma roupa que não tem decote, assim, maquiagem suave, entendeu? Faz com que quem vai aparecer na entrevista de emprego não seja você, que seja o seu currículo, a sua qualificação. Então, a boa apresentação, isso você sendo negro ou branco, influencia bastante. E na

verdade, influencia às vezes mais do que o próprio currículo. Esse é esse é um ponto interessantíssimo. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Bem, muito obrigada, Nilo, pelas informações. Rogeh. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Obrigado, Aurora.

ANEXO H - Decupagem do material exibido em 2024

Dia da Consciência Negra: resistência, superação e a luta contra o racismo:

[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]: Estamos de volta com o Jornal Agora Primeira Edição, agora meio-dia e 5 minutos. Hoje dia 20 de novembro é um dia para refletir, para lutar, para valorizar as histórias de resistência e superação. É dia da consciência negra, pela primeira vez a gente está comemorando esse dia como um feriado nacional em todo país. Nós vamos conhecer agora tocaninenses que mostram como é possível romper as barreiras levantadas pelo preconceito e essas pessoas que estão construindo inclusive um futuro de quistas, mas elas também não deixam o passado de lado. **[PEDAGOGA LAIANNE VALADARES]:** Eu tava na minha casa, né, uma casa numa região boa aqui em Palmas, no centro da cidade, uma casa boa também. E eu tava de camiseta de feira de ciências, shortinho, eu tinha 11 anos de idade, né? E aí chegou uma moça na minha casa e perguntou se queria falar com a dona da casa. Eu falei que a dona não estava, que tava trabalhando, mas perguntou se poderia ser a filha dela. E ela falou: "Pode, você pode chamar a filha dela?" Eu falei assim: "Sou eu, a filha dela". E aí ela falou assim: "Ah, desculpa, achei que você era empregada". **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** Racismo estrutural que ainda precisa ser combatido dia após dia. Com determinação e foco, a Laiane conseguiu estudar e se formar pedagoga pela Universidade Federal do Tocantins. Foi na faculdade que também recebeu aulas de letramento racial. **[PEDAGOGA LAIANNE VALADARES]:** Compreender a minha a minha etnia e compreender também todos os processos de preconceitos de racismo que que nós sofremos e o que era preconceito e o que não era, né? E fui começar também a valorizar o fato de ser negra. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** O Dia da Consciência Negra também homenageia Zumbi dos Palmares, que morreu em 1695, lutava contra a escravidão. Uma história contada nos livros. Luta que fez o Romário romper os obstáculos do preconceito e da discriminação, homem negro, homossexual e assistente social. Para chegar até aqui, o caminho foi de muitos espinhos, mas as conquistas enchem de orgulho o peito desse tocaninense. **[ASSISTENTE SOCIAL ROMÁRIO NUNES]:** Eu não desisto, não desisti e jamais desistirei, né, da minha luta. Eu não abaixo a cabeça de jeito nenhum. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** Outro fruto dessa luta que perseverou diante dos espinhos do caminho foi o Diego. Foi o primeiro da família a entrar em uma faculdade. Formou-se em direito na UFT. Trabalha no Núcleo Agrário da Defensoria Pública do Estado. **[ASSESSOR JURÍDICO DIEGO PANHUSSATTI]:** Tem um peso, né, histórico, né, de toda uma geração que veio antes de mim, que lutou muito, mas não conseguiu acessar esse espaço e que a gente

sabe que é essencial, porque através da universidade, através do ensino superior, né, uma série de desigualdades deixam de existir e a gente consegue ter acesso, seja uma qualificação profissional, um emprego mais digno. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]**: Foram anos para entender o seu papel na sociedade. Atualmente integra o movimento Enegrecer, ajuda outras pessoas a também combater o preconceito e serem anti-racistas. **[ASSESSOR JURÍDICO DIEGO PANHUSSATTI]**: Que as instituições olhem com atenção, olhem com carinho e olhem num olhar de fazer a justiça social acontecer para esse grupo que há mais de 400 anos sofreu a escravidão, cerca de 100 anos foi negligenciada e agora minimamente a gente tem conseguido ver, né, um protagonismo da população negra, acessos e direitos garantidos para população negra. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]**: Um combate que não deve ter cor e nem nível social, mas sim empatia. Afinal, nem todos tiveram o mesmo ponto de partida. Basta lembrar que há cerca de 130 anos a escravidão ainda era praticada no Brasil. **[SOCIÓLOGO SÉRGIO ROBERTO]**: Nós temos que avançar nesse processo de conquista e sobretudo de respeito, porque o racismo ele ainda está impregnado nas relações sociais cotidianas e isso se materializa em injúria, em processos que a gente vê dia a dia tendo que ser combatidos, mas sobretudo é através do letramento racial que a gente consegue, e a educação, transpor essas pontes e fazer uma sociedade mais fraterna e justa para todos. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]**: O professor destaca que um dos principais avanços neste combate ao racismo foi a criação das cotas raciais. **[SOCIÓLOGO SÉRGIO ROBERTO]**: É uma reparação histórica que nós temos de questões que envolvem desde a questão de acesso à empregabilidade a acesso ao estudo. Então a gente vai pensar isso a partir das cotas. As cotas são esse instrumento que possibilitam e oportunizam a população negra a ocupar espaços que antes era segregada a ela, segregada por conta de questões conjunturais né? Então é muito importante a gente frisar isso para as pessoas entenderem que não há somente uma questão de meritocracia, há uma questão sim de conjuntura nesse processo. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]**: Consciência negra para lutar, mas também para respeitar e reconhecer a importância da resistência do povo negro, que é maioria nesse Brasil miscigeado. **[APRESENTADOR THIAGO ROGÉH]**: Pois é, para a gente falar com propriedade de consciência negra, a gente precisa percorrer um longo caminho. A herança do racismo estrutural, ela ainda faz com que pessoas sejam discriminadas pela cor da pele e todo mundo, independente da cor, precisa de letramento racial. Mas o que que é isso, Rogéh? É o que a gente vai descobrir agora. A gente vai bater um papo educativo junto com a Aurora Fernandes, né, Aurora? **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]**: Isso, Rogéh. Para isso, a gente trouxe aqui o professor George França que é doutora em educação currículo, então a

gente trouxe quem realmente vai conseguir explicar para a gente de uma forma didática sobre esse assunto. Boa tarde, professor. **[PROFESSOR GEORGE FRANÇA]:** Boa tarde, Aurora. Boa tarde a todas as pessoas que estão nos assistindo agora. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** A gente já acompanhou na reportagem da Betânia um pouco sobre o letramento, mas eu queria que o senhor aprofundasse professor, por favor, explicando o que que é na prática esse letramento racial? **[PROFESSOR GEORGE FRANÇA]:** Na verdade, o letramento racial trata-se de uma reestruturação de ensino mesmo, né? É sobre as questões raciais que estão aí presentes na sociedade. Esse letramento implica numa uma série de fatores, inclusive de discutir a escola enquanto um espaço anti-racista, de pensar questões que foram normatizadas através de atos racistas, de reconstruir significativamente a história da população negra no Brasil através da educação, ou seja, através de elementos que possam mostrar para essas pessoas, né? O que significa ser negro no Brasil. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** O letramento, tentando simplificar ainda um pouco mais, ele diz sobre a pessoa conhecer a história e a participação fundamental que a comunidade negra teve nessa história e a importância de que se seja reconhecido isso para que hoje se garanta oportunidade. **[PROFESSOR GEORGE FRANÇA]:** É exatamente isso. Então, esse é um dos pontos fundamentais: reconhecer o passado, a ancestralidade, valorizar a cultura da comunidade negra brasileira, mas sobretudo compreender a importância dessa cultura dentro dos processos e dentro da vida das pessoas hoje. Mas tem um ponto que ele é fundamental nessa história toda, Aurora, é reconhecer que o racismo é algo presente, perigoso, mata e deve ser desconstruído, não só através de processos educativos, mas também com a com a realização de atividades que proíbam, né, os atos racistas. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** A gente está falando então de conhecimento, né, professor? E esse conhecimento vai ajudar tanto a gente a lutar contra o racismo, quanto a deixar essa ignorância de fingir que não existe ou de fingir que "Ah, não, isso já foi superado" e na prática não é assim. **[PROFESSOR GEORGE FRANÇA]:** Não, não. Na prática o racismo ele está cada vez mais presente na sociedade e ele está presente nos mais diversos segmentos, nos mais diversos meios da sociedade. O racismo, ele se modernizou também. Então, ele tá presente em práticas, muitas vezes que as pessoas estão sendo vítima de racismo e muitas vezes elas nem percebem que estão sendo vítimas de racismo. Por isso que é importante a gente compreender o letramento como uma grande possibilidade, né, de compreender não só a importância, né, de se entender a cultura, mas também a importância de preservação e de organização e de visualização de direitos que são fundamentais para as pessoas negras. Muito obrigada, professor, pelas informações. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** E Rogeh,

é importante também que todo mundo busque o seu próprio conhecimento, busque essa informação, não deixar só por conta dos coletivos ou das pessoas que fazem parte de mobilizações anti-racistas ou da comunidade negra para levar esse conhecimento. A gente também pode fazer nossa nossa parte buscando esse entendimento. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** É uma boa dica também para o pessoal de casa começar a entender, a estudar, a pesquisar mais, né? Não dá para a gente ficar parado no tempo, a gente precisa evoluir e ter uma sociedade mais justa, eu acho que é um dos nossos objetivos. E para isso, a gente precisa diminuir desigualdade, a gente precisa diminuir esse racismo estrutural que a gente tanto fala. Obrigado, Aurora, pelas suas informações.

Tranças africanas e black power são mais do que um estilo; entenda:

[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]: De volta com o Jornal Anhanguera primeira edição, a gente vai bater um papo agora, mostrar para você aí de casa mais do simbolismo que o estilo de cabelo representa, as tranças africanas, o cabelo Black Power, são significados que tem tudo a ver com que a gente tá conversando hoje sobre esse dia da consciência negra. A Betânia Souza tá aqui ao vivo com a gente, bora bater esse papo com ela. E aí Betânia, todo mundo com as mãos aí trabalhando, né? **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** Pois é Rogeh, eu estou aqui ao lado de trancistas. Olha só aqui, a gente tá com Leo que é trancista, a Larissa também, que é trancista, nossa modelo aqui, a Helen tá aqui com a gente, a Fabiana, que é trancista, dona do salão aqui que a gente está, também tem a Bruna que está sendo trançada, que lindas tranças, a trança nagô. E claro, né, Rogeh, as tranças, o cabelo Black Power são muito mais de que penteados, né? A gente fala do Black Power, que é aquele cabelo lindo, solto que teve uma grande representatividade nos anos de 1960 nos Estados Unidos, teve um movimento onde os negros lutavam por direitos civis. E as tranças também africanas e tem aquela questão da sobrevivência, da sobrevivência das mulheres, dos escravos na época aqui já no Brasil. Porque nessas tranças eles guardavam alimentos para na hora da fuga não passarem necessidade terem o que comer. A gente vai conversar sobre tudo isso agora, contando a história um pouco da Fabiana, que é uma trancista profissional, que investiu nisso como uma forma de profissão mesmo. Ela vive de trançar cabelos, deixarem ainda mulheres, homens também cada vez mais lindos, né? Fabiana, muito boa tarde, seja bem-vinda aqui com a gente. Boa tarde. tarde, obrigada. **[TRANCISTA FABIANA FERREIRA]:** É, primeiramente, queria dizer que eu me sinto muito lisonjeada, né, numa data como hoje, é, está tendo esse espaço, né, para falar um pouco sobre a nossa cultura, né, sobre a nossa representatividade, sobre as tranças, né. Que não é simplesmente só uma trança, né? As

tranças, elas carregam história, né, é toda uma luta de sobrevivência, é uma luta de resistência, né? Então, assim, eu me sinto muito lisonjeada. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** Você é uma tocaninense, nascida na região do Bico do Papagaio. Me conta como foi que começou essa sua relação com as tranças? **[TRANCISTA FABIANA FERREIRA]:** Isso, eu sou tocaninense, eu sou daqui do interior do Tocantins, Goiatins lá no Bico do Papagaio, né? E desde muito pequenininha, né, de criança ali lá para os meus 8, 9 anos, eu sempre gostei de trançar. Isso sempre me encantou, sempre alegrou os meus olhos ali, né? Então eu trabalhava com, eu brincava na época com com isso, eu brincava inclusive que eu tinha um salão, né, de tranças, de penteados. E eu nunca imaginei que um dia aquele sonho de criança, né, ele fosse se tornar realidade, é, após adulta, né? **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** Se deu autonomia, né? Agora, é, por exemplo, aqui a gente tá fazendo uma trança que você me disse que é a trança nagô. Agora, essa questão até da sobrevivência, da importância das tranças, né, para o povo negro, eu até já dei uma pincelada ali falando que é sobrevivência porque as pessoas, os negros, eles utilizavam as tranças para guardar alimentos, é isso mesmo? **[TRANCISTA FABIANA FERREIRA]:** Exatamente. As tranças antigamente, elas representavam questão de igualdade social, né, econômica, é estado civil, muitas das vezes até mesmo a idade, né? E logo após mais tarde na África, né, os escravos ali quando eles geralmente eles queriam ali, é, ter a sua rota de fuga, eles usavam umas tranças muitas das vezes como uma rota, né, de fuga. Então é tanto que a gente tem esse modelo de trança nagô, ele tem uma impossibilidade de trança, uma trança mais acentuada, uma trança com uma complexidade maior de fazer. Então tudo isso dentro da nossa história existe um significado, né? E os negros também naquela época as mães geralmente elas trançavam as crianças menores, né? E dentro dessa trança aqui, geralmente eles colocavam os grãos, né, por aqui por dentro dessa trança e onde eles chegavam nos seus destinos e eles usavam esses grãos, né, que tinham aqui para fazer a semente para ter a sua plantação, né? Então, trança é muito mais que penteado. É história. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** Muito bem, a gente tá tendo aqui uma aula. Agora, Fabiana, vamos deixar um pouquinho a Bruna aqui, vamos aqui para mostrar esse outro modelo que está sendo feito aqui pelo Leo e pela Larissa, só para você contar para a gente também qual que é esse trançado que tá sendo feito aqui pelos meninos, me explique. **[TRANCISTA FABIANA FERREIRA]:** Tá. Esse modelo que a gente a gente está fazendo aqui, é a box braid. É uma trança solta, inclusive é hoje uma das tranças que mais sai, né? Que tem mais pedidos aqui. É uma trança aonde ela constitui em tranças soltas, né? Esse mundo de tranças em que nós vivemos que a gente trabalha, é, tem uma diversificação muito grande, né? Onde a gente trabalha com trança nagô, tem trança box braid, tem dread,

tem orgânico 3D trançado, crochet braid, tem Nina Softex, né? Tem borro curly, fresh curly. Então assim, existe N modelos de trança, N materiais, né, que o pessoal aí, a galera tá usando.

[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]: E existem cada vez mais demanda, as pessoas estão mesmo resistindo, querendo mostrar o seu cabelo, o seu cabelo natural, o seu cabelo trançado.

[TRANCISTA FABIANA FERREIRA]: Estão. Graças a Deus, né? O tempo passou, né? Eu acredito que nós precisamos, nós ainda temos muito o que conquistar, nós ainda temos muito pelo que lutar, né? Mas hoje, graças a Deus, tem sim uma procura, tem tido uma procura muito grande, nós temos uma demanda muito grande, é, dessas pessoas, né, que estão decidindo assumir, né, a sua, as suas raízes, né, a sua ancestralidade, né? E o pessoal aí, a galera tá deixando aí um pouco de lado a química e tá assumindo o seu afro, o seu black power, né? Então assim, a gente fica muito feliz, muito feliz de saber que de uma certa forma nós estamos contribuindo, né, para que isso possa estar acontecendo. **[REPÓRTER BETÂNIA SOUSA]:** Muito obrigada. Muito obrigada a todo mundo aqui, tá bom? É com você, Rogeh. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Obrigado, tá também pelas suas informações.

Além de não ser racista, aprender a combater o preconceito é necessário:

[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]: Ó, é 2024, aquela escravidão dos livros de história, essa foi abolida. Só que infelizmente o racismo ele permaneceu, ganhou outras formas. A gente falava agora a pouco do racismo estrutural. O passo que qualquer pessoa precisa dar, independente da cor, é de como se tornar anti-racista. E a gente aproveita esse primeiro feriado nacional da consciência negra para ter mais um papo educativo. Aurora Fernandes, hoje a gente vai sair daqui educado. Hoje eu acredito que a gente tá plantando uma sementinha ali para a gente ter uma sociedade muito mais justa no futuro. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Eu espero que assim como a gente aqui na TV tá aprendendo um pouco mais, trazendo essas pessoas tão conscientes, que as pessoas que estejam acompanhando a gente também consigam absorver uma sementinha do que tá sendo dito aqui hoje. A gente vai conversar com a professora Maria Santana, como eu disse, ela é professora, ela é doutora em antropologia e educação, também é pró-reitora de extensão lá na UFT. Boa tarde, professora. **[PROFESSORA MARIA SANTANA]:** Boa tarde, Aurora. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Professora Santana, vamos começar falando sobre o anti-racismo. Que é ser anti-racista? Porque a gente fala, olha, eu sou contra o racismo, eu não concordo. Ser anti-racista vai além de ser contra o racismo? **[PROFESSORA MARIA SANTANA]:** Com certeza, tem uma frase bem interessante, né? Que diz assim: não basta você ser anti-racista, você tem que ser, não basta você não ser racista, você tem que ser

anti-racista. Por que isso? Na verdade assim, o fato de você dizer: olha, o problema, eu eu eu tô nem aí para você, tá? Você, as pessoas estão falando mal de ti, porque você é negra, isso e aquilo, ou negro, mas eu estou aqui, olha, eu não tenho nada a ver com isso, isso é não ser racista. Agora, ser anti-racista é quando você trabalha, além de você ser uma pessoa branca, por exemplo, estou falando só dos negros, branca e você trabalha com essa discussão também com outras pessoas. Então você vai junto com os negros e as negras, discutir, formar pessoas em relação a isso. Então isso é ser anti-racista. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** E você tocou num ponto importante que alertar sobre o fato de que não se pode esperar que o movimento anti-racista parta e cresça e se desenvolva só com as pessoas negras. Tem que ter a participação de toda a comunidade independentemente da cor ou raça. **[PROFESSORA MARIA SANTANA]:** Com certeza, é por isso que é a ideia de ser anti-racista e as instituições, elas têm esse papel. Porque veja bem, quando a gente fala que o problema do negro, né? O problema, entre aspas, né? É só meu, eu minha, que sou negra, eu tô resumindo isso a uma única única, classe ou raça, que na verdade nós não somos de certa maneira um grupo homogêneo, nós somos no Brasil nós somos compostos de três raças, então em virtude disso, nós enquanto povo brasileiro, principalmente enquanto povo brasileiro, temos que olhar para nós que aqui não tem pessoas brancas, pessoas amarelas, né? Nós temos um pequeno grupo, nós somos um país diverso, tanto em cultura, né? Porque a cultura negra ela é diversa em cultura, quanto também em posicionamento. Então a sociedade brasileira, ela precisa se colocar frente a isso através de formação, porque é preciso formar para você se constituir enquanto pessoa anti-racista, é preciso formação. **[REPÓRTER AURORA FERNANDES]:** Muito obrigada pelas informações, Rogeh. **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Obrigado Aurora, obrigado professora também pelas informações, Rogeh.

Em Palmas, estudantes aprendem sobre Consciência Negra em várias disciplinas: **[APRESENTADOR THIAGO ROGEH]:** Na capital, as escolas estão trabalhando o letramento racial, consciência negra ao longo de todo ano em várias disciplinas. Esse trabalho inclusive tem dado resultado, viu? Criado mais consciência nesses alunos. **[ESTUDANTE CLARICE LIMA]:** Em pele escura a força natural, um legado de luta, um conto ancestrais. De ancestrais guerreiros, a história se conta. Em berço de resistência, a alma afronta. **[REPÓRTER TAMYRA PINHEIRO]:** O poema declamado pela Clarice foi escrito por ela mesma. **[ESTUDANTE CLARICE LIMA]:** O que me inspirou a escrever esse poema foi a minha própria história também e a história de todas as pessoas negras, né? A luta que eles passaram desde tempo da escravidão até aqui e a forma como eles são muito guerreiros e

aguentaram tudo isso. **[REPÓRTER TAMYRA PINHEIRO]:** Na aula de língua portuguesa, os estudantes foram incentivados a criarem seus próprios poemas com tema voltado para consciência negra e cultura afro. Agora ensaiam a declamação. **[ESTUDANTE DECLAMA POEMA]:** É como a história de dor e de luta, mas na no teu peito a força de luta. Negra é a cor da noite do céu estrelado que guarda com segredo o sonho almejado. **[PROFESSORA MARLENE SANDES]:** Desde o início do ano a gente vai trabalhando essa temática relevante em produções textuais e também em diálogos em sala de aula. Algumas dessas poesias foram selecionadas para serem declamadas por eles agora na próxima sexta-feira, que vai ser o dia da mostra cultural. **[REPÓRTER TAMYRA PINHEIRO]:** Os preparativos estão sendo feitos para uma mostra com diversas apresentações. Entre elas, a suça, dança de origem afro típica do Tocantins. A dança foi assunto na aula de história. **[PROFESSORA ELANNE AGUIAR]:** A gente tem trabalhado para mostra cultural, né? Eu trouxe como proposta por ser um patrimônio daqui do Tocantins e de ancestralidade africana, né? Aí a gente trouxe a dança, as meninas aceitaram a proposta e a gente tá ensaiando para a mostra cultural, com uma apresentação cultural. **[REPÓRTER TAMYRA PINHEIRO]:** Para ensaiar com as colegas de escola, a Giselle pesquisou e foi conhecer a dança de perto. **[ESTUDANTE GISELLE CARDOSO]:** A Suça, ela é uma dança que ela tem muitos giros. Ela, o sentido dela também é mexer muito os ombros, igual a gente dançou aqui um pouco para vocês. A gente mexe muito porque nos tempos antigos, naquele tempo atrás, isso era uma forma delas seduzir os maridos. Então elas usavam muito os ombros e as pernas, e o giro. **[REPÓRTER TAMYRA PINHEIRO]:** A temática consciência negra é trabalhada durante todo o ano nessa escola no setor Sul. **[PROFESSORA ELIENEZA VIANA]:** Nós trabalhamos durante todo o ano letivo, a questão do racismo, a questão de aceitação. Esse conhecimento, né, na prática é muito importante porque aí eles conseguem trabalhar isso e foi um tema do Enem esse ano, né? Essa valorização, essa busca, né, pelo reconhecimento dessas oportunidades para todo a sociedade brasileira. **[REPÓRTER TAMYRA PINHEIRO]:** A consciência negra, a resistência e a luta contra o racismo também foram trabalhados nessa outra escola. Os estudantes vão expressar todo esse conhecimento de várias formas, inclusive por meio da arte. Essa turma capricha no cartaz que vai ser exposto em um evento do projeto. **[ESTUDANTE ANA KAROLINA OLIVEIRA]:** A gente tá expressando o as receitas do povo africano e coisa assim, como eles falam fazem a cultura também. A gente pesquisou, a gente viu muitas fotos, pesquisou, leu vários artigos e etc. Aí a gente conseguiu fazer um desenho baseado nisso. **[REPÓRTER TAMYRA PINHEIRO]:** O tema trouxe a oportunidade dos estudantes refletirem sobre o racismo do passado e dos dias atuais.

[PROFESSOR AUGUSTO MELO]: A questão da culinária, pinturas, dança que vai ter apresentação na amanhã a culinária, como eu já antecipamos, é a gente também fez antes disso todo um aparato com um documentário para a gente ver a realidade que ainda hoje existe, né? Inclusive no estado do Tocantins muitas situações de trabalho em situação análoga à escravidão. Então é é uma valorização do que a gente tem de bom, mas também um alerta do que a gente tem de ruim na sociedade. **[REPÓRTER TAMYRA PINHEIRO]:** Estudo que além de conhecimento trouxe libertação. **[ESTUDANTE CAMILA GLÓRIA DA SILVA]:** Eu não aceitava o meu cabelo assim crespo, lindo. Eu só vinha de trança para a escola, toda vez eu tinha que refazer a minha trança porque eu não me sentia bem com meu cabelo assim. Porque eu cresci com as pessoas dizendo que meu cabelo não era bonito, mas hoje eu acho ele muito lindo e a professora Aliane me ajudou muito a enxergar isso.

Ações de conscientização fazem parte da luta por um Brasil sem preconceito:

[REPÓRTER MÁRCIO NOVAIS]: Capoeira, dança de libras e homenagem ao Capim Dourado, fizeram parte das apresentações nesta escola no dia da Consciência Negra. **[PRESIDENTE DO COLETIVO JULHO DOS PRETOS ANUBIA RODRIGUES]:** Falta muita consciência, mas a educação está aqui para gente utilizar como arma, né, de conscientização, como mecanismo de abrir portas, né, para a gente mostrar que precisamos avançar, evoluir nas discussões, precisamos perceber a diversidade que compõe a nossa sociedade. **[REPÓRTER MÁRCIO NOVAIS]:** A ação visa trabalhar com os estudantes essa consciência. As comidas típicas como pé de moleque, rapadura, canjica e claro, o tradicional cuscuz de milho estiveram presentes, além da literatura negra e personalidades que ajudaram a construir a história. **[ESTUDANTE MARIA EDUARDA SILVA]:** Que as pessoas possam se conscientizar que tipo, não é só elas que vivem no mundo, que tem muitas outras pessoas e outras pessoas têm sentimentos, assim como elas. E que elas deveriam, tipo, ter mais noção do que elas falam, porque o que elas falam pode influenciar muito no futuro das outras pessoas. **[REPÓRTER MÁRCIO NOVAIS]:** Esses trabalhos em exposição é resultado de pesquisas dos alunos a respeito da influência da cultura africana dentro da cultura brasileira. E assim, eles foram conhecendo a origem da nossa história. **[PROFESSOR THIAGO FERNANDES]:** Os trabalhos que foram desenvolvidos por eles foram produzidos pelos alunos que são esses que estão sendo expostos aqui, é a evidência do envolvimento deles, né? Do quanto eles gostaram de conhecer a origem afro que nós temos no Brasil, a influência afro e fazê-los é aprender isso através da criatividade deles, da produção deles, tanto artística como escrita é é muito satisfatório. **[REPÓRTER MÁRCIO NOVAIS]:** A cor da pele foi motivo

pela falta de oportunidade para o Wallace que acabou se envolvendo com o crime. Na cadeia, desenvolveu o amor pela educação. Hoje é estudante de medicina e quando terminar o curso, já pensa em atuar em comunidades, justamente para ajudar outras pessoas a mudarem de vida.

[UNIVERSITÁRIO WALLACE WILLIAM DA COSTA]: A minha ideia é a mesma, desde que eu entrei aqui, eu quero me formar, se eu puder voltar para ajudar a minha comunidade, eu vou fazer, mas se eu não puder voltar para lá, eu quero fazer um trabalho entre entre os meus dias no trabalho social, quero ajudar outras pessoas e principalmente incentivar pessoas que ela consegue ter um novo recomeço. Eu acho que isso é importante, você precisa mostrar a sua história para as pessoas se espelhem você e consiga ter uma nova oportunidade. **[REPÓRTER MÁRCIO NOVAIS]:** Além de atuar na saúde, ele conta a história de superação em palestras, uma forma de inspirar outras pessoas e mostrar que apesar do preconceito é possível chegar lá. **[UNIVERSITÁRIO WALLACE WILLIAM DA COSTA]:** Eu fui convidado aqui para dar uma palestra numa escola aqui estadual aqui do de Araguaína, para falar com os jovens de periferia sobre o recomeço, sobre novas oportunidades. E é o que eu vou fazer amanhã, se Deus quiser. É importante demais, porque cria nesses jovens uma esperança, porque a gente que vem de um lugar muito pobre, muito limitado, a gente acaba achando que não tem esperança. E quando você mostra uma história dessa de superação, as pessoas se espelham e querem melhorar.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Planilha de categorias

Ano	Tempo do material	% de tempo no telejornal	Formato - gênero	Representatividade das fontes (presença de autodeclarados negros)	Presença de apresentador autodeclarado preto ou pardo	Presença de repórter autodeclarado preto ou pardo	Assuntos Frequentes
2014	349 segundos	17,14 %	Entrevista de estúdio - Informativo	sim	não	não	Identidade; estética; história; reconhecimento social; luta por direitos
	114 segundos		Reportagem - Informativo	sim	não	não	
2015	0 segundos	0%		sim	não	não	
2016	0 segundos	0%		sim	não	não	
2017	97 segundos	13,74 %	Reportagem - Informativo	sim	não	não	Memória/história; identidade coletiva; territorialidade; expressão cultural
	274 segundos		Reportagem - Informativo	sim		não	
2018	0 segundos	0%		sim	não	não	
2019	444 segundos	17,77 %	Ao Vivo - Informativo	sim	sim	não	Racismo estrutural; responsabilização; cultura histórica; justiça
	196 segundos		Reportagem - Informativo	sim		não	
2020	252 segundos	39,44 %	Ao Vivo - Informativo	sim	sim	não	debate estrutural; foco em transformação social; identidade cultural; combate ao racismo
	108 segundos		Ao Vivo - Utilitário	sim		não	

	s						
	399 segundos		Reportagem - Informativo	sim		sim	
	253 segundos		Reportagem - Informativo	sim		não	
	339 segundos		Reportagem - Informativo	sim		não	
	424 segundos		Reportagem - Informativo	sim		não	
2021	254 segundos	24,22 %	Nota coberta - Informativo	sim	sim	não	debate estrutural; dimensão institucional; identidade e política
	573 segundos		Reportagem - Informativo	sim		não	
	263 segundos		Reportagem - Informativo	sim		não	
2022	659 segundos	27,84 %	Entrevista de estúdio - Informativo	sim	sim	não	desigualdade social; racismo estrutural, mercado de trabalho; violência e representatividade
	341 segundos		Reportagem - Informativo	sim		sim	
	253 segundos		Ao Vivo - Utilitário	sim		não	
2023	422 segundos	37,64 %	Ao Vivo - Utilitário	sim	sim	não	Desigualdade; violência; mercado de trabalho; identidade e políticas públicas
	213 segundos		Ao Vivo - Diversional	sim		sim	
	281 segundos		Ao Vivo - Informativo	sim		sim	
	429 segundos		Reportagem - Informativo	sim		sim	
	349 segundos		Ao Vivo - Informativo	sim		não	

2024	580 segundos	37,35 %	Reportagem + Ao Vivo - Informativo	sim	sim	sim	Herança da escravidão; racismo estrutural; desigualdade e identidade negra
	422 segundos		Ao Vivo - Diversional	sim		não	
	196 segundos		Ao Vivo - Informativo	sim		não	
	280 segundos		Reportagem - Informativo	sim		não	
	203 segundos		Reportagem - Informativo	sim		sim	

APÊNDICE B - Informações que subsidiaram a criação da árvore de termos

CONSCIÊNCIA NEGRA

|

|— IDENTIDADE E CULTURA

|

|— identidade (2014, 2020, 2021)

|

|— cultura / cultura negra (2014–2021)

|

|— estética / cabelo crespo (2014)

|

|— herança africana (2014, 2024)

|

|— história do povo negro (2023, 2024)

|

|— autoaceitação / autoestima (2023, 2024)

|

|— POPULAÇÃO NEGRA

|

|— negro(s) / negra(s) (todos os anos – crescimento até 70% em 2024)

|

|— população negra (2022–2024)

|

|— pessoas negras / pretas (2022–2024)

|

|— pretos / pardos (2023–2024)

|

|— RACISMO E DISCRIMINAÇÃO

|

|— racismo (pico em 2019, 2022–2024)

|

|— racismo estrutural (2019–2024)

|

|— racismo institucional (2019)

|

|— preconceito (2014–2021)

|

|— discriminação (2019–2021)

|

|— injúria racial (2019)

|

|— DESIGUALDADE SOCIAL

|

|— desigualdade / desigualdade racial (2014–2024)

|

|— inclusão / igualdade (2019–2021)

|

|— mercado de trabalho (2022–2023)

|

|— violência (2022–2023)

|

|— LUTA E RESISTÊNCIA

|

|— luta (2014, 2022–2024)

- | | — resistência (2020, 2021, 2024)
- | | — movimento negro (2014, 2020–2023)
- | | — denúncia / denunciar (2019, 2023, 2024)
- | | — vidas negras importam (2022–2024)
- |
- | — HISTÓRIA E MEMÓRIA
- | | — escravidão (todos os anos)
- | | — abolição (2019, 2023, 2024)
- | | — Zumbi dos Palmares (recorrente)
- | | — quilombo / quilombola (2014, 2017, 2019)
- | | — memória coletiva (2017)
- |
- | — POLÍTICAS E EDUCAÇÃO
- | | — políticas públicas (2014, 2020–2021)
- | | — ações afirmativas (2022)
- | | — educação (2019–2021)
- | | — letramento racial (2022)
- | | — direitos (2020–2021)